

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO ASSOCIADO UFMG-UNIMONTES EM
SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO**

**AS CULTURAS DOS BREJOS - UM ESTUDO NO *GERAIS* DO MÉDIO SÃO
FRANCISCO, SEMIÁRIDO DE MINAS GERAIS**

Isabela Martins Itabaiana

Montes Claros
2025

Isabela Martins Itabaiana

AS CULTURAS DOS BREJOS

Um estudo no *gerais* do Médio São Francisco, Semiárido de Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Associado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Estadual de Montes Claros - MG, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de concentração: Sociedade, Ambiente e Território

Linha de Pesquisa: Sociedade e ambiente

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Maria Galizoni

Coorientador: Prof. Dr. Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro

Montes Claros
2025

Itabaiana, Isabela Martins.

188a As culturas dos brejos [manuscrito]: um estudo no gerais do médio São Francisco,
2025 semiárido de Minas Gerais/ Isabela Martins Itabaiana. Montes Claros, 2025.
129 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientadora: Flávia Maria Galizoni

Banca examinadora: John Cunha Comerford, Raquel Oliveira Santos Teixeira, Andrea Maria Narciso Rocha de Paula.

Inclui referências: f. 119-128.

1. Agricultura de regiões áridas -- Teses. 2. Charcos e brejos -- Teses. 3. Mudanças climáticas -- Teses. I. Galizoni, Flávia Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 556.1

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ASSOCIADO UFMG - UNIMONTES
EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 24 dias do mês de junho de 2025, às 9:00 horas, sob a presidência da Professora Flávia Maria Galizoni, D. Sc. (Orientadora – UFMG/ICA), e com a participação dos professores Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro, D. Sc. (Coorientador – UFMG/ICA), John Cunha Comerford, D. Sc. (UFRJ/Museu Nacional) e Raquel Oliveira Santos Teixeira, D. Sc. (UFMG), reuniu-se, por videoconferência, a banca para defesa de dissertação de Isabela Martins Itabaiana, estudante do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, que apresentou a dissertação intitulada: “ A cultura dos brejos - um estudo no gerais do Médio São Francisco, Semiárido de Minas Gerais” “. A estudante foi considerada aprovada.

Obs.1) A estudante somente receberá o título após cumprir as exigências do regulamento do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, conforme apresentado a seguir:

Art. 83 – Para dar andamento ao processo de efetivação do grau obtido, o candidato deverá, após a aprovação de sua Dissertação e a realização das modificações propostas pela banca examinadora, encaminhar à secretaria do colegiado do curso, com a anuência do orientador, 3 (três) exemplares da dissertação e 2 (dois) CD, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Obs.2) A estudante deverá apresentar junto com a versão final da dissertação, comprovante de submissão de um periódico com Qualis/Capes na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Montes Claros, 24 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente
por RAQUEL OLIVEIRA SANTOS TEIXEIRA
Data: 2025.06.24 09:42:45 -0300
Validar em: <https://br.scribd.com/gov.br>

Raquel Oliveira Santos Teixeira
Membro

Documento assinado digitalmente
por ÁUREO EDUARDO MAGALHÃES RIBEIRO
Data: 2025.06.24 09:42:45 -0300
Validar em: <https://br.scribd.com/gov.br>

Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro
Co-orientador

Documento assinado digitalmente
por JOHN CUNHA COMERFORD
Data: 2025.06.24 09:42:45 -0300
Validar em: <https://br.scribd.com/gov.br>

John Cunha Comerford
Membro

Documento assinado digitalmente
por FLÁVIA MARIA GALIZONI
Data: 2025.06.24 09:42:45 -0300
Validar em: <https://br.scribd.com/gov.br>

Flávia Maria Galizoni
Orientadora

Para Maria Eliza, Oni e Rogério, minhas
primeiras companhias de viagem pelo *gerais*.

Jove da Mata

*Por isso vivo
Agarrado à minha gleba
Arrastado feito peba
Inda canto como moço
Sou barranqueiro
Emberrante como sapo
Que caturra e bate papo
Só na beira do seu poço
Joviniano dos Santos*

AGRADECIMENTOS

À vida, por ser bela e imprevisível. À natureza e à Força Divina, por me proporcionar a companhia de boas pessoas em meu caminho, e que tanto colaboram com o meu desenvolvimento. Agradeço a todos que fizeram parte desta etapa. Sou eternamente grata!

Às mulheres que compartilharam comigo o melhor que tinham para que esse trabalho se concretizasse: Maria Eliza, minha mãe e primeira professora, que me apoia incondicionalmente e por todo o amor que me concede; vó Oni, pela companhia nas leituras e pelas histórias compartilhadas; tia Socorro, pelo carinho e o lar concedido em Montes Claros; Profa. Flávia Galizoni, por tudo que aprendi contigo. Agradeço imensamente pelo tempo e afeto que vocês investiram no meu crescimento.

Ao meu pai Rogério (*in memoriam*) que se alegrava com cada vitória e me fazia sentir especial e amada. Tenho certeza que se estivesse aqui, me acompanharia nas viagens e mapeamentos.

Agradeço ao Professor Eduardo Ribeiro pelos ensinamentos e sugestões precisas de boas leituras, pois foram fundamentais para a concepção que construí sobre a vida no Semiárido. Aos professores, colegas e servidores do programa de Pós Graduação em Sociedade, Ambiente e Território, pelos aprendizados e apoio. Aos colaboradores do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar (Núcleo PPJ), da UFMG, pela partilha e companhia na trajetória acadêmica.

Aos amigos Dessa, Gley, Cantu, Túlio, Lu, Nan, Evandro e Dona Aérea, que compartilharam comigo os dias bons e ruins desta caminhada, pessoalmente e no Instituto Sertão Vereda, que é onde trabalhamos naquilo que acreditamos. Aos amigos que fiz nesta trajetória: obrigado por facilitarem a travessia. Ao Walter, por compartilhar sua experiência comigo com paciência e companheirismo.

Agradeço aos agricultores e agricultoras Socorro e João, Fausto e Maria, Damásio e Lourdes, Paulo e Rosa, Alcides e Ivone, e aos especialistas locais, Antônio Inácio, Antônio Justino e Gildarly Cruz, por tudo que me ensinaram sobre as culturas dos brejos e o viver no *gerais*. Aos técnicos Walter Viana, do IEF, e Welder Pereira, da EMATER, por colaborarem no mapeamento do território onde aprofundei meus conhecimentos. Agradeço à Cáritas, ao Sindicato dos trabalhadores rurais de Januária e a ACEVER, por contribuírem com o aprimoramento da pesquisa. Ao Zé Torino, Nelinda, Dona Maria, Santino e Jaime, por me apresentarem uma outra forma de relação com um rio.

Agradeço à FAPEMIG, à CAPES e ao CNPq, pelo apoio e financiamento da pesquisa.

RESUMO

No *gerais*, na margem esquerda do Médio rio São Francisco, Semiárido mineiro, populações rurais construíram seus territórios e culturas mediados pelo acesso à água. As populações generalistas criaram e criam domínios agrários e habitações mediadas pela relação com a natureza. Nesta região, as áreas úmidas localmente conhecidas por “brejos”, são agroambientes fundamentais no provimento das famílias, na criação de modos de vida e de sistemas de produção de alimentos. Entretanto, políticas de modernização da agricultura implantadas na região a partir da década de 1970, concomitantemente aos cenários de mudança climática, agudizaram questões socioambientais vinculadas à morte e ao secamento de mananciais. A partir de um estudo etnográfico, este trabalho buscou compreender como as mudanças sociais e climáticas ocorridas, principalmente, a partir da década de 1970, impactaram o regime de águas e comunidades rurais tradicionais, que constituíram seus modos de vida nos brejos do *gerais*. O estudo revelou a diversidade de agroambientes co-produzidos mediante conhecimentos profundos dos ciclos da natureza, mas também demonstrou como transformações no ciclo da chuva e da seca, secamento de mananciais, atrelados à mudança no uso da terra e, conseqüentemente no manejo dos brejos, modificaram a mobilidade espacial e a soberania das famílias. Apesar das transformações, estas populações produziram técnicas e atualizam conhecimentos para permanecer em seus territórios.

Palavras-chave: Semiárido; Brejos; Mudanças Climáticas.

ABSTRACT

In *gerais*, in the left bank of the Middle São Francisco River, in the Semi-arid region of Minas Gerais, rural populations constructed their territories and cultures, mediated by access to water. These generalist populations created and continue to create agrarian domains and dwellings shaped by their relationship with nature. In this region, the wet areas locally known as "brejos" are fundamental agro-environments for providing for families, creating ways of life, and producing food systems. However, agricultural modernization policies implemented in the region since the 1970s, alongside climate change scenarios, have exacerbated socio-environmental issues related to the death and drying up of water sources. This ethnographic study aimed to understand how the social and climatic changes that occurred, especially from the 1970s onwards, impacted the water regime and traditional rural communities that established their ways of life in the *brejos* of *gerais*. The study revealed the diversity of agro-environments co-produced through deep knowledge of nature's cycles, but also demonstrated how changes in the rain and dry seasons, the drying of water sources, linked to changes in land use and consequently in the management of the *brejos*, altered the spatial mobility and sovereignty of families. Despite these transformations, they developed new techniques and updated their knowledge to remain in their territories.

keywords: Semi-arid region; *Brejos*; Climatic Changes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de figuras

Figura 1. Mapa de Localização do <i>gerais</i> – Médio São Francisco, Semiárido Mineiro	19
Figura 2. Bacias hidrográficas do <i>gerais</i>	24
Figura 3. Delimitação do Semiárido brasileiro	27
Figura 4. Delimitação do Semiárido brasileiro ao longo dos anos	28
Figura 5. Domínio do território indígena no Médio São Francisco, século XVI	44
Figura 6. Desenho esquemático da paisagem do <i>gerais</i>	45
Figura 7. Croqui desenhado por Maria Eliza e Oni, durante as entrevistas	52
Figura 8. Esquema sintético das origens e fluxo de deslocamento preferenciais das famílias geralistas entrevistadas	62
Figura 9. Desenho esquemático dos agroambientes identificado pela família do senhor Fausto e Dona Maria nas comunidades de Buritizinho e Onça, vale do rio Peruaçu	64
Figura 10. Desenho esquemático dos agroambientes identificados pela família de seu Damásio e dona Lurdes da comunidade de Vereda Grande II, vale do rio Peruaçu	65
Figura 11. Desenho esquemático de agroambientes identificados pela família de Dona Socorro e seu João na comunidade de Salto, bacia do rio Pandeiros	65
Figura 12. Desenho esquemático dos agroambientes identificados pela família de seu Cid e dona Ivone da comunidade de larga, bacia do rio Pandeiros	66
Figura 13. Desenho esquemático dos agroambientes identificados pela família de seu Paulo, na comunidade de Buracos, bacia do rio Pardo	66
Figura 14. Desenho esquemático dos agroambientes na paisagem do <i>gerais</i> pesquisado no Médio São Francisco mineiro	67
Figura 15. Desenho esquemático dos agroambientes que formam a vereda, de acordo com o etnoconhecimento de comunidades rurais do <i>gerais</i> .	72
Figura 16. Desenho esquemático situando as famílias no <i>gerais</i> pesquisado e os fluxos de deslocamentos percorridos pelo gado.	78
Figura 17. Ciclos produtivos do <i>gerais</i> , veredas e <i>capões</i> .	85
Figura 18. Projetos de firmas de monoculturas de eucalipto, a partir do uso de imagem Landsat 8, ano de 1985	91
Figura 19. Mosaico de áreas protegidas Sertão Veredas-Peruaçu	96
Figura 20. Sobreposição entre as áreas das firmas de eucalipto e o Mosaico de áreas protegidas Sertão Veredas-Peruaçu – 1985 e 2024	98
Figura 21. Brejos mapeados no <i>gerais</i>	110

Lista de imagens

Imagem 1. Participantes do grupo focal realizado no Ponto de Cultura Centro de Artesanato de Januária	23
Imagem 2. Encontro final com especialistas locais na comunidade de Sambaíba	23
Imagem 3. Brejo de vereda	48
Imagem 4. Solo de brejo, Comunidade de Larga	49
Imagem 5. Maria Eugênia, João Cardoso e Fausto Cardoso – Comunidade de Buritizinho, Januária	55
Imagem 6. Lourdes Araújo e Damásio Ferreira - Comunidade de Vereda Grande II, Januária	57
Imagem 7. Socorro da Silva, João Batista e Isabela Martins – Comunidade de Salto, Bonito de Minas	58
Imagem 8. Ivone Pereira, Manoel Alcides Fernandes, Alcides Fernandes e o pequeno Mikael Barbosa – Comunidade de Larga, Januária	60
Imagem 9. Família Gomes: Paulo, Maria e Rosa - Comunidade de Buracos, Chapada Gaúcha	61
Imagem 10. <i>Gerais</i> - São João das Missões	68
Imagem 11. <i>Capão</i> , Januária	70
Imagem 12. Agroambientes do Vão da Larga, Januária	71
Imagem 13. <i>Pantame</i> da vereda - Comunidade de Salto, Bonito de Minas	73
Imagem 14. Várzea no período da seca, na comunidade de Larga, Januária	74
Imagem 15. Plantação de feijão no brejo - Comunidade de Larga, Januária	75
Imagem 16. Vereda seca, sem brejo, Chapada Gaúcha.	77
Imagem 17. Brejo sem vereda, Brejo Mata Fome, São João das Missões.	77
Imagem 18. Sistema brejo-várzea, comunidade de Salto, Bonito de Minas.	82
Imagem 19. Brejos drenados pela empresa Metalur, Comunidade de Buriti Grosso, município de Bonito de Minas, ano 2022	93
Imagem 20. Drenos construídos pela empresa Metalur, vereda do Buriti Grosso	94
Imagem 21. Drenos construídos pela empresa Metalur na vereda do Buriti Grosso	94
Imagem 22. Marcas de incêndio, vereda da comunidade de Buritizinho, vale do rio Peruaçu	107
Imagem 23. José Torino, comunidade de Olhos D'Água, Januária.	114

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1. Relação dos brejos pesquisados	20
Quadro 2. Investimento através de PRÓ-VÁRZEAS, PROSPERE, PROJETO SERTANEJO, entre as décadas de 1970 e 1980	90
Tabela 1. Síntese de agroambientes que formam, de acordo com as famílias agricultoras pesquisadas, o complexo vereda no <i>gerais</i>	76
Tabela 2. Períodos de veranicos entre os anos de 1996 e 2025 para o município de Januária	104
Gráfico 1. Dados pluviométricos do município de Januária entre os anos de 1996 e 2024	103

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACEVER - Associação Central das Comunidades Veredeiras

ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste para o Setor Agropecuário

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

ICMBio - Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade

IDE-SISEMA - Infraestrutura de Dados Espaciais - Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IEF - Instituto Estadual de Floresta

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

PRÓLOGO	
CAPÍTULO 1	17
NA MARGEM ESQUERDA DO RIO SÃO FRANCISCO, OS OBJETIVOS E MÉTODOS	17
1.1 Introdução	17
1.2 O caminho	18
1.3 Grupo Focal	22
1.4 Entrevistas	24
1.5 Mapeamento	25
CAPÍTULO 2	27
SEMIÁRIDO	27
2.1 Do combate ao convívio: aprendizagens	29
2.2 Áreas úmidas do Semiárido brasileiro	33
2.3 Comunidades rurais	34
2.4 Dinâmicas hidrossociais no Semiárido mineiro	37
CAPÍTULO 3	42
O GERAIS NO MÉDIO SÃO FRANCISCO	42
3.1 Os brejos	45
CAPÍTULO 4	51
NO CAMINHO DAS ÁGUAS	51
4.1 Vivência nos brejos	51
4.2 Brejos, veredas e gerais	63
4.2.1 Gerais	67
4.2.2 Capão	70
4.2.3 Vereda e Brejo	72
4.3 A produção dos brejos e das culturas	79
4.3.1 Plantios	79
4.3.2 Uma síntese	85
CAPÍTULO 5	88
A NATUREZA DAS MUDANÇAS	88
5.1 Modernização conservadora da agricultura	88
5.2 “Modernização” do gerais: da natureza comum às firmas	89
5.3 Unidades de conservação	95
5.4 O tempo mudou: mudaram as águas	100
5.5 Brejos Secos	104
5.6 Aclimação	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXO	130

PRÓLOGO

Ao longo de dois anos, me dediquei à reflexão acerca de sociedade, ambiente e território, a partir do conhecimento das culturas dos brejos do Médio São Francisco, Semiárido mineiro. Os usos da natureza, os ciclos das águas e modos de vida – o que se come, onde se trabalha, no que se acredita, o que se conta – foram temas que me ajudaram na compreensão da relação de agricultores e agricultoras dos brejos.

Mas, além das indagações teóricas, investigar o viver nos brejos se assentou também em motivação pessoal, de pertencimento, vinculada às memórias familiares centrada em minha avó Oni de Carvalho Vieira que, ao longo de sua vida, buscou manter suas atividades na fartura de águas e alimentos na comunidade Bom Jantar, onde nasceu e viveu até se casar, em terreno banhado pelo “riacho” e por mais dois córregos. Depois, precisou mudar para outras localidades em busca de brejos para plantio (Tejuco, Cantinho e São Joaquim) até retornar para o Bom Jantar. A sua mobilidade foi um destino corriqueiro, comum às trajetórias móveis de outras famílias rurais *geralistas* em busca das águas e alimentos ofertados pelo trabalho nos terrenos de brejos. Estas trajetórias, em boa parte do Médio São Francisco, sofreram profundas transformações. Busquei, portanto, uma compreensão dos brejos, sob orientação das experiências e sabedoria de pessoas que viveram e vivem neles. Tudo que aprendi foi observando e ouvindo.

Dos ensinamentos mais importantes que colhi com a população *geralista*, um é que nem toda área úmida é um brejo, tem a “vazante” e o “mangue”, por exemplo. Também aprendi que “brejo” não é necessariamente sinônimo de “vereda”. Percebi, ao pesquisar, as sutilezas do conhecimento tradicional nas classificações de vazantes, várzeas, veredas, lagoas, cacimbas e rios, uns com tanta água, outros mais areia que água, lama, outros nem água tinham.

Conheci parte do *gerais*¹, região fortemente condicionada pelo mar de Bambuí – sedimentos depositados outrora, há cerca de 600 milhões de anos –, e conectado com a dinâmica do Planalto Central e do Espinhaço. Sobre a formação deste lugar, os antigos mares e as planícies fluviais modelaram a composição dos solos: plantas, bichos e povos se adaptaram e a paisagem emergiu para além de suas características tectônicas. Tornou-se morada de povos e comunidades que ocupam o território de uma forma dinâmica, porém conflituosa, em função das mudanças no uso da natureza, a partir da chegada das “cercas” e

¹ Optou-se por utilizar o termo Gerais no singular, respeitando a denominação utilizada em comunidades rurais de Januária.

e firmas que encurralaram o *gerais*.

Assim, busquei olhar atentamente para construção de uma terra-território a partir de uma forma de viver a natureza. Uma natureza integrada à cultura e que marca nossa breve passagem na história da Terra. Ao final, não deixou de ser um trabalho geológico, mas foi vinculado a um estudo sobre as culturas.

CAPÍTULO 1

NA MARGEM ESQUERDA DO RIO SÃO FRANCISCO, OS OBJETIVOS E MÉTODOS

1.1 Introdução

No *gerais* do Médio São Francisco, na margem esquerda deste rio, no Semiárido mineiro, as fontes de água foram e são delimitadoras de territórios e de soberania alimentar durante a alternância de épocas de chuvas ou de secas. As populações geralistas² criaram domínios, culturas e habitações mediadas pelo acesso à água e, no decorrer da história, a convivência com as peculiaridades do clima e da diversidade ambiental resultou na mobilidade das comunidades e na criação de sistemas locais de conhecimento (Santos *et al.*, 2010; Galizoni *et al.*, 2010; Souza, 2023).

Os “brejos”, áreas perenemente úmidas e férteis, foram e são cruciais no sistema de lavoura das famílias; seu manejo por famílias agricultoras implicou, ao longo do povoamento no *gerais* do Semiárido norte mineiro, em mobilidade espacial, exigida pelo manejo das águas e da terra, obedecendo aos ciclos de mais ou menos chuvas. Construídos a partir da coprodução entre conhecimento local e ambiente, representam a diversidade cultural de povos e comunidades locais na interação com o meio.

No entanto, a partir de meados dos anos 1970, a modernização conservadora da agricultura (Graziano, 1983; Delgado, 1985) e o contínuo avanço da fronteira agrícola sobre áreas de cerrado causaram profundas transformações no *gerais* que, associadas à cenários de mudanças climáticas, impuseram às comunidades rurais novas dinâmicas socioespaciais e formas de ocupar o território, forçando-as a adaptar seus modos de vidas. Veranicos mais longos, variações no regime pluviométrico e nas estiagens, secamento dos cursos d'água e

² O termo *geralista* é costumeiramente empregado na autodeterminação de alguns grupos sociais que habitam os *gerais* Sanfranciscanos e do Planalto Central do país. Este termo de uso local foi imortalizado na literatura por Guimarães Rosa na obra “Grande Sertão: Veredas”. Em uma das passagens, o personagem Riobaldo menciona uma lembrança pelas andanças nas proximidades do rio Pandeiros, no território do *gerais*: “Dum geralista (...), ganhamos farinha-de-buriti, sempre ajudava” (Rosa, 1994, p.70). Mas o uso corrente do termo geralista também foi encontrado por Fagundes (2019) nos *gerais* do Jalapão, em Tocantins, nas incursões etnográficas relacionadas ao manejo do fogo e conhecimento tradicionais. O autor usa o termo geralista para comunidades rurais que reproduzem seus modos de vida neste território.

perda da biodiversidade são agravamentos que instituíram desafios significativos a essas comunidades quanto ao acesso aos recursos da natureza, principalmente, às águas (Dayrell, 2000; Correa, 2008, Ribeiro *et al.*, 2010; Silva, 2020; Cruz, 2021).

Foi na análise desse contexto que surgiram as indagações que instigaram o caminho da pesquisa e ocuparam grande espaço das reflexões que culminaram nesta dissertação: quais os efeitos do secamento de fontes de água na relação da população geralista com os brejos? Quais são as estratégias de comunidades rurais para o enfrentamento das variações na disponibilidade de água e mudanças climáticas? Qual a proposta do poder público e instituições não governamentais para a gestão territorial diante dessas transformações?

A partir destas questões, propõe-se compreender como mudanças sociais e climáticas ocorridas, principalmente, a partir da década de 1970, impactaram o regime de águas e comunidades rurais tradicionais que constituíram seus modos de vida nos brejos do *gerais* do Médio São Francisco, Semiárido mineiro. Em específico, buscou-se:

(i) analisar como sistemas de conhecimento tradicionais interpretaram os brejos e elaboraram sistemas produtivos;

(ii) investigar impactos de projetos de desenvolvimento sobre esse agroambiente e comunidades de lavradores, e,

(iii) analisar os efeitos das mudanças climáticas, particularmente das estiagens, veranicos e secamento das fontes de água, sobre a reorganização espacial e a mobilidade espacial da população rural.

1.2 O caminho

A trajetória da pesquisa realizada para atender esses objetivos partiu de uma abordagem qualitativa, e, portanto, as técnicas empregadas procuraram mapear o que Bauer e Gaskell (2008) denominaram de “mundo da vida”, permitindo a compreensão das relações entre os atores sociais e seu meio.

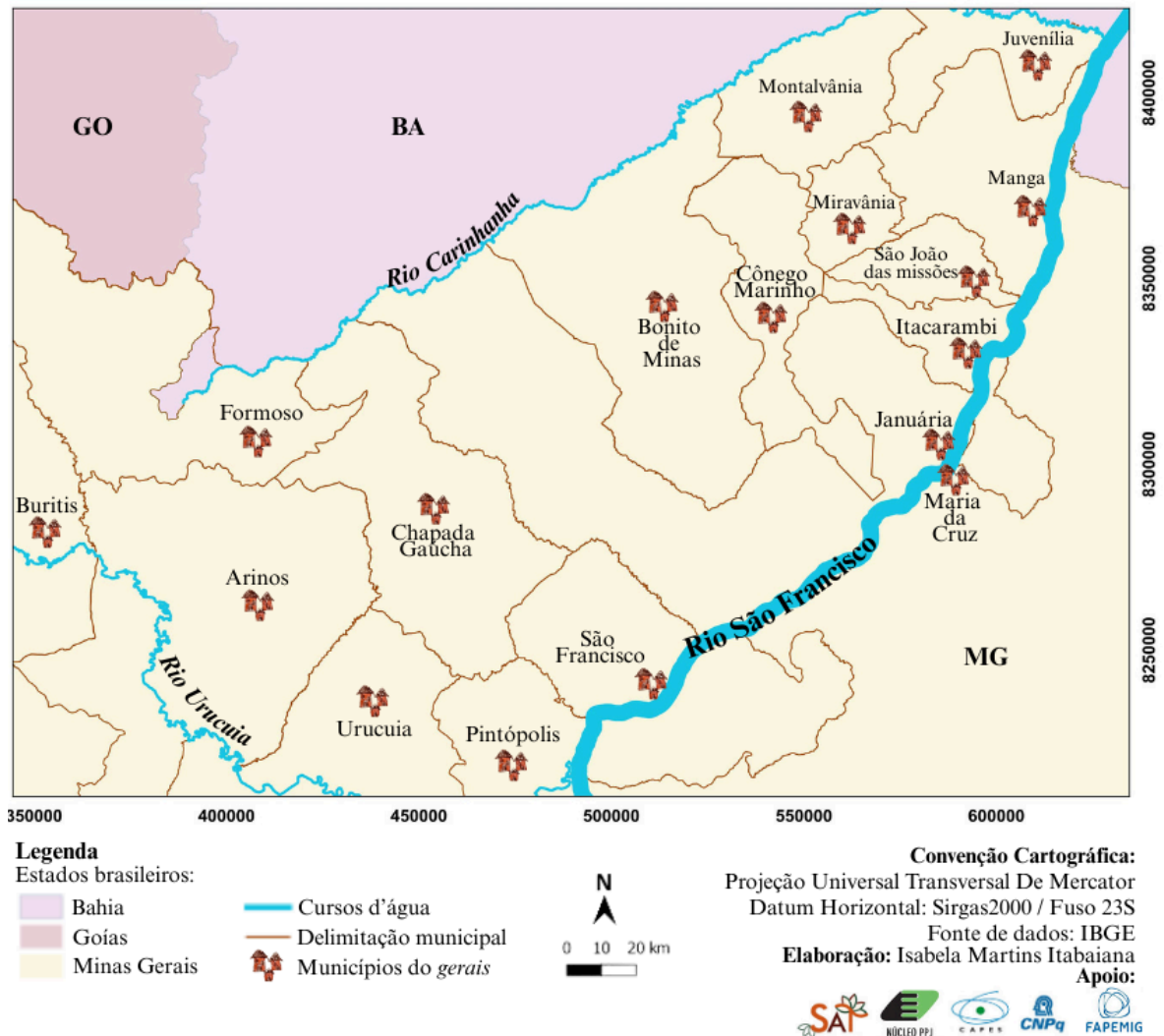
Para isso, o percurso metodológico foi dividido em quatro etapas. A primeira diz respeito à pesquisa bibliográfica e revisão de literatura (Gil, 2002) acerca da compreensão teórica sobre a constituição do Semiárido, do conceito de *gerais*, da história agrária do Alto São Francisco, das águas, dos brejos, da caracterização das comunidades rurais e dos efeitos das mudanças climáticas.

A segunda etapa compreendeu levantamentos prévios de informação para seleção do objeto de pesquisa, área de estudo e agentes sociais envolvidos. Estes levantamentos foram

realizados por meio de entrevistas com representantes de associações comunitárias, de organizações de agricultores familiares, de comunidades rurais tradicionais, agentes públicos e de organizações da sociedade civil; para então, eleger comunidades e brejos a serem estudados.

No que diz respeito a área de estudo, o mapa apresentado na **Figura 1** delimita a área proposta e o que se compreende por *gerais* nesta dissertação: toma-se como referência a margem esquerda do rio São Francisco rumo nordeste até o rio Carinhanha, divisa do estado de Minas Gerais e Bahia, e deste rumo oeste até o rio Urucuia, representando a divisa com o Estado de Goiás, e daí até novamente o rio São Francisco. Observou-se que os corpos d'água representam os principais aspectos de definição das fronteiras territoriais.

Figura 1. Mapa de Localização do *gerais* – Médio São Francisco, Semiárido Mineiro.



Fonte de dados: IEDE e IBGE, 2024. Mapa produzido por Isabela Martins Itabaiana, 2024.

Na terceira etapa, realizou-se a pesquisa de campo propriamente dita, que buscou entender de que modos comunidades tradicionais identificavam e classificavam as áreas de brejos, atentando-se para formas de etnoclassificação desse ambiente (Posey, 1987). Foram utilizadas duas técnicas qualitativas de investigação, com o intuito de compreender as narrativas e as relações entre as pessoas e seu meio (Bauer e Gaskell, 2008): grupo focal e entrevista em profundidade com agricultores(as) “especialistas” locais (Brandão, 2007).

Com o uso de técnicas etnográficas descritas por Posey (1987), procurou-se identificar formas de etnoclassificação de brejos e quais foram os impactos sofridos por esse agroambiente. O autor compreende que a realidade pesquisada é concebida sob o olhar de *interpretações éticas*, que têm o propósito de analisar categorias e realidades cognitivas a partir do pesquisador, mas também das *interpretações êmicas*, que refletem categorias cognitivas e linguísticas próprias das populações estudadas.

Foram utilizadas entrevistas em profundidade com lavradores e lavradoras, “especialistas” locais em recursos da natureza e caminhadas transversais ;e dos bioindicadores apontados pela população que poderiam revelar mudanças nos ciclos naturais da região. Identificou-se e mapeou-se áreas de brejo socialmente referenciadas, consideradas importantes pela população do *gerais* estudado. Ao final, foram selecionadas cinco comunidades com situações de uso e apropriação distintas em relação aos brejos, envolvendo comunidades com brejos vivos, brejos que estão em processo de secamento e brejos mortos, que já não são mais utilizados produtivamente pelos lavradores e lavradoras (**Quadro 1**).

Quadro 1. Relação dos brejos pesquisados.

Comunidade	Município	Situação do brejo
Larga	Januária	vivo
Vereda Grande II	Januária	em secamento
Buritizinho	Januária	morto
Salto	Bonito de Minas	vivo
Buracos	Chapada Gaúcha	vivo

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

O trabalho de campo ancorou-se principalmente nas perspectivas teóricas desenvolvidas por Brandão (2007), que entende que a produção do conhecimento numa vivência de campo, como em outras técnicas de pesquisa, tem uma carga subjetiva, pois ocorre a partir da percepção do pesquisador. Destacou que, em uma pesquisa etnográfica, criam-se relações interpessoais entre o/a pesquisador/a com indivíduos e grupos envolvidos na pesquisa. Para o autor, a primeira entrada no campo deve se basear na vivência, combinada com um levantamento prévio de coisas escritas sobre a região. Nessa prática, o pesquisador deve procurar interagir com a comunidade, observar o cotidiano e participar de atividades coletivas. Porém, Brandão destacou uma série de cuidados na condução das entrevistas. Afirmou que quando uma pessoa é perguntada sobre o que ela está fazendo, a resposta, quase sempre, é uma reflexão sobre o cotidiano, seus hábitos e saberes. Observou ainda que as pessoas costumam falar de “como as coisas são” por meio do exercício de relembrar o passado, e então aconselhou a apostar na experiência de “puxar o fio da vida” e que, em um processo da entrevista bem feito, pode-se identificar as categorias próprias utilizadas pelos/as entrevistados/as.

Assim, o contato do pesquisador e pesquisado é percebido como um processo ativo, onde o pesquisador busca compreender “teias de significados” a partir da experiência de se inserir parcialmente na cultura local, fazer uma “leitura de segunda mão e compreender aspectos que revelam, em partes, como os indivíduos constroem e dão significado à sua realidade social” (Geertz, 1997). Mas, também, como revelou Queiroz (1991), há a importância do relato oral enquanto ferramenta de produção e transmissão de saberes. Para a autora, toda narrativa é uma história.

As narrativas de um fato histórico, de acordo com Trouillot (2016:26), originam-se a partir de sujeitos que, ao participarem de formas distintas sob a ótica de relações sociais de classe ou status, constroem relatos: “Toda narrativa histórica renova uma pretensão de verdade”. O autor destacou que as histórias mudam no tempo e no espaço, e que a construção de narrativas hegemônicas ocorre sob o silenciamento de determinados pontos de vista. Ressaltou que a produção acadêmica da história também remete às relações de poder que emergem da dicotomia entre “o que ocorreu” e “aquilo que diz ter ocorrido”.

Na pesquisa que originou essa dissertação, o uso combinado de entrevistas individuais com agricultores(as) especialistas, que detêm um grande acervo de conhecimento tradicional (Brandão, 1986), com grupos focais formados com agricultores(as) e especialistas locais, permitiu a compreensão da relação das comunidades rurais com os brejos e com as transformações ocorridas no *gerais* norte-mineiro a partir de 1970, e como elas afetaram essa

população e seus modos de vida. Sendo assim, a oportunidade de observar o cotidiano e mapear como os sistemas produtivos se reorganizaram frente às mudanças climáticas e a modernização conservadora da agricultura deram base à construção das narrativas analisadas nessa dissertação (Malinowski, 1978; Goldemberg, 1999; Minayo, 2009).

Por fim, a quarta e última etapa de pesquisa envolveu a análise dos dados de campo e a articulação dessas informações com a literatura e outras abordagens quali-quantitativas. Buscou-se que essas articulações produzissem sínteses capazes de aprofundamento interpretativo (Babbie, 2001; Bauer e Gaskell, 2008; Minayo, 2009).

1.3 Grupo Focal

A escolha pela realização de grupo focal se ancorou na oportunidade de captar contextos coletivos e identificar consensos ou polarizações de atitudes. Para compor o grupo focal, foi utilizada uma amostra intencional, construída a partir de critérios lapidados na etapa exploratória da pesquisa de campo, com a participação de agricultores(as) locais que conhecem a história das comunidades e são especialistas em saberes vinculados à técnica da lavoura e à natureza (Laville e Dionne, 1999).

O grupo focal³ (**Imagem 1**) visou ajustar os objetivos da pesquisa por meio da contribuição de três especialistas locais: o senhor Antônio Inácio Correa (Correa, 2010), ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária, liderança emblemática da luta por terra e direitos humanos no *gerais*; Antônio Justiniano dos Santos (Santos et al, 2010a), agricultor tradicional e dirigente de associação do rio dos Cochós; e o pesquisador Gildarly Cruz, que estudou os efeitos da seca sobre famílias rurais no *gerais* (Cruz, 2018). Utilizou-se de tópicos guias para conduzir a entrevista em grupo (Bauer e Gaskell, 2008), versando a respeito das diversas compreensões acerca dos brejos e seus bioindicadores, regimes agrários e cenários de mudanças sociais e climáticas ocorridas no território do *gerais*. As informações resultantes do grupo focal sobre como o conhecimento tradicional classifica as veredas foram fundamentais para organizar os próximos passos da pesquisa, assim como a amostra de locais a serem estudados e de temas para organizar o roteiro de entrevistas.

³ Para realização do grupo focal e entrevista com especialista, contou-se com o apoio de pesquisadores Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar (NPPJ/UFMG): Flávia Maria Galizoni, Eduardo Magalhães Ribeiro, Isabela Martins Itabaiana, Roberto Nascimento Rodrigues, Laura Santana Reis Moreira, Bruno Pêgo e João Pedro Santos Nunes, e do técnico da Emater Weder Pereira Fernandes.

Imagem 1. Participantes do grupo focal realizado no Ponto de Cultura Centro de Artesanato de Januária.



Foto: Ernane Ferreira da Silva, 2023.

Ao final da etapa de campo, apresentar os resultados e retornar o diálogo analítico com Antônio Inácio Correa e Antônio Justino dos Santos (**Imagem 2**), especialistas locais que participaram do grupo focal no início da pesquisa, foi fundamental para os resultados, para validar e ou ajustar as compreensões obtidas ao longo do estudo, mas também foi um momento de refletir sobre as dúvidas e questões que ainda permeavam a pesquisa.

Imagem 2. Encontro final com especialistas locais na comunidade de Sambaíba.

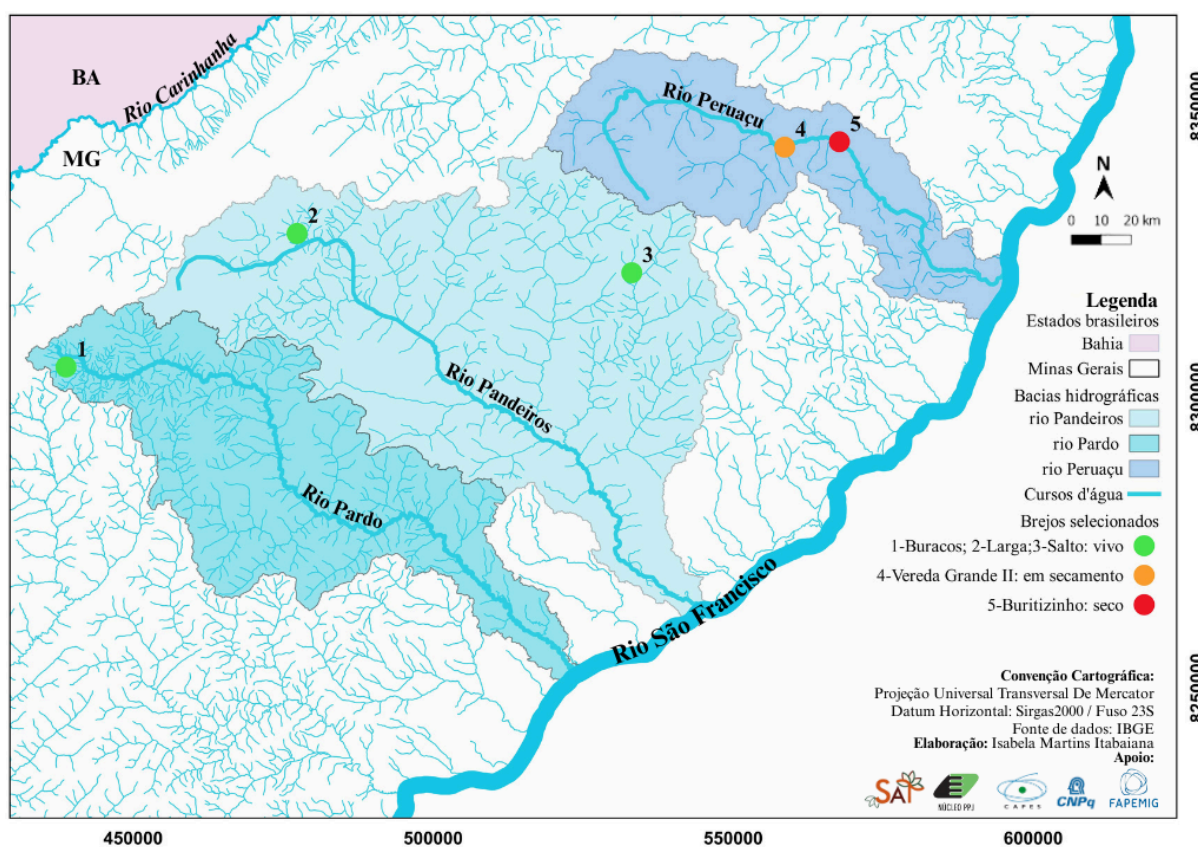


Foto: Flávia Galizoni, 2024.

1.4 Entrevistas

Após o grupo focal, realizou-se levantamentos exploratórios na Emater, com o técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, Welder Pereira Fernandes, e no Instituto Estadual de Floresta - IEF, com o técnico Walter Viana Neves. Ambos auxiliaram na identificação de áreas de brejos vivos, brejos em processo de secamento e brejos mortos na região, compreendendo que estas diferentes situações trariam pistas referentes às mudanças ocorridas em territórios do *gerais*. Estes técnicos colaboraram com suas informações para um primeiro mapeamento dos brejos. A partir deste mapeamento, selecionou-se três bacias hidrográficas/territórios: rio Peruaçu, rio Pandeiros e rio Pardo (**Figura 2**). Em cada uma delas, identificou-se as comunidades a serem pesquisadas a partir do recorte de brejos vivos/ em secamento/ secos e agricultores(as) especialistas locais em conhecimentos sobre natureza para serem entrevistados(as) (Brandão, 1986).

Figura 2. Bacias hidrográficas do *gerais*.



Fonte: IBGE, 2024. Elaboração da autora, 2024.

As entrevistas⁴ em profundidade foram realizadas com famílias agricultores(as) tradicionais moradores das comunidades rurais de Larga (município de Januária) e Salto (município de Bonito de Minas), Vereda Grande II e Buritizinho (município de Januária), e Buracos (município de Chapada Gaúcha). Formulou-se um roteiro com temas que perpassaram por: (i) histórico da família: origem do casal, deslocamentos espaciais, destino dos filhos e condições de acesso à terra; (ii) histórico de acesso à terra, ao brejo e ao rio, abrangendo combinações de usos, a renda obtida com a terra, a solta do gado e coleta de frutos nativos; (iii) técnicas de uso do brejo e da terra, no que diz respeito aos tipos de terra, o calendário agrícola, sementes, mecanização, rendimento da lavoura, manejo do gado; (iv) fontes de abastecimento de água, formas de acesso, usos e destino, fontes compartilhadas e sazonalidade dos fluxos; e também temas transversais que dialogam com usos comuns, tomadas de terra, chegada de firmas, classificações locais de terra e dos brejos, mudanças no acesso à terra e às águas e mudanças climáticas (Ribeiro, 2010). Nas entrevistas em profundidade, utilizou-se também a técnica de caminhada transversal, quando os/as agricultores(as) conduziam os/a pesquisadores/as pelo terreno, explicando as diferenças entre agroambientes, como eles identificavam essas especificidades e explicando sobre técnicas e manejo de roça e criações (Ruas, 2006).

Ao longo do trabalho, as sequências e expressões que ocorrem em itálico tanto assinalam frases escritas da forma como o/a entrevistado/a falou durante a entrevista quanto expressões usadas regionalmente.

1.5 Mapeamento

Conjuntamente com as leituras da revisão bibliográfica e as primeiras imersões em campo, surgiu também a necessidade de localizar o território descrito nas narrativas. Com o auxílio dos detalhes dos trabalhos anteriores, de técnicas de georreferenciamento da área e da busca ativa através de especialistas locais, mapeou-se o *gerais* estudado a partir dos seus principais rios e do uso e ocupação nos tempos descritos aqui: antes das firmas, antes dos parques e, depois deles, até o ano 2024. Para tanto, usou-se imagem de satélite *Landsat 8*, utilizando a plataforma *Google Earth*, entre os anos de 1985 e 2024. Os bancos de dados abertos como o *IEDE*, *IDE-SISEMA*, *IBGE*, *Mapbiomas*, foram compilados e deles extraídos as informações fundamentais para a construção dos mapas. Mapas também são uma forma de

⁴ Os/as agricultores/as entrevistados/as permitiram o uso de seus nomes e das informações compartilhadas.

contar um fato histórico e, com eles, será possível perceber como as mudanças sociais e climáticas impactaram o uso da natureza e a mobilidade das comunidades locais.

Há dois tipos de mapas apresentados na pesquisa: um deles foi realizado a partir da construção manual e tem, como proposta, ser um material que facilite a divulgação do resultado obtido. Já os mapas com os dados georreferenciados foram construídos por meio da utilização de imagens do satélite *Landsat 5* e *Landsat 8*, produzidos no *Google Earth PRO*, e *Q-gis*, software que também foi utilizado para a classificação do uso e ocupação do solo.

A dissertação está estruturada em 4 capítulos além do prólogo e dessa introdução. No capítulo I, apresenta-se o Semiárido brasileiro, suas características e a perspectiva de convivência com o clima, a partir do profundo conhecimento tradicional sobre a natureza. O capítulo 2 apresenta o *gerais*, a “construção” deste território do médio São Francisco, baseada em suas águas embrejadas. No capítulo 3, a cultura do brejo é analisada a partir das experiências com as famílias de agricultores(as) no *gerais*. No capítulo 4, as mudanças ocorridas no *gerais* são apresentadas com o intuito de analisar como agricultores e agricultoras lidaram com elas. Por fim, apresenta-se a conclusão, seguida pelas referências bibliográficas que sustentaram esta dissertação.

CAPÍTULO 2

SEMIÁRIDO

As regiões áridas e semiáridas cobrem cerca de 41% da superfície terrestre do planeta e, em 2018, possuíam cerca de 2.5 bilhões de habitantes (Gaur *et al.*, 2018). De acordo com Silva (2006), regiões semiáridas são marcadas pela aridez⁵, deficiência hídrica e imprevisibilidades das precipitações de chuva, caracterizada por média pluviométrica entre 50 e 800 milímetros, além da presença de solos pobres em matéria orgânica e altas temperaturas. O Semiárido⁶ brasileiro ocupa 12% do território nacional (**Figura 3**), é a casa de 28.000.000 de brasileiros (ASA, 2021) e é considerado o mais chuvoso do planeta, com precipitação pluviométrica média anual de 200 a 800 milímetros, sendo a Caatinga o bioma predominante (Malvezzi, 2007).

Figura 3. Delimitação do Semiárido brasileiro.



Fonte de dados: IBGE, 2024. Elaborado por Isabela Martins Itabaiana.

⁵ O índice de aridez é um cálculo de balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial (Verhey, 2009).

⁶ Com base em Cruz *et al.*, (2018), utiliza-se a grafia Semiárido para se referir à região e a grafia semiárido quando se trata do clima propriamente dito.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), estão inseridos no Semiárido brasileiro 1.477 municípios, compreendendo partes de onze estados: Maranhão (MA), Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL), Sergipe (SE), Bahia (BA), no nordeste brasileiro, e Minas Gerais (MG) e Espírito Santos (ES), na região sudeste.

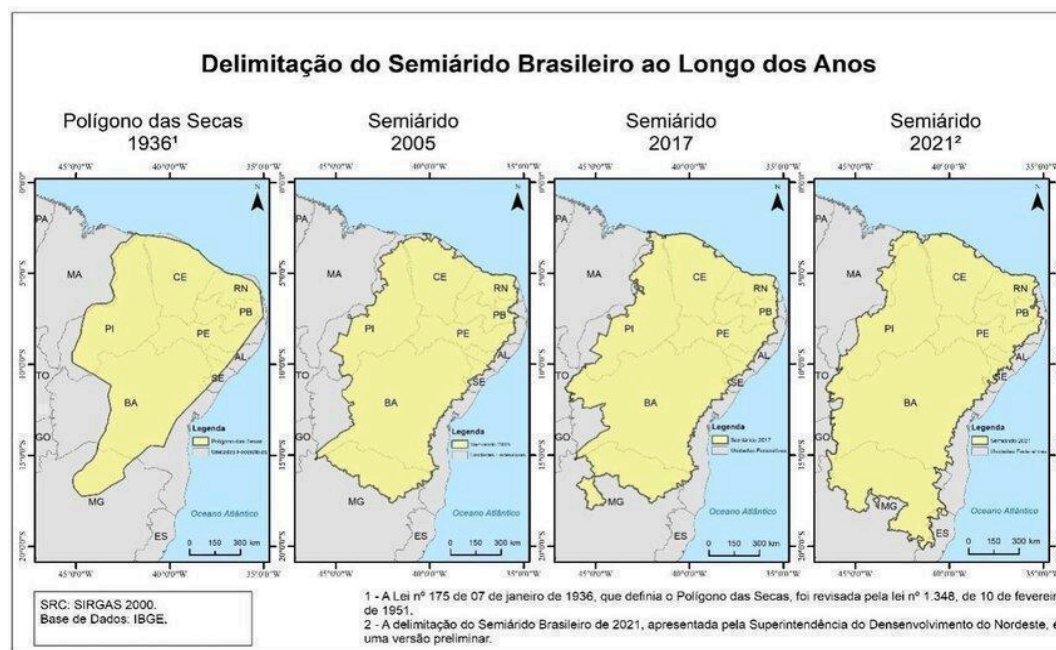
No que diz respeito ao Norte mineiro, Antonino da Silva Neves (1918:5) fez uso da observação de incidência irregulares de chuva para delimitar assim o que viria a ser parte do Semiárido em Minas Gerais:

Uma área de pouco mais ou menos 1.000.000 de kilometros quadrados, dos limites do Maranhão boreal, pelas bacias historicas e uberrimas do Jaguaribe e do S. Francisco, às Minas Geraes, da Serra do Cabral, pela cordilheira frigida das Congonhas do Tocambira, ao valle calidissimo do Arassuahy, a imensidão aspera das caatingas lendarias do imperio luminoso dos Tapuyas (grafia original).

Em 2017, novos municípios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha foram incorporados ao Semiárido. Já em 2021, a composição administrativa do Seminário mineiro compreendia 209 municípios (SUDENE, 2021), dentre eles 17 municípios na margem esquerda do rio São Francisco, no *gerais*, que abrangem a área da pesquisa. Naquele ano, municípios do estado do Espírito Santo também foram incluídos.

A expansão do clima semiárido ao longo dos anos foi apresentada em estudos de Santos *et al.* (2023), que discutiu o papel do Nordeste e a delimitação no processo de formação territorial do Brasil. Pode-se observar na **figura 4** o avanço da região semiárida entre os anos de 1936, 2005, 2027 e 2021 e como a expansão ocorreu em direção ao Sudeste do país.

Figura 4. Delimitação do Semiárido brasileiro ao longo dos anos.



Fonte: Santos *et al.*, 2023.

2.1 Do combate ao convívio: aprendizagens

O Semiárido brasileiro foi consagrado no imaginário coletivo principalmente a partir da publicação, em 1902, da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (2020). Desde então, foi associado às condições naturais de secas e escassez que também marcariam certa ambiguidade da identidade sertaneja: povo sofrido, mas que é “antes de tudo, um forte” (Cunha, 2020, p.68). Por meio da obra de Euclides da Cunha, o sertão nordestino ficou conhecido pelas descrições de fitofisionomias compostas por vegetação como o mandacaru e jurema e pelo destaque dado ao cenário seco pelo qual o autor conheceu parte do Semiárido. Essa imagem se cristalizou para a sociedade brasileira ao longo dos anos.

O cinema também ratificou essa concepção do clima semiárido com o Sertão. O filme *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos (1963), da obra homônima de Graciliano Ramos, retratou uma família que se deslocou na busca para sobreviver às consequências de secas constantes. No início do filme, a família, composta pelo pai Fabiano, a mãe Sinhá Vitória, os dois filhos, papagaio (que é comido pela família quando a fome aperta, ao longo do caminho) e cachorra (chamada Baleia, caçadora), atravessam um rio seco, o melhor lugar para se livrar dos espinhos, até encontrar uma fazenda onde ficam por um período. Levavam o básico: roupas – minguadamente – e utensílios como cuia e faca. Ao final, após exercer o ofício de vaqueiro, Fabiano e sua família precisam tomar outro rumo, pois outra seca se anunciava. A seca transcende o clima: na visão de Graciliano Ramos é uma vida bruta, retirante, é seca nas

ações de pai com filho, de patrão para o empregado, de policial com civis, dos homens com os bichos.

“Deus e o Diabo na Terra do Sol”, filme de Glauber Rocha (1963), abordou emblematicamente duas manifestações sociais que se tornaram estereótipos da vida no Semiárido: o messianismo e o cangaço, que representam, respectivamente, Deus e o Diabo. O filme, gravado em Monte Santo (BA), retratou a saga do casal Manuel e Rosa, sem terra, oprimido pelo patrão na lida com o gado, que se vê arrastado pelo crime a seguir o Beato Sebastião. Quando Sebastião é morto, Manuel e Rosa continuam suas andanças com Corisco e Dadá, remanescentes do grupo de Lampião e Maria Bonita. Ao fim da travessia de Manuel e Rosa, a profecia do beato, de certa forma, se cumpre: o sertão vira mar no encontro da caatinga com o litoral nordestino. Glauber Rocha apontou, neste filme, para os paradoxos e complexidades do Semiárido brasileiro.

Rui Facó (1963) e Frederico Pernambucano de Mello (1985) exploraram, em análises sobre o Semiárido, a busca das origens sociais do cangaço atreladas à problemática distribuição de terras, à exploração do trabalho e do agravamento dos longos períodos de estiagem. Para Facó (1976), a ineficácia do governo frente a estas circunstâncias deu origem aos movimentos sociais e revoltas como Canudos e Caldeirão. De outro modo, Mello (1985; 2004) realçou o cangaço como uma forma de vivência durante as épocas de seca mais severa, associado à exacerbação da cultura da violência e do mandonismo.

Autores como Guimarães Duque (1964) e Manoel Correa de Andrade (1973) foram além dos discursos homogeneizantes da sociedade envolvente sobre o Semiárido e, até então, simbolicamente predominantes. Ambos apontaram que era fundamental pensar essa região para além da imagem da seca e da pobreza, partindo de suas peculiaridades ambientais, históricas, sociais, geográficas e climáticas.

Guimarães Duque descreveu a evolução das atividades produtivas no Semiárido, destacando as fases distintas ao longo do tempo. Enfatizou o papel da pecuária extensiva, dos vaqueiros, da formação das comunidades rurais em torno das grandes propriedades de terra, do aumento demográfico e de como a expansão das atividades agrícolas resultou em pressões sobre os recursos da natureza, levando à erosão do solo e à degradação do ambiente. O autor analisou o desenvolvimento nas áreas rurais, enfatizou a necessidade de inovação das técnicas, a valorização dos saberes locais, a necessidade de investimento no sistema educacional e de assistência técnica para impulsionar o desenvolvimento, especialmente por meio da agricultura xerófila e a aceitação da semiaridez como uma vantagem. As plantas xerófilas, ou “culturas de pingos d’água”, são aquelas que toleram a escassez de água, como a

goiaba, mandioca, umbu, favela, caju, oiticica, pala, algaroba, licuri, pequi, tucum, entre outras plantas nativas e adaptadas ao clima. As vantagens destas espécies no Semiárido são a adaptação ao clima e suas perenidades, uma vez que estão presentes em grandes áreas adaptadas e fazem parte dos saberes e hábitos dos povos, têm caráter extensivo e servem para reflorestamento e cobertura do solo (Duque, 2004).

Por sua vez, as abordagens realizadas por Manuel Correia de Andrade (1980) ajudaram a compreender, de forma pioneira, a diversidade populacional e de agroambientes do Semiárido, pois apontaram que havia vários Semiáridos que se relacionavam com diferentes naturezas de seca e umidades; assim, as reflexões sobre essa região deveriam ter com ponto de partida a diversidade e a pluralidade. Andrade indicou que problemas sociais da região não derivavam puramente das condições climáticas, mas de um complexo arranjo socioeconômico. Para o autor, do ponto de vista da ação pública, o Semiárido esteve historicamente submetido ao caráter elitista de intervenção governamental que refletiu nas relações de poder, na desigualdade de acesso à água e à terra e na modificação dos ecossistemas existentes.

Silva (2006) e Malvezzi (2007) destacaram momentos históricos, em meados dos anos 1990, nos quais o convívio com o Semiárido se consolidou como uma perspectiva que se contrapôs e buscou superar a ideia de combater a seca. O convívio com o clima, para esses autores, vai além da capacidade de desenvolver-se economicamente, mas reflete uma percepção holística: social, ambiental, econômica e cultural. Pois, foi a partir da lida com esta diversidade, que as comunidades rurais se tornaram protagonistas, ao construírem técnicas e estratégias de convivência com o Semiárido. A diversidade sociocultural das regiões Semiáridas é, assim, colocada como ponto central para interpretá-las (Neves, 1918; Andrade, 1980; Dayrell, 2000; Duque, 2004; Silva, 2006; Malvezzi, 2007). Foi na convivência com as especificidades do clima que modos de vida foram construídos, tecendo territórios para além das condições naturais, mas marcados por identidades culturais específicas, que carregam comportamentos e símbolos criados a partir da relação com um determinado lugar (Haesbaert, 2003). A criação desta identidade dá espaço ao que Godoi (1998) denominou de “sistema do lugar”, que forma um elo entre o lugar geográfico, eventos históricos e as narrativas pessoais e comunitárias.

Estas identidades foram moldadas, em boa parte das vezes, em sintonia com um profundo conhecimento da natureza e dos territórios construídos por populações rurais ao longo do tempo. As influências culturais dos povos originários foram imprescindíveis para o processo de interiorização do Brasil. Holanda (1994) mostrou que os chamados “bandeirantes

paulistas”, que saiam por caminhos de “pé posto”, ou seja, pequenos "carreiros”, o faziam a partir da assimilação de técnicas indígenas. Os “paulistas” precisaram incorporar os saberes indígenas para sobreviver, pois, ao adentrar nestas terras áridas, o encontro com as *Samaritanas do Sertão*, aqueles veios d’águas que sobem até a superfície através das raízes das árvores, era fundamental para o deslocamento pelos territórios (Holanda, 1994).

Também os povos africanos formaram a cultura do Semiárido e do Brasil. Para além dos engenhos de açúcar e das minas, as culturas da terra foram moldadas a partir da confluência com os saberes trazidos de África (Ribeiro, 2015, Bispo dos Santos, 2023). Na Caatinga, os quilombos permaneciam a partir do conhecimento das safras dos frutos nativos, do beneficiamento da mandioca e da cana e na confiança na fartura das águas (Bispo dos Santos, 2023).

A diversidade de relações entre humanos e não humanos criou espaços dotados de amplos significados, os territórios: povos das florestas, povos do Cerrado, povos de fundo de pastos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu. Estes espaços representam formas de apropriações de recursos da natureza como recursos de uso comuns. São as “terras tradicionalmente ocupadas” e dizem respeito aos desdobramentos das lutas sociais iniciadas a partir de tomada de posição política de bases religiosas na década de 1980 (Almeida, 2006).⁷ Certo é que estes povos resistiram através da consolidação de culturas, com modos particulares de ocupar a terra. Sujeitos que incorporaram fatores étnicos, geográficos, elementos de consciência ecológica e critérios de gênero para se auto definirem como modalidades de apropriação coletiva da natureza (Ribeiro, 2005).

Também revelam as relações de base camponesa que tiveram destaque importante no povoamento do interior brasileiro, e quase sempre, por meio da mobilidade populacional, ajustes ao meio, encontros tensos e conflituosos de culturas (Brandão, 1986; Cândido, 1975; Holanda, 1994; Ribeiro, 2015), contribuíram também para a construção material e imaterial de um Semiárido diverso em natureza e gente.

2.2 Áreas úmidas do Semiárido brasileiro

No Semiárido, a água – ou a falta dela– estabeleceu o ritmo de vida, a mobilidade pelos territórios – entre a mata e agreste, dos brejos à caatinga – e o modo de organizar a produção de alimentos (Andrade, 1980). Ao longo do processo de ocupação do território, a agricultura

⁷ Reconhecidas na Constituição de 1988, na convenção 169 da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (Almeida, 2006).

camponesa ocupava pequenas áreas, voltadas para o abastecimento da família, e as roças eram feitas nos locais mais úmidos com solos mais férteis, ricos em matéria orgânica. Essas áreas incluem brejos, lagoas, açudes e outros corpos de águas que oferecem condições mais favoráveis para a vida vegetal e animal, além de servirem como fonte para as comunidades locais:

Os pés-de-serra para onde afluem os materiais transportados das encostas pelas enxurradas, possuem quase sempre um manto de solo mais espesso, o que permite a conservação, por um espaço de tempo maior, da umidade fornecida na estação chuvosa. Daí serem os mesmos considerados brejos e geralmente utilizados por agricultores nas regiões de clima semi-árido (Andrade, 1980:26).

Andrade (1980) também observou que as regiões sob o domínio dos calcários tinham disponibilidade de água o ano todo, e mesmo quando não havia águas superficiais, a abertura de cacimbas permitia o uso da umidade do solo. Segundo o autor, estes ambientes apresentam condições de umidade e pluviometria que proporcionam a organização do espaço baseada na agricultura (mandioca, feijão, milho, algodão).

Em 1955, Aziz Nacib Ab'Sáber (1999) classificou os brejos como paisagens úmidas “que conseguem quebrar a monotonia das condições físicas e ecológicas dos sertões secos” (Ab'Saber, 1999, p.17) e classificou estas áreas quanto à posição: brejos de cimeira ou de altitude, brejos de encosta, brejos de pé de serra (piemonte), brejos de vales úmidos (ribeiras), e brejos de olhos d'água. O autor denominou “enclaves de brejos” as formas de microrregiões úmidas e florestadas, com solos de boa fertilidade natural” (Ab'Saber, 2003). Cabe ressaltar que estas classificações estavam subordinadas ao Nordeste brasileiro, foco da pesquisa do autor.

O rio São Francisco e seus afluentes, à medida que diminuía o volume de suas águas, desvelavam áreas úmidas em suas margens onde passaram a predominar culturas de vazante. As vazantes são áreas muito férteis, sazonalmente inundadas pelas águas do rio. A partir do conhecimento dos ciclos naturais das águas, foram ocupadas com as culturas da melancia, feijão, milho e abóbora. Assim, também se formava uma vida ribeirinha mediada pelo tempo da chuva, através de um movimento para as terras altas e, no tempo da seca, com a vinda para o barranco do rio (Andrade, 1980; Brasil, 2022). “Um rio são muitos” (Lima, 2000:1) e, portanto, suas águas modelam mais que a paisagem, a formação da cultura de seus povos. Este foi o caso, por exemplo, da comunidade quilombola de Brejo do Crioulos, no município de Varzelândia, Semiárido mineiro. Nesta comunidade, os brejos conformam a identidade e representam as vazantes do rio Verde Grande, onde “a vida social do grupo processou-se

articulando a produção agrícola, basicamente feijão ou fava, arroz, milho, cana, mandioca e algodão plantados nas terras da vazante (...)” (Costa, 2016, p.34). Técnicas de manejo de solo e água são expressas na lida com as áreas úmidas:

Tem ano que o rio não enche muito, aí eu planto pouco, pois fica seco. Mas eu planto feijão de arranque na vazante, planto feijão de corda, feijão andu, arroz, mandioca, abóbora, quiabo, maxixe, melão, caxixe, moranga e melancia. Tô com as sementes tudo aí! Dá cana demais, mas eu não planto. Planta essa época, de quando o rio desce. O rio desce, então, começa a limpar (Das Graças, 2024, p.39).

Portanto, o povoamento no interior do Semiárido brasileiro e mineiro foi orientado pela existência de áreas úmidas, que garantiam, além do desenvolvimento de modos de vida, a manutenção de ecossistemas. Também se revela como um Semiárido diverso, para além do estereótipo da seca, moldado pelas culturas, da terra e do povo.

2.3 Comunidades rurais

O campesinato brasileiro se desenvolveu a partir de mudanças profundas na relação com a terra e com o trabalho (Martins, 1981). À medida que culturas africanas e europeias rumaram do açúcar no litoral do Nordeste ao interior do Brasil por meio “das bandeiras de devassamento dos sertões” (Ribeiro, 2015, p.268), indígenas foram incorporados à cultura de plantar mandioca, feijão, milho, abóbora e tubérculos para comer com a carne da caça ou da pescaria, o uso de fumo para pito, do urucum e da pimenta. Também mostrava a adaptação à região, as técnicas de lavoura de coivara, de caça, de pesca, o extrativismo de frutos silvestres, bem como o uso de redes, gamelas, porongos e peneiras (Andrade, 1980; Ribeiro, 2015).

Em todo o Brasil, enquanto as sesmarias concentraram as terras nas mãos da oligarquia, os direitos dos camponeses eram considerados, em parte, a partir da sua relação de agregados, como concessão em estar na terra em troca de trabalho, colocando-o numa situação de não ser proprietário das terras, mas também de não ser escravo (Martins, 1981; Silva, 1990; Ribeiro, 2015). Na República Velha, estes camponeses viram-se à parte da constituição republicana, quando se transferiu as terras devolutas para o Estado e, por meio deste, repassando-as para as oligarquias regionais. Estas eram proprietárias que não as cultivavam diretamente e dependiam de terceiros que se encarregavam de cultivar e produzir, os meeiros.

Mesmo nessas situações adversas, comunidades camponesas se estabeleceram e se

constituíram por meio de relações baseadas na articulação entre terra, trabalho e família⁸ (Wanderley, 1996).

Comunidades camponesas interagem frequentemente com o mercado por meio das vendas, mas mantêm o foco em uma produção destinada à manutenção da família – parte fundamental da base alimentar –, e em relação simbiótica com a biodiversidade, com a água e a terra (Ploeg, 2009). Difere-se da agricultura empresarial, ou seja, da agricultura industrializada; enquanto esta constituiu-se a partir de um capital financeiro, de uma economia de escala e da grande produtividade, a agricultura camponesa é pautada na gestão de *capital ecológico*, numa troca não-mercantilizada com a natureza. Compreende, assim, uma relação de interdependência do trabalho com a natureza da terra e tem como pauta principal a luta por autonomia, objetivando a criação ou permanência no desenvolvimento de uma base de recursos sociais e ambientais autogeridos (Ploeg, 2009).

No Semiárido, parte da população camponesa era autorizada a cultivar as lavouras de subsistência e vivia em sítios distantes do engenho de cana de açúcar. Estes pagavam uma renda (foro), anualmente, a partir daquilo que era produzido. A agricultura baseada na mandioca, feijão e milho eram os cultivos efetuados no tempo que os lavradores alternavam com o trabalho do engenho, e nos anos de muita fartura – nos anos bons de chuva – o excedente era vendido (Andrade, 1980).

Malvezzi (2007) investigou sobre as bases que permitem a permanência da população no rural do Semiárido e concluiu que, entre as razões, há uma forte relação cultural criada a partir do convívio entre pessoas, natureza e clima. Os laços de parentesco na trama com a terra é um dos pilares que mantém a agricultura familiar de base camponesa. Novaes (2018) abordou como ocorria, no *gerais* Sanfranciscano, a construção e reconstrução de pertencimento ao lugar, a partir das lembranças e memórias compartilhadas por gerações de lavradores. Ser (re)conhecido nutre o sentimento de pertencimento. “*Aqui todo mundo é parente*” era frase corriqueira encontrada constantemente pela autora e que sintetizava códigos de reciprocidade das comunidades rurais no Semiárido do Médio São Francisco, mas

⁸ Foi somente em 2006, após muita luta de movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que o governo brasileiro, por meio da Lei nº 11.326, estabeleceu as diretrizes para a formulação da *Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais* e definiu como agricultor familiar quem pratica atividades no meio rural e que atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

também demarcava, além de atualizar, as origens de cada família em uma comunidade. Novaes observou, ainda, que alimentar histórias de origem comum era uma forma de alimentar identidades no acesso à terra. As festas, o ficar junto e o fato de ali todo mundo se conhecer ou ser parente eram alguns dos fundamentos de constituição de comunidades.

Mobilidade espacial e migração em grupos sociais camponeses no Semiárido estão intrinsecamente articuladas às estratégias de reprodução social no grupo doméstico e a períodos de fartura e escassez relacionados aos ciclos de chuva e safras locais. Práticas migratórias e mobilidade estão, assim, profundamente vinculadas, no tempo e no espaço, à estrutura familiar, à hierarquia de gênero, às redes de parentesco e à economia envolvente (Woortmann, 1990; Ribeiro e Galizoni, 2003).

Os sitiantes camponeses que possuem domínio sobre a terra, percebida como um território definido pelo parentesco, observam a migração como possibilidade de acumulação de patrimônio, muitas vezes motivada pela pouca terra para produzir. É, portanto, uma das formas para alcançar um roçado independente, comprar gado, e, posteriormente, casar-se e reproduzir, física e simbolicamente, família e comunidade (Woortmann, 1990). A “viagem”, nesse contexto, representa a busca pelo direito à independência e, historicamente, foi prática mais comumente realizada por homens. Aqueles que partiam e deixavam mulheres e filhos/as asseguravam a permanência da família na terra. Esta trajetória é ilustrada com maestria pela música “Curvas do rio”, de Elomar Figueira Melo, gravada em 1978, que descreveu a migração sazonal como a jornada de um lavrador em busca de oportunidades de ganho e, para isso, precisava deixar sua mulher e filhos. Ele promete retornar, indicando assim, uma migração cíclica:

Tá um apêrto
 Mas qui tempão de Deus no sertão catinguêro
 Vô dá um fora
 Só dano um pulo agora in Son Palo Triang'Minêro
 É duro môço esse mosquêro na cozinha
 A corda pura e a cuia sem um grão de farinha
 A bença Afiloteus
 Te deixo entregue nas guarda de Deus
 Nocença ai sôdade viu
 Pai volta prá curva do rio
 (Elomar Figueira Melo. Na quadrada das águas perdidas, 1978)

Manuel Correia de Andrade (1980) analisou a migração como uma busca por melhores oportunidades para a agricultura camponesa no Semiárido, historicamente negligenciada em termos de investimento. As lavouras de agricultores familiares, muitas vezes chamados de

lavouras de pobre, enfrentavam desafios como a falta de acesso a recursos e a políticas públicas adequadas, o que limitava sua capacidade de desenvolvimento.

Migrar diz sobre o tempo das “coisas”: migra-se para “conhecer o mundo”, adquirir bens para um casamento, para manter a família em épocas difíceis, para atender safras em outras regiões, por falta de chuva em algumas ocasiões e, nas piores delas, quando a fonte seca.

Assim, compreender a mobilidade das famílias rurais é crucial para analisar a dinâmica de produção de alimentos e a reprodução social de grupos que enfrentam adversidades sociais, climáticas e precisam criar e recriar seus modos de vida. Nesse ponto, mobilidade espacial e água estabelecem relações muito íntimas.

2.4 Dinâmicas hidrossociais no Semiárido mineiro

Ao longo da ocupação colonizadora do Semiárido, a dinâmica entre os tempos de seca e águas se complementam como um “mal e o remédio” (Neves, 1918:39). Um mal porque é um fenômeno observável ao longo da ocupação desta área, mas um remédio, porque a população tem entendimento dos ciclos naturais e do potencial da região. Previnem-se da seca a partir do uso da água do subsolo feito por poços superficiais, tubulares ou artesianos, reservatório natural da água da chuva: “lá nos vastos sequeiros, pela própria natureza feitos, esses profundos caldeirões de granito (...) guardando, higienicamente, de uma a outra sêcca brava, a água pluvial” (Neves, 1918:35). Também os embrejados dos *aquíferos campos geraes*, como denominados por Neves, tornam-se úteis nos anos de estiagem. Quando a seca apertava e o tempo das chuvas não vinha, as populações migravam para áreas com maior oferta de água, como os brejos (Andrade, 1980).

À medida que a população colonizadora avançou para o interior e promoveu a expansão das lavouras e da pecuária bovina, a convivência com o clima semiárido tornou-se indispensável para a permanência neste território. Junto à técnica do pousio – isto é, a prática de deixar o solo “descansar” para recuperar a fertilidade – e aos processos de cultivos adaptados, os poços se somavam a formas de lidar com os ciclos climáticos (Neves, 1918). Também o armazenamento da chuva em cacimbas – bacias de captação de enxurradas – ajudavam a garantir o acesso a água:

Os barreiros – depressões escavadas no solo – e os tanques, depressões escavadas a dinamite nas rochas, secam, e os rios cortam, reduzindo-se a poços em pontos distantes uns dos outros. Por isto os fazendeiros tratam de

construir açudes, barreiros, tanques e cacimbas a fim de que o gado possa permanecer grande parte do verão em suas propriedades. As cacimbas (...) são cavadas nos leitos dos grandes rios para aproveitar o lençol d'água aluvial. À proporção que o estio se prolonga e o nível das águas baixa, a cacimba vai sendo aprofundada (Andrade,1980:27).

A seca acontece, mas a população construiu mecanismos que asseguravam sua convivência com os tempos de estiagens (Andrade, 1980) e, nessas situações, ganham relevo as formas de acesso, partilha, manejo e consumo de água.

Para comunidades camponesas, as fontes de águas quase sempre foram percebidas e geridas como bem comum e ponto importante na reprodução de modos de vida, de saberes e fazeres. As percepções culturais a partir desta relação entre grupo social e águas fundamentam sistemas de conhecimentos, normas costumeiras de usos, e têm como base relações familiares e de vizinhança. Estas comunidades, boa parte das vezes, compreendem as águas como dádiva e não como um produto mercantil, e seu uso regrado significa a permanência ou mobilidade em um determinado território, a vitalidade para humanos e não humanos, a observação dos ciclos, a criação de classificações e a experimentação como suporte às práticas do cotidiano (Diegues, 2007; Galizoni e Ribeiro, 2013).

Boelens (2013) caracterizou o ciclo das águas nas sociedades como *ciclo hidrossocial*, destacando como as águas, a infraestrutura criada e a natureza estão interligadas com significados culturais e identidades. Os sistemas de irrigação andinos analisados pelo autor não eram apenas estruturas físicas, mas também construções políticas e culturais que incorporam conhecimento local, valores, acordos de domínio e relações de poder. Para Boelens, o ciclo hidrocossmológico é um conceito chave que liga diferentes culturas das águas, estruturas de direitos e visões de mundo à construção dos fluxos hidrológicos. Também destaca como a metafísica se relaciona com a política e o poder na gestão da água, e a governança da água baseada em visões de mundo e cosmovisões se sobrepõe a outras racionalidades, como a racionalidade econômica neoliberal, capitalista e governamental.

As relações entre sociedades e águas criam, de acordo com Linton e Budds (2003), *ciclos hidrossociais*, pois exprimem construções sociais e coproduções, ou seja: transformações sociais interferem nas dinâmicas das águas e transformações nas águas interferem nas dinâmicas sociais. O ciclo hidrossocial é, portanto, na visão dos autores, um processo sócio-natural onde água e sociedade se conectam e fluem no espaço e no tempo e relacionam, de forma dialética, fluxos das águas, organização social e alimentam relações de poder. São então relações hidrossociais as que envolvem a gestão e manejo da água, e não

devem ser vistas somente como procedimento técnico, mas como processos relacionais a partir dos quais sociedade e água se influenciam mutuamente.

A sociedade encarrega-se de incluir neste ciclo aspectos econômicos, políticos e culturais, que transformam a água em um objeto passível de modificações humanas (Aleixo *et al.*, 2016). Ora tratada como recurso, ora como um bem, a percepção de cada grupo social torna a água em águas, no plural, e incorpora às suas trocas relações de poder, mas também identidades sociais.

Em estudos no vale do Jequitinhonha, Ribeiro e Galizoni (2003) indicaram que comunidades camponesas valorizam o conhecimento localizado e prático na gestão da água, enquanto as ciências agrárias muitas vezes consideram seus métodos ineficientes. A escassez de água é percebida de forma diferenciada, levando em consideração a qualidade e a quantidade do recurso, a renda das pessoas e a escala de consumo. Entre bem e recurso, as águas tornaram-se alvo de conflitos culturais, políticos e econômicos. Nesse mesmo sentido, Dayrell (2000) destacou que a seca é um fenômeno climático agravado pelas desigualdades sociais em função do desenvolvimento excludente.

Diegues (2007) apontou que as águas desempenhavam papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica dos modos de vida de povos tradicionais, onde os valores atribuídos se distinguem daqueles utilizados pelas sociedades urbano-industriais. Conhecimentos aprofundados sobre os ciclos naturais, transmitidos principalmente de forma oral, são características importantes na definição de culturas locais, pois embasam organizações sociais para o acesso e controle no uso das águas.

Comunidades rurais no Semiárido mineiro sempre lidaram com as peculiaridades do clima e do regime das chuvas e procuraram desenvolver estratégias de convivência e ajustes. Neves (1918) documentou grandes períodos de estiagem no Semiárido norte mineiro e na Bahia, no século XIX, e examinou como estes eventos afetaram as vidas das pessoas, provocaram fome, migração em massa e também ações do Estado. O autor defendeu que a população sabia lidar com as adversidades climáticas e ambientais, mas não conseguia potencializar seus recursos em função das relações herdadas do sistema casa grande-senzala e do mandonismo local (Queiroz, 1997).

No entanto, nas primeiras décadas do século XXI, a escala e intensidade de atividades antrópicas vinculadas a projetos desenvolvimentistas de “modernização” da agricultura e cenários de mudanças climáticas provocaram impactos como o secamento de mananciais no Semiárido mineiro (Galizoni *et al.*, 2010).

O Semiárido mineiro, diferente do resto do Semiárido, revelava uma fartura de nascentes, veredas e cursos d'águas, mas, a partir de 1970, enfrentou uma dinâmica agressiva do uso de seus recursos. A tomada de terras comuns e a substituição da vegetação nativa das chapadas por monoculturas, principalmente, de eucalipto, incentivadas por recursos públicos, alquebraram sistemas de convivência com o Semiárido. No Vale do Jequitinhonha, apesar do conhecimento local articular os recursos hídricos disponíveis com o acesso à natureza da chapada, a tomada de terras comuns reduziu a reprodução social da população rural às grotas. A população foi “encurralada”⁹: sem acesso às águas das nascentes e às terras costumeiramente usadas para a coleta de frutos, a caça e a solta do gado (Silva, 2019). No *gerais*, estudo realizado por Silva (2023) mapeou 127 leitões d'água mortos e expôs a produção da escassez à problemática da chegada das firmas.

No território do rio Peruaçu, afluente da margem esquerda do São Francisco, Cruz *et al.* (2020) estudaram duas comunidades no município de Januária, Onça e Araçá, e concluíram que o secamento das fontes de água ocasionou rompimento de dinâmicas de criação dos animais e da produção de alimentos por famílias rurais. Depois que o rio e as veredas secaram, as principais fontes de abastecimento de água para o consumo doméstico se tornaram os poços artesianos comunitários e particulares, e as cisternas de placas vinculadas ao Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)¹⁰ que recolhiam água da chuva. As comunidades de agricultores faziam a própria gestão dos “recursos hídricos”. Entretanto, eram águas que, após a morte de mananciais, precisavam ser *produzidas* por programas públicos, através de mediações externas, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, na perfuração de poço artesiano. Ou do Projeto Peruaçu, gerido pela Cáritas Diocesana de Januária, por meio da construção de cisternas de placas da parceria junto à Articulação do Semiárido - ASA, no programa *Um milhão de cisternas*.

Com a variação no regime das águas e a gestão pública de abastecimento ao mesmo tempo centralizada e desordenada, estabeleceram-se certas relações de favor, clientelistas, por meio de iniciativas como a perfuração de poços artesianos sem critérios, ou de como as águas conduzidas por caminhão pipa são reguladas pelos poderes municipais. Gomes (2001)

⁹ O termo “encurralamento” é utilizado para denominar o processo de tomada das chapadas pela monocultura do eucalipto e confinamento das comunidades às grotas e das veredas, abaixo das chapadas. Ver em Barbosa (2023).

¹⁰ O P1MC foi o primeiro programa desenvolvido pela Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA, dentro do projeto *Um milhão de cisternas*, iniciado nos anos 2000, que objetivou proporcionar o acesso descentralizado à água para consumo humano à 1.000.000 de famílias, através da captação e armazenamento da água da chuva. Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/acoef/p1mc>

ressaltou que o governo reage, não age, à eclosão de grandes secas, porque os custos políticos de não intervir são ainda mais altos. Neste ponto, para o autor, a situação de gestão descoordenada das políticas públicas de abastecimento e o clientelismo podem permanecer como *velhos problemas* para o Semiárido.

CAPÍTULO 3

O *GERAIS* NO MÉDIO SÃO FRANCISCO

No Médio São Francisco, na margem esquerda do rio, no Semiárido mineiro, a transição entre os biomas Cerrado e Caatinga revela-se, topograficamente, pela disposição de solos arenosos e argilosos, nesta ordem de sucessão, em direção ao rio São Francisco. Ao longo do relevo, existem chapadas compostas por áreas mais elevadas, o *gerais*, e, próximo das vazantes do rio, se apresentam as terras da *mata seca*, férteis, nas margens dos cursos d'água e do São Francisco, principalmente.

Em ambos os relevos, as fontes de água foram e são delimitadoras de territórios de comunidades rurais. Nas chapadas do *gerais*, as famílias agricultoras criaram domínios, habitações e produção de alimentos mediadas pelo acesso às águas, principalmente, das veredas. Constrói-se, assim, um lugar – um território – modelado, mais do que pela própria topografia ou composição do solo, pela reprodução das culturas que o compõem.

Em estudo realizado na Serra Geral, ao Norte de Minas, Dayrell (2000) compreendeu a reprodução social do campesinato com base no manejo de diferentes agroecossistemas. Caracterizou *gerais* como campos extensos e de terras arenosas, e o analisou por meio de sua paisagem plural composta por planaltos das regiões dominadas pelos cerrados, pelos solos normalmente ácidos e de baixa fertilidade natural, mas que garantiram fontes de matéria-prima e alimentos às comunidades a partir de coleta de frutos nativos, de plantas de uso medicinais, da caça, do uso de madeiras e fibras. As famílias geraizeiras¹¹, mesclavam atividades extrativistas com roçado e criação de animais e toda a força de trabalho advinha da unidade familiar. Por vezes, se tornavam agregados de fazendas, mas, quando dominavam seus terrenos, tiravam sustento dos quintais, plantação de brejos, roçados e extrativismo de frutos nativos. Portanto, um campesinato pautado na relação de trabalho familiar e no acesso à terra que, parte das vezes, implicava em mobilidade para a produção de alimentos.

A concepção de que “antes de Cerrado era tudo Gerais” permeia o trabalho de Mônica Nogueira, que estudou a identidade e territorialidade dos *geraizeiros*, também na Serra Geral

¹¹ A autodenominação geraizeiro é utilizada por grupos camponeses situados na região de domínio da Serra Geral, no norte de Minas Gerais para demarcar sua identidade cultural e territorial; são grupos que estabeleceram atividades produtivas que associam a agricultura à coleta de frutos nativos e à criação de animais nas chapadas Dayrell (2000).

norte mineira. A autora destacou que as comunidades obtinham cotidianamente produtos diversos do *gerais* – a alimentação para o gado, a coleta do mel, o extrativismo de frutos como o panã e pequi, acessados a partir do pertencimento ao lugar e à uma rede de parentesco. A dispersão das árvores permitia que a coleta se tornasse uma expedição e ampliava o domínio sobre aquelas terras (Nogueira, 2009).

Ribeiro (2010), estudando comunidades rurais das margens esquerda do São Francisco mineiro, compreendeu o *gerais* para além da classificação de vegetação do cerrado, mas como o conjunto diversificado de agroambientes coproduzidos no convívio com populações camponesas tradicionais. O termo *gerais* foi, assim, utilizado pelo autor para delimitar um território onde paisagem, vegetação, topografia, diversidade de ambientes compõem regimes agrários mediados pelo uso comum da terra, principalmente, para a prática de criação de gado *na solta*. A solta do gado é, assim, uma das características marcantes de uso em comum deste território.

Fagundes (2019:82), pesquisando o manejo do fogo em comunidades quilombolas no Jalapão, Tocantins, abordou o *gerais*, nessa mesma perspectiva, sob a ótica de classificações do bioma Cerrado:

Este termo [*gerais*] faz referência a uma extensa porção de terra arenosa localizada no Brasil central, composta por áreas de vegetação mais densa (chapadas), áreas abertas (campinas), florestais (capões) e úmidas (vargens, veredas e varjões), onde mesmo na seca a água é perene e abundante. (Fagundes, 2019: 29).

Também delimitou o *gerais* sob a perspectiva sociocultural, que seria, portanto:

um ambiente habitado por povos e comunidades tradicionais que percebem e classificam esta paisagem a partir de outros critérios, também atentos ao que se chamaria de propriedades fitofisionômicas da paisagem, mas articulando-as a partir de outros sistemas classificatórios. (Fagundes, 2019: 82).

Ao longo da história, o *gerais* do Médio São Francisco esteve vinculado às territorialidades indígenas. De acordo com Pereira (2004, p.47.), desde o século XVII havia notícias dos povos Caiapós habitando essa região: “nação bravia, fixaram-se mais à margem esquerda, numa faixa que vai do atual São Romão ao Carinhanha” e usufruíam da caça e pesca abundante, que ocorria tanto no rio São Francisco como seus afluentes (**figura 5**). Esses territórios também foram marcados pela chegada dos povos Xakriabá, que habitavam as margens do rio Tocantins até o São Francisco: só conseguiam atravessar aqueles grandes rios os que eram “bons de remo”; assim, partes da identidade do povo Xakriabá estão atreladas aos saberes e fazeres da terra e da água, juntas (Correia, 2018).

Figura 5. Domínio do território indígena no Médio São Francisco, século XVI.



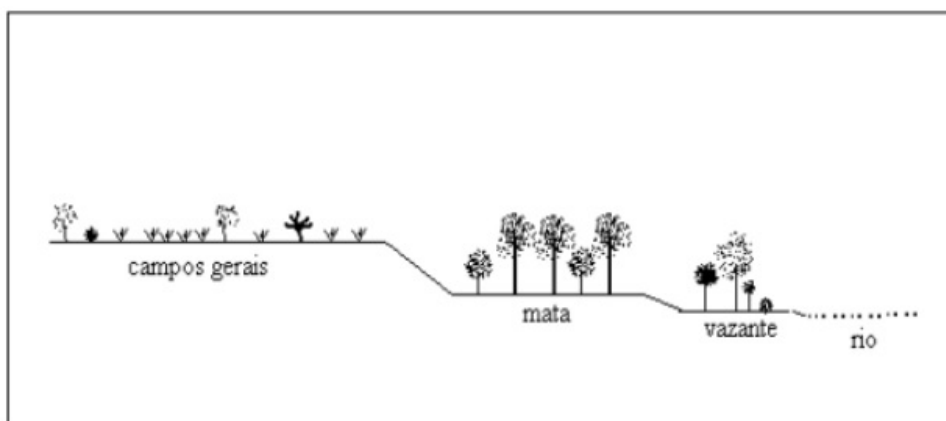
Fonte: Pereira (2004).

No correr da sua ocupação, a diversidade de recursos da natureza no *gerais* no Médio São Francisco relacionou-se às paisagens: às chapadas e campos (o agroambiente dos *gerais*, propriamente dito), à umidade dos *brejos* (de riachos, veredas e vazantes), às terras de *culturas* (de vereda e de mata seca) e *vazantes*, estas nas margens do rio São Francisco (ver esquema da paisagem representado na **figura 6**).

Cada solo, condicionado à topografia até o rio São Francisco, compõe o relevo aplainado do *gerais*. O topo é composto pelos campos gerais por arenito do Grupo Urucuia, que formam os topos das chapadas. Abaixo, os calcários da formação Lagoa do Jacaré até chegar nas planícies fluviais de deposições de um rio grande, caminho das nascentes que brotaram na abertura do rio São Francisco (Iglesias-Martínez e Uhlein, 2009).

Os sistemas tradicionais de cultivo e criação de comunidades rurais do *gerais* procurou combinar estes agroambientes a partir das disponibilidades de água ao longo do ano e, por meio desse manejo, proporcionou, por três séculos, modos de vida no vale do São Francisco (Galizoni, 2005; Ribeiro, 2010).

Figura 6. Desenho esquemático da paisagem do *gerais*.



Fonte: Galizoni (2005).

3.1 Os brejos

No *gerais* do Médio São Francisco, insurgências designadas pelas famílias geralistas como “brejos” tiveram papel fundamental na alimentação, na territorialização e no surgimento de sistemas de produção de alimentos baseados em usos peculiares e comuns de terra e águas.

Os brejos podem ser caracterizados como “baixões” úmidos, geralmente férteis e frescos, que vão de encontro com veredas, riachos, córregos e rios e representam agroambientes que são socialmente manejados, construídos e categorizados a partir de conhecimentos tradicionais sobre a natureza (Galizoni, 2005; Ribeiro, 2010; Medeiros, 2011; Silva, 2020; Cruz, 2021).

Estes ambientes, por vezes, nomeiam comunidades, como no caso Brejo dos Calungas e Brejo do Amparo, no município de Januária, e do Brejo dos Crioulos, no município de Varzelândia. Também se tornam referências de territorialidades baseada na biodiversidade de áreas úmidas, como na Vereda das Emas, no município de Bonito de Minas, ou da Vila Buriti, no rio Peruaçu, entre Bonito de Minas e Cônego Marinho.

Brejo é cenário e horizonte para as famílias agricultoras, mas também na literatura regional. O romance “Antônio Dó - o bandoleiro das barrancas”, de Manoel Ambrósio, narra os caminhos trilhados por Antônio Dó e sua tropa pelo *gerais*, por revoltas que envolvem disputas por nascentes, terras e vinganças que mudaram a vida deste personagem, originalmente, um lavrador em São Francisco.

A cultura alimentar no *gerais* estabeleceu-se a partir da relação de comunidades com as áreas úmidas, interconectadas com o uso dos frutos nativos e a criação dos animais no sistema de *solta* (Dayrell, 2000; Galizoni, 2005; Medeiros, 2011; Costa, 2016; Santos, 2010; Santos *et*

al., 2010a). Os hábitos alimentares ecoam nas cantigas para as crianças: “Pé de pilão, pé de pilão, carne seca com feijão” (Ribeiro, 1970, p.172).

Em viagem à Minas Gerais, no início do século XIX, o memorialista Saint-Hilaire (1975, p. 346) registrou, em diário, sua passagem por Salgado – como era denominado na época o povoado que veio a ser Januária –, a descrição: “(...) as terras nas imediações de Salgado, em que se fazem as plantações, são as mais baixas e mais úmidas”. Destacou também a interrelação destas áreas com a topografia formada pelas rochas calcárias e com aspectos sociais:

As montanhas contra as quais Salgado está, por assim dizer, colocado, são as que desenham o Vale do S. Francisco. Para além da povoação, a planície, insinuando-se pelo meio delas, forma uma espécie de alça onde o terreno é inteiramente cultivado, e onde se vêem por toda a parte habitações que, na maioria, possuem engenhos de açúcar. Desde o Rio de Janeiro, não vira ainda tão considerável extensão de terreno cultivado. (Saint-Hilaire, 1975, p. 346)

Em visita ao *gerais*, em viagem realizada 1875, Tomás Montenegro escreve sobre a abundante ocorrência de brejos:

Reatando, porém, o que íamos dizendo a respeito da lavoura, elevemos notar que ela não se limita às ilhas e vazantes do rio de S. Francisco. Planta-se também, e muito, fora d'ahi, nos lugares afastados das margens, aqui conhecidos pelo nome de caatingas, nos inúmeros brejos, que são lugares cortados por pequenos riachos que conservam sempre a humidade, mesmo na ausência das chuvas. Saindo do rio S. Francisco, encontram-se os numerosos tributários, que banham terrenos, cuja fertilidade ainda se pode considerar superior. Entre estes sobressaem o rio Grande com seus subtributários rio Preto, rio Branco, rio de Janeiro, rio das Ondas e outros; e o rio Corrente, com os seus Formoso e Arrojado; o Paracatú, Verde Grande, Verde Pequeno, Urucuia, Carinhonha, Paramirim, Icatú, Salitre, e muitos outros. (Montenegro, 1875, pág.33).

Nos brejos, as comunidades de lavradores produziam principalmente feijão de arranque (*phaseolus vulgaris*) e abóbora, mas também cana, e, em menor quantidade, arroz, milho e o cultivo da horta. Devido à sua importância, cada palmo do brejo era e é valorizado e ocupado de maneira que todas as famílias tinham seu lugar para trabalhar, sendo alvo inclusive de normas próprias de herança (Galizoni, 2005). Quanto ao uso e ocupação do solo, as moradias e os quintais são, predominantemente, construídos na transição entre brejo e as terras mais elevadas, chapadas (Ribeiro, 2010; Santos *et al.*, 2010a; Viana, 2010).

Na bacia do rio do Cochos, município de Januária, agricultores narraram que:

(...) nos brejos, que eram áreas baixas, as veredas, plantava muito o milho. Sempre que plantava o feijão, a gente plantava milho (...). Na parte mais úmida plantava o arroz, o milho, o feijão; na parte mais alta, que ainda estava bem úmida, fazia o plantio de mandioca mansa, mandioca manteiga (...) (Santos *et al.*, 2010a, p.169).

Cana também era plantada no brejo, no mês de abril, e, a depender da distância do corpo d'águas, os cultivos eram organizados de formas diversas.

No saber local, o *botar brejo* significava a prática de plantar nas áreas úmidas dos cursos d'água, unindo o modo de plantar e de *ter* a terra (Medeiros, 2011). Ainda, o sistema de plantio no brejo era diferente do plantio no sequeiro, no cerrado ou na mata. Nos brejos, a depender se é tempo de seca ou das chuvas, as culturas eram selecionadas. No início do tempo de seca, ali por volta de abril, era o momento de plantar principalmente o feijão de arranque; perto das águas, na época das chuvas, produzia-se arroz (Santos *et al.*, 2010a).

Medeiros (2011) realizou uma diferenciação entre áreas úmidas dos *gerais Sanfranciscano*, sendo: a vereda e o brejo. Destacou que na etnoclassificação das comunidades estudadas por ela na região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, vereda e brejo podem parecer, a princípio, a mesma coisa, mas não são. Vereda era onde tinha buriti aglomerado, e a diferença do brejo e da vereda era a água: na vereda a água é límpida, sem barro e tem areia branca. O brejo era um lugar pantanoso, portanto as pessoas não tomavam banho. Assim, de acordo com o conhecimento local havia o *brejo do brejo* e o *brejo de vereda*:

O 'brejo do brejo' e o 'brejo da vereda', algo que indicava uma expansão do conceito para além da constatação física. Pois se 'brejo' poderia ser empregado tanto ao brejo quanto à vereda, lançava-se uma relação de 'estar' mais do que de 'ser'; em outras palavras, a uma condição que um e outro poderiam assumir mediante alguma operação. Essa operação era o trabalho. Quando Dona Lu fala em 'brejo do brejo' e 'brejo da vereda' referia-se à possibilidade de um e outro estarem 'de trabalho' – ou seja, não estarem 'virgens' ou 'puros'. Assim, brejo, além da constatação de um ambiente natural, era dito sobre algo que era feito, fabricado, criado, posto: que se bota, enfim (Medeiros, 2011, p. 95).

Nas comunidades pesquisadas do *gerais* na margem esquerda do São Francisco, brejo se associou, quase que invariavelmente, à vereda. Medeiros (2011: 94) compreendeu que o brejo se situava dentro da vereda (**imagem 3**): “Plantava dentro da vereda. É dentro do brejo, na vereda é que a gente plantava”. No estudo de Cruz (2018), brejo e vereda estavam vinculados, mas o autor destacou segurança alimentar propiciada pela a produção de alimentos no brejo, pela fertilidade de seu solo, e por sua valia nas épocas de chuvas incertas.

Santos *et al.* 2010 destacaram essa intersecção entre a vereda, o brejo e os sistemas agrários criados nestes agroambientes:

A vereda também é brejo. Onde é molhado, onde tem água, é brejo. Está molhado, está *brejado* como se diz. Tem o brejo lá na vereda, mas a vereda é específica pela presença de planta e pela característica do solo do cerrado. A vereda é um brejo que tem uma planta típica e um solo típico. Eles aproveitam aquelas partes, o baixio mais forte, para fazer o plantio. Lá eles plantam o arroz, a cana também (Santos *et al.*, 2010, p.16).

Na **imagem 3**, pode-se observar a conexão entre buritis, as palmeiras nativas presentes na foto, e os pés de bananas plantados.

Imagem 3. Brejo de vereda.



Foto: Eduardo Ribeiro, 2008.

A partir das vivências e conhecimento dos agricultores da comunidade de Cabeceirinha, município de Januária, Silva (2020) encontrou classificações locais que diferenciavam brejo e vereda pela quantidade de água disponível nestes ambientes e o tipo de solo. O brejo apresenta um “galho” – curso d’água menor que uma *grotta* – e é uma área que não necessariamente precisa da chuva para poder plantar, pois, além da umidade elevada no subsolo, há água na superfície. A “vereda”, por sua vez, também tem um “galho”, porém em maior volume que o brejo. Além disso, o solo da vereda é mais claro, mais arenoso e menos fértil que o do brejo, que tem “terra escura” e “forte”.

Pode-se observar, na **imagem 4**, o solo mais argiloso e escuro, do brejo na vereda da Larga, em função da presença de matéria orgânica. A fotografia foi tirada no mês de maio de 2024, durante o tempo de estiagem, e, mesmo nesta época, o solo mantinha-se bastante

úmido, e até mesmo com acúmulo de água.

Imagem 4. Solo de brejo, Comunidade de Larga.



Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

Para as famílias generalistas, o brejo, para além de um lugar naturalmente condicionado à formação dos solos e a ambientes geológicos pretéritos, é um ambiente construído por meio da interação do trabalho camponês com a natureza, na elaboração da roça e de relações sociais, e, neste caso, segundo Medeiros (2011), reflete uma relação mais de “estar” do que “ser” brejo, pois torna-se brejo aquele lugar na vereda que, a partir do conhecimento local sobre as dotações da natureza, se torna propício para a produção de alimentos o ano todo.

Na literatura técnica, vereda foi definida por Ribeiro e Walter (1998) como uma fitofisionomia do Cerrado, com presença de palmeira arbórea *Mauritia flexuosa*, o buriti, em meio a agrupamentos de espécies arbustivos-herbáceas, circundadas por Campo Limpo (fitofisionomia predominantemente herbácea, com raros arbustos e ausência completa de árvores), geralmente úmido. São encontradas em solos hidromórficos, ou seja, sujeitos à alternância natural de períodos de alagamento e secamento, podendo estar saturados durante a maior parte do ano. De acordo com esses autores, as veredas geralmente ocorrem em vales ou

áreas planas, próximas às nascentes (olhos d'água) ou na borda de Matas de Galeria (vegetação florestal que acompanha os rios de pequeno porte e córregos dos planaltos do Brasil Central). Para Ribeiro e Walter, a ocorrência da vereda é condicionada pelo afloramento do lençol freático, em função de camadas de permeabilidade diferentes em áreas de formações sedimentares dos períodos Cretáceo e Triássico.

Por sua vez, a Lei número 9.375, de 12 de dezembro de 1986, classificou as veredas da seguinte forma:

I - Veredas de encosta - as situadas em áreas de exsudação do lençol freático, com solo arenoso, e eventualmente argiloso solo hidromórfico - com cobertura vegetal herbácea, com a presença ou não de buritis, ocorrendo nas bordas de chapadas, em declives pouco acentuados, em formas semelhantes a meia-lua;

II - Veredas de superfície aplainada - as situadas em áreas de exsudação do lençol freático, com solo argiloso, frequentemente turfoso na zona encharcada, e solo arenoso ou siltoso na zona menos úmida - solo hidromórfico -, com a presença ou não de buritis e mata-galeria;

III - veredas-várzea - as situadas em áreas de exsudação do lençol freático, em transição para áreas de acumulação de sedimentos aluviais, típicos de planície de inundação ou várzea, com vegetação transicional de espécies herbáceas e buritizais para mata-galeria. (Brasil, 1986).

Já a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, definiu vereda como uma “fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos, usualmente com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa*, buriti emergente, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas” (Brasil, 2012, p.4). Esta mesma lei também denominou várzea como: “várzea de inundação ou planície de inundação: áreas marginais a cursos d'água sujeitas a enchentes e inundações periódicas” (Brasil, 2012, p.5). No entanto, não fez menção ao brejo, mas sim “áreas úmidas”, definidas por “pantanais e superfícies terrestres cobertas de forma periódica por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação” (Brasil, 2012, p.5).

É importante destacar que a legislação brasileira, apesar de se atentar para a definição e descrição dos tipos de veredas, o faz de uma forma ampla, sem mencionar os brejos, que são tão importantes nos sistemas generalistas de conhecer, classificar e lidar com as áreas úmidas da natureza do *gerais*.

CAPÍTULO 4

NO CAMINHO DAS ÁGUAS

4.1 Vivência nos brejos

a) Dona Oni

As lembranças da senhora Oni de Carvalho Vieira¹², 90 anos, sobre sua vivência nas áreas úmidas da comunidade de Bom Jantar, em Januária, criaram para a pesquisadora uma primeira aproximação acerca dos modos costumeiros na relação com os brejos.¹³

Nas entrevistas, a senhora Oni teceu uma linha do tempo desde a sua infância até a velhice: a vida no Bom Jantar, os deslocamentos de lá para Cantinho, São Joaquim, Pau D'Óleo, Tejuco, a volta ao Bom Jantar, e por fim, Januária. Ao longo de sua trajetória de vida, foi sempre a fartura proporcionada pelas águas e brejos que a motivaram a se deslocar, seja na mobilidade espacial, seja na mobilidade da memória.

A infância no Bom Jantar¹⁴ foi cercada de lembranças dos afazeres que envolviam a relação com a água: “– Nós íamos 5 horas da manhã buscar água no riacho, antes que o gado descesse para beber, para não sujar a água. E, quando chegava em casa, mãe já tinha lavado os potes e a gente coava água. Tudo era com a água do rio do Bom Jantar. (...) Pai plantava de tudo: cana, mandioca, feijão de corda... Plantava, porque tinha chuva, eram seis meses de chuva, seis meses de seca. Toda a vida, seis meses de chuva, seis meses de seca. Agora: o brejo, era mais resguardado para o plantio de feijão de arranca e arroz”.

Ao recordar do riacho do Tejuco, dona Oni abriu um parêntese: “– O riacho era de sete anos: sete anos tinha água, sete anos não”. Quando tinha água, o Tejuco corria o ano todo, mas quando *cortava*, como mencionou, sua família se deslocava para a região de São Joaquim, no *gerais* de Januária. Isto porque a água domiciliar no Tejuco era conseguida através de cisterna cavada ao lado do riacho, mas não conseguia atender a demanda de todas

¹² Conteúdo cedido à Isabela Martins Itabaiana, em set. 2023, durante conversas, junto de Maria Eliza, sua filha mais velha.

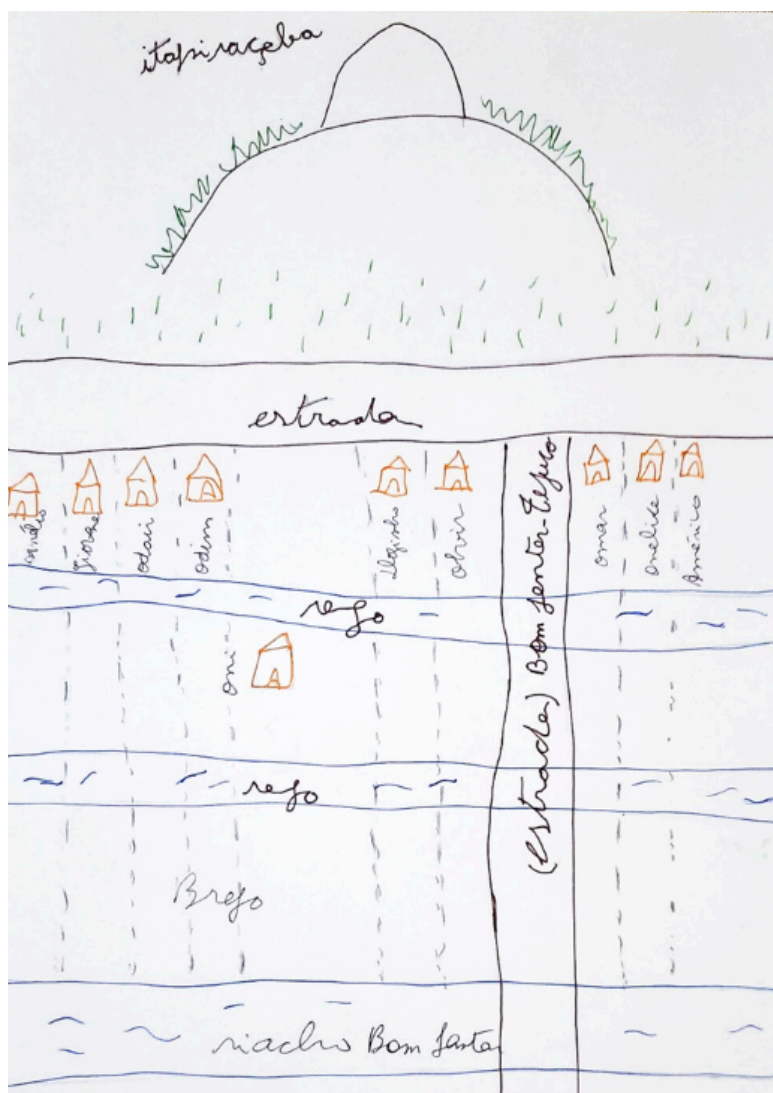
¹³ Geralmente, as conversas ocorreram no banco de buriti, no quintal da residência de dona Oni, ou no fim de tarde, na cidade de Januária na praça Jove da Mata, – que leva este nome em homenagem ao poeta januaense Joviano dos Santos, que escrevia sobre os povos ribeirinhos, as situações cotidianas e o rio. A partir dessas entrevistas com dona Oni, tinha-se um suporte de temas para os próximos encontros. Sob o olhar de quem conta, a pesquisa incorpora a compreensão do significado cultural, a partir de uma experiência própria (Geertz, 1997).

¹⁴ O rio Bom Jantar é o nome dado ao rio dos Cochos na comunidade em que Dona Oni morava, a comunidade Bom Jantar. Em 2024, é um dos leitões mortos.

as famílias da localidade. Houve um ano em que a água do Tejuco secou, ela mudou-se para os “Campos” (região banhada pelo rio Pandeiros). Assim que o rio Tejuco voltou, também a senhora Oni e seu esposo voltaram para lá. Os deslocamentos espaciais realizados junto do marido e ao longo dos anos, com os filhos, eram em busca dos brejos, de áreas úmidas para o plantio.

A volta para o Bom Jantar ocorreu no momento da divisão de herança de seu pai: o terreno era imenso, começava no morro do Itapiraçaba e ia até no riacho, nele viviam cerca de 60 agregados. Na herança, a terra foi dividida entre os 17 irmãos. Na parte destinada a ela, havia uma casa antiga, situada próxima à água, entre dois regos, que eram canais construídos a partir do curso principal (**Figura 7**). Todas as outras casas foram, ao longo dos anos, construídas perto da estrada, com vista para o Morro do Itapiraçaba, mas a dela era a mais próxima da água. Como seu marido lidava com o gado, o brejo era utilizado também para o plantio de cana e capim, para a alimentação dos animais.

Figura 7. Croqui desenhado por Maria Eliza e Oni, durante as entrevistas.



Fonte: Maria Eliza Martins Itabaiana, 2024.

As lembranças da senhora Oni acerca de sua trajetória de vida vinculada à busca de brejo para plantar e viver deram substrato para refletir, junto com a literatura revisada, sobre a relevância dos brejos na mobilidade espacial da população lavradora dos *gerais*, e, assim estruturar a pesquisa de campo nas comunidades.

Como visto na seção de metodologia, foram selecionadas cinco famílias de agricultores(as) especialistas em conhecimentos tradicionais, que habitavam nos *gerais*, lidando com brejos vivos, em secamento ou mortos, distribuídos pelas bacias dos rios Peruaçu, Pandeiros e Pardo, importantes cursos d'água que conformam o território estudado. Assim, partindo-se de Leste para Oeste, do rio Peruaçu para o Pardo, são apresentadas as famílias entrevistadas e suas trajetórias na terra.

b) Fausto e Maria

No rio Peruaçu, na comunidade de Buritizinho, entrevistou-se o casal constituído pelo senhor Fausto Cardoso da Silva, de 102 anos, e dona Maria Eugênia da Silva, de 96 anos. Ambos têm autoidentificação étnica específica: ele declarado indígena, ela declarada negra (**imagem 5**).

O senhor Fausto é originário da comunidade de Buritizinho e sua família tem origem indígena, no povo Xakriabá: “– Minha avó foi pega no laço”, afirmou. Já dona Maria tem ascendência negra e origem na comunidade de Cabano, também no vale do Peruaçu. Quando seu Fausto era solteiro, plantava em um terreno na comunidade de Capim Vermelho, cujo dono gostava muito dele e era o pai de dona Maria. Foi o pai dela que arranhou o casamento. Ao se casarem, mudaram-se para Buritizinho. Tiveram 12 filhos.

O casal conseguiu se estabelecer na terra articulando, ao longo de sua trajetória, herança, mobilidade e trabalho intenso em áreas úmidas.

Seu Fausto narrou que garantiu acesso à terra e ao brejo reivindicando direito de herança de dois tios maternos, pelejando muito com outros herdeiros, pois havia sido excluído da herança por parte de sua mãe: “– Era pouca terra, e a família era um bando”, afirmou. Garantiu o direito de cercar quatro hectares na vereda de Buritizinho, banhada pelo rio Peruaçu, onde situou sua casa na transição entre a área mais úmida do brejo e o *gerais*; se abasteciam de água no próprio Peruaçu.

Quando os filhos ainda eram pequenos, seu Fausto contou que, por meio de uma combinação de serviço entre ele e um senhor da comunidade da Onça, ficou sempre trabalhando para o outro: em troca de alimentos, ficou *cativo*, como disse. Este senhor, por nome Pedro, fornecia mantimento para seu Fausto: feijão, farinha, gordura, ferramentas e outras coisas, e seu Fausto, para pagar os alimentos, trabalhava na lavoura para este senhor. E, assim, não tinha tempo para trabalhar na roça familiar, que mantinha com dona Maria e os filhos. Para sair do *cativeiro*, seu Fausto ficou seis meses sem pegar nenhum mantimento ou ferramenta com o senhor Pedro, alimentando a família somente com pirão de água (feito com alho frito na gordura de porco, farinha de mandioca e pimenta) e caça. Ele chegava do trabalho na roça do senhor Pedro, ia cuidar de sua própria roça e ainda caçava, tatu, teú, entre outros, para alimentar a família. Assim, por meio de trabalho intenso, criou condições de juntar “dois carros de bois de mercadoria” e sair do *cativeiro*: pagou ao senhor Pedro e voltou a trabalhar com a família no seu terreno de brejo, na vereda. E, em parte das vezes, continuou trabalhando como *camarada* para outros. O preço de seu trabalho foi socialmente reavaliado

quando mudou de condição: seu Fausto afirmou que ganhava 1.000 réis quando era *cativo* e depois, *liberto*, quando trabalhava para outros, passou a ganhar 4.000 réis.

Até meados da década de 1980, a família de senhor Fausto trabalhava em ambas as margens do rio Peruaçu: na direita, plantava no brejo na vereda, na esquerda mexia com gado. Mas, em 1987, quando a área na margem esquerda foi reconhecida oficialmente como território indígena¹⁵, o senhor Fausto precisou decidir se iria se mudar para o território indígena ou se ficaria na vereda de Buritizinho. Preferiu ficar na margem direita, na vereda. Em 2024, dos doze filhos de Dona Maria e seu Fausto, sete deles moravam com suas famílias em Buritizinho, no mesmo terreno dos pais.

Assegurar a terra no brejo, permitiu que a família de seu Fausto construísse sua habitação e produzisse sua alimentação, e, a partir dessa base, movimentar-se pelo espaço, acessando, sazonalmente, por meio de teias de relações de trabalho e parentesco, outras terras férteis no *gerais*. Assim, a família articulou terrenos e agroambientes variados: o brejo da vereda na comunidade de Buritizinho, com o plantio em *terra de cultura* de vazante na comunidade vizinha de Onça – terreno do tio do senhor Fausto, – com o uso do *gerais*.

Imagem 5. Maria Eugênia, João Cardoso e Fausto Cardoso – Comunidade de Buritizinho, Januária



Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

¹⁵ A FUNAI demarcou a Terra Indígena Xakriabá em 1979 e, em 1987, foi homologada pelo Decreto Presidencial nº 94.608 (Almeida, 2006).

c) Damásio e Lourdes

Seguindo no vale do rio Peruaçu, entrevistou-se, na comunidade de Vereda Grande II, o casal composto pelo senhor Damásio Ferreira Lopes, de 84 anos, e a dona Maria de Lourdes Araújo Lopes, de 76 anos (**imagem 6**). As trajetórias de ambos se entrelaçam nesta comunidade, mas sintetizam percursos anteriores pelas terras *soltas* dos *gerais*.

O avô paterno do senhor Damásio saiu de Caetité, Bahia, para Januária, em 1920, após uma seca longa: “– Saiu de lá por precisão de viver”, afirmou seu Damásio. Em Januária, se interiorizou para o *gerais*, foi para a comunidade de Borrachudo (que na época era parte do município de Januária, depois tornou-se Bonito de Minas). Em Borrachudo, casou-se com uma senhora de origem indígena, que veio a ser a avó de seu Damásio. Já casados, saíram da comunidade de Borrachudo, onde produziam arroz, e foram para a região do rio Peruaçu, em busca de uma terra melhor. No Peruaçu, possuíam uma gleba e compraram uma parcela de uma posse de outra pessoa. No dizer de seu Damásio: “– Meu avô saiu do *gerais* de terra branca e fraca do Borrachudo, pra vir pr’as terras de capão, mais fortes e vermelhas, sempre no *gerais*”.

Dona Lourdes, por sua vez, nasceu na região do rio Borrachudo. Ela é prima de seu Damásio, pois o avô dele era irmão da avó dela. Os pais dela seguiram o mesmo deslocamento espacial da rede de parentesco: se mudaram para a região da Vereda Grande II; lá Dona Lourdes se casou com seu Damásio, e ao longo do casamento tiveram 11 filhos. Ao se casarem, foram morar e trabalhar em um brejo localizado em uma vereda, denominada Taboca, banhada pelo riacho Forquilha, um braço do rio Peruaçu. Esta vereda ficava a cerca de 15 quilômetros da residência dos avós e pais dele na Vereda Grande.

Ao todo, a família teve o domínio de cerca de 12 alqueires (aproximadamente 60 hectares) entre o *capão de terra de cultura* na Vereda Grande e o brejo na vereda Taboca, e combinavam esses domínios com o uso da *solta* do *gerais* para o gado.

Seu Damásio explicou que, até o início dos anos 1970, partes das terras no *gerais* eram “soltas”:

– A terra era liberta, *vasca*. *Capão* e *gerais*, era tudo terra comum. Muitas pessoas saíam das comunidades de Borrachudo, Piripiri e outros lugares, para virem plantar em Vereda II. Se não tinha dono, se estivesse *vasco*, liberto, podia plantar. Se uma pessoa saía, entrava outra e *pegava* o direito de cultivar a terra. Naquele tempo era liberto, podia mexer no brejo, com trabalho. A gente vivia na independência (Senhor Damásio Lopes).

Essa situação de terras “libertas”, articulada com combinações comunitárias de usos dos recursos da natureza, criava possibilidades para a mobilidade das famílias pelos agroambientes.

Imagem 6. Lourdes Araújo e Damásio Ferreira - Comunidade de Vereda Grande II, Januária



Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

d) João e Socorro

Deslocando-se da região do Peruaçu para a bacia do rio Pandeiros, entrevistou-se o casal formado pelo senhor João Batista Pereira dos Santos, de 60 anos, e dona Maria Socorro da Silva Santos, de 50 anos (**imagem 7**), na comunidade quilombola de Salto, município de Bonito de Minas. Ambos eram originários de lá mesmo, dos arredores da vereda do Salto, tributária do rio Borrachudo.

Conseguiram acesso à terra comprando dois hectares dos pais de Socorro, quando eles ainda estavam vivos. Esse terreno estava situado às margens da vereda, onde o casal construiu sua casa, e trabalhavam em área de brejo e de *várzea*. Além desse terreno, usavam, em comum com outros irmãos de dona Socorro, uma gleba de herança de cerca de 20 hectares – contígua ao terreno que eles haviam comprado dos pais de dona Socorro –, e esta gleba também incluía o acesso à vereda do Salto e ao brejo. Todos os 10 irmãos, herdeiros desta terra, podiam usá-la, ninguém regulava o acesso, pois respeitavam o direito de cada um. A parte produtiva da terra, o brejo, era de uso comum a todos os herdeiros, que podiam inclusive arrendar a outros, temporariamente, a sua parcela. Entretanto, dos 10 irmãos, somente 5 viviam na comunidade do Salto e, dentre eles, apenas um dos irmãos usava o brejo, além de dona Socorro e seu João.

Dona Socorro e seu João mantiveram o domínio da terra – e do brejo – trabalhando, e a partir dele, o domínio de uma fonte de água, que abastecia a família.

Ao longo da vida de casados, tiveram 9 filhos e adotaram uma menina, que é a única que morava na comunidade, numa casa próxima à casa deles; um filho faleceu e os outros filhos migraram: quatro moram na cidade de São Paulo, três moram em Belo Horizonte e uma filha vivia na cidade de Formiga, no Sul de Minas.

Imagem 7. Socorro da Silva, João Batista e Isabela Martins – Comunidade de Salto, Bonito de Minas



Foto: Flávia Galizoni, 2024.

e) Manoel e Ivone

Ainda na bacia do Pandeiros, na cabeceira do rio, entrevistou-se, na comunidade de Larga, o casal composto pelo senhor Manoel Alcides Fernandes Barbosa (60 anos) e dona Ivone Pereira Dutra (48 anos) e um de seus filhos, Alcides Fernandes Dutra, de 22 anos (**imagem 8**). Seu Manoel Alcides e dona Ivone tiveram o acesso à terra em que vivem por herança, construída por meio da mobilidade de suas famílias de origem.

A família de dona Ivone era de Almenara, Baixo Jequitinhonha, nordeste de Minas. A mãe de Ivone casou-se sem a permissão dos pais, e por isso ela e o esposo precisaram fazer a

vida em outros lugares. Trabalharam de fazenda em fazenda, principalmente por conta do trabalho de vaqueiro do pai de dona Ivone, até que a família chegou em uma fazenda no município de Itacarambi, onde dona Ivone conheceu seu Manoel Alcides, que trabalhava neste município como encarregado geral de uma fazenda monocultora de eucalipto.

O senhor Manoel Alcides, mais conhecido como Cid (como também gosta de ser chamado), nasceu na comunidade da Larga, mas sua família tem origem em outras regiões. Seu avô paterno veio de Mortugaba, Bahia, junto com 4 irmãos, que se espalharam pelos *gerais*: Carinhanha, Serra das Araras e Cabeceira do Acari. O avô de Cid chamava-se Pedro e veio para a Larga em busca de brejo para plantar e *gerais* para criar gado na *solta*. Na Larga, casou-se com dona Emiliana, cuja família havia vindo do município de Coração de Jesus, no *gerais* de São Felipe.

Quando os avós de seu Cid se casaram, o brejo central da comunidade da Larga era em comum, muitas famílias plantavam nele, incluindo a família de dona Emiliana. Mas os avós de seu Cid não se estabeleceram no brejo central da comunidade. Na Larga havia “terra aberta”, no comum, assim, os avós: “– Subiram o córrego e abriram um brejo próximo da cabeceira do córrego, no “vão” da Larga, onde não havia trabalho de ninguém”. Neste local se estabeleceram e criaram a família, tiveram 11 filhos; um deles chamado Eduardo, que vem a ser o pai do senhor Cid.

Seu Eduardo se casou com uma senhora da comunidade do Gibão e se estabeleceram no vão da Larga, numa parcela do terreno que herdaria de seus pais. E, ao longo da vida, comprou a parte de herança de cinco de seus irmãos. Assim, conseguiu reunir um terreno maior.

Era nessa terra, ao lado do brejo e de sua fonte de água, que viviam seu Cid, dona Ivone e filhos.

Imagem 8. Ivone Pereira, Manoel Alcides Fernandes, Alcides Fernandes e o pequeno Mikael Barbosa – Comunidade de Larga, Januária



Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

f) Paulo

Seguindo do Pandeiro para o rio Pardo, entrevistou-se a família do senhor Paulo, de 48 anos, residente da comunidade de Buracos, localizada na cabeceira do rio Pardo, no município de Chapada Gaúcha. O senhor Paulo é solteiro e residia com a mãe e uma irmã (**imagem 9**).

A comunidade de Buracos é composta por cerca de 40 famílias aparentadas entre si, descendentes de um mesmo ramo familiar, com origem quilombola, que remete ao bisavô paterno de seu Paulo como seu fundador.

Esse bisavô nasceu em Ubaí no *gerais* de São Felipe, de onde veio para Brasília de Minas, atravessou o rio São Francisco e chegou até as “terras livres do Vão dos Buracos”, no *gerais*. Junto de um irmão, adquiriu o domínio de terreno de cerca de 100 alqueires, que ia da comunidade de Buracos até a comunidade de Barro Vermelho.¹⁶ Quando se situou nas terras no Vão dos Buracos, o bisavô de seu Paulo já veio casado com uma prima. Ao falecer, deixou 10 filhos, que dividiram a terra entre si: cerca de 12 alqueires (60 hectares) para cada herdeiro. Assim, os descendentes também foram constituindo família e, boa parte deles ficou morando no terreno de herança: “ – Aqui, no Buracos, não andava nem 30 minutos e já era o

¹⁶ A família tem informação de registro de escritura do terreno do ano de 1926, da época que houve a medição de terras para titulação pelo estado no Norte de Minas. Sobre a medição de terras ocorrida na década de 1930, nesta região, ver o capítulo 5 da dissertação.

terreno de um parente, um irmão”, afirmou o senhor Paulo.

O pai de seu Paulo trabalhava na lavoura familiar e fazia negócios com gado. Em uma das suas viagens, chegou à comunidade de Larga, onde conheceu dona Rosa e, algum tempo depois, casou-se com ela. Estabeleceram sua moradia no terreno de herança em Buracos, mas mantendo vínculos de parentesco na comunidade de Larga.

Seu Paulo explicou que na divisão familiar da terra não havia cercas: a divisa era feita pelo limite com um curso d’água, uma gruta, ou vereda. Em Buracos, a terra produtiva se dividia em áreas úmidas de brejo e em áreas de terra de *cultura*, onde se podia fazer lavoura de alimentos quando chovia. Entretanto, em uma das partilhas da herança, um herdeiro ficou com uma parcela maior de terreno de brejo; a partir de então, estabeleceu-se combinações de pagamento de renda em produto, para que os demais familiares plantassem nesta área.

A terra estava no comum, entretanto seu Paulo ponderou que: “– Foi ficando apertado, se todo mundo morasse aqui, faltava terra”. Ele afirmou que parte dos herdeiros saíam da comunidade de Buracos e iam morar e trabalhar em outros lugares, principalmente em Brasília (DF), mas mantém os laços com a comunidade de parentesco.

Imagem 9. Família Gomes: Paulo, Maria e Rosa - Comunidade de Buracos, Chapada Gaúcha



Foto: Isabela Martins Itabaiana

Observou-se que as famílias pesquisadas se estabeleceram no *gerais* a partir de estratégias que combinavam deslocamento espacial e acesso à terra mediado por relações de parentesco e vizinhança, que embasavam relações de domínio, reunindo diversidade de agroambientes, terras férteis e fontes d'água.

Assim, os históricos de mobilidade espacial destas famílias combinaram o acesso à terra *liberta* – como o caso de seu Cid, dona Ivone e seu Paulo no rio Pandeiros e de seu Damásio e dona Lourdes no vale do rio Peruaçu –, que remetia ao uso do *gerais* e a *solta* do gado, articulado ao uso dos brejos, disputados em função do acesso à água e a possibilidade de produção de alimentos.

Mas a terra *liberta* era limitada pela pressão sobre o acesso aos brejos, como visto nas famílias de seu Fausto e dona Maria e na de dona Socorro e seu João. A pressão pelo acesso à terra por meio de herança soma-se à situação de trabalho *cativo* vivida pelo senhor Fausto, que *liberta-se* desta situação a partir da produção no brejo. No caso de dona Socorro e seu João, o acesso ao brejo a partir da herança familiar “fixou” o casal na comunidade de Salto. Isto revela duas situações: primeiro, a vulnerabilidade no acesso à terra por etnias historicamente marginalizadas, e, segundo, uma situação pendular entre movimentar-se em busca de terras férteis, mas a possibilidade de fixar-se a partir do acesso às áreas úmidas.

A **figura 8** apresenta um esquema que buscou situar, no *gerais* pesquisado, as famílias entrevistadas, as comunidades onde habitavam e seus deslocamentos preferenciais pelos espaços. Neste sentido, destaca-se a importância do deslocamento do gado na *solta* dos *gerais* como um dos fios que entrelaçavam relações sociais, trajetórias e trajetos, como será abordado na próxima sessão.

Figura 8. Esquema sintético das origens e fluxo de deslocamento preferenciais das famílias geralistas entrevistadas.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024. Elaborado por Isabela Martins Itabaiana.

As trajetórias dessas famílias revelam pelo menos 4 aspectos peculiares do povoamento do *gerais*:

- A importância do deslocamento espacial, tanto fora quanto dentro da região, indicando um campesinato móvel ao longo do século XX;
- A formação de famílias e comunidades a partir de origens muito diversas que confluem para uma área, adaptando e compartilhando técnicas materiais e saber local;
- A junção entre mobilidade espacial, técnicas e conhecimento deu origem a condições materiais satisfatórias de existência;
- A partilha da terra, situada pelos narradores já nos finais do século XX – e coincidindo com as tomadas de terras – limitaram gradativamente as condições de reprodução.

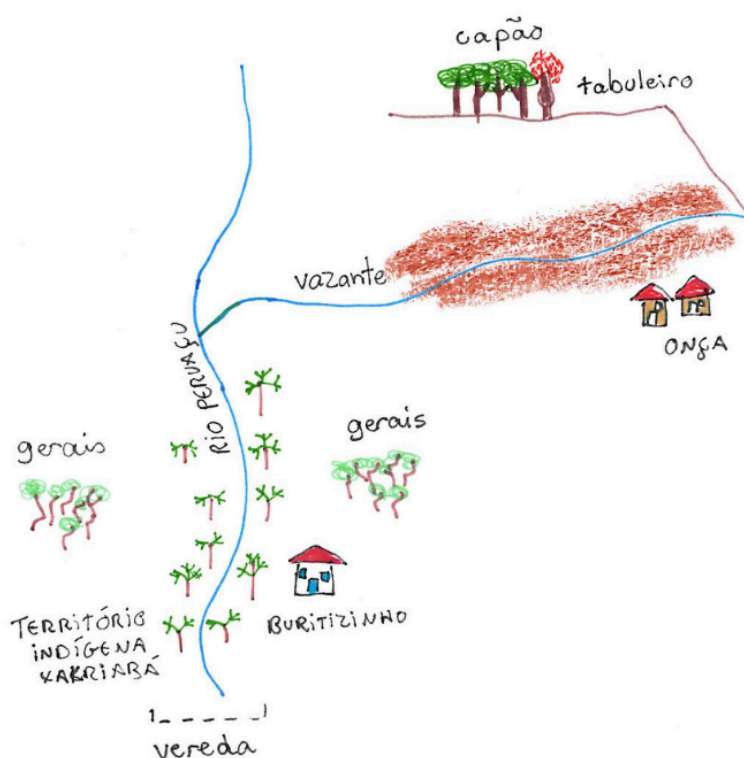
4.2 Brejos, veredas e *gerais*

As famílias de agricultores(as) entrevistados/as revelaram que, em suas trajetórias, a movimentação pelo território do *gerais* foi motivada pelo acesso à terra e às fontes de água. Esses deslocamentos se ancoraram em profundo conhecimento da natureza do lugar e permitiu identificar e manejar agroambientes diversos. Assim, quando instadas a falar sobre seus terrenos e a produção de alimentos, as famílias descreviam, quase sempre, agroambientes: *gerais*, veredas, brejos e capão, e discorriam sobre as articulações entre eles para organizarem, em seu sistema de produção, o cultivo de alimentos nos brejos das veredas,

nos capões de terra de cultura e a solta do gado no *gerais*. É importante destacar que os locais onde situavam suas moradias, as casas, eram, invariavelmente, na transição entre as áreas úmidas das veredas, as várzeas, e a “*largueza do gerais*”.

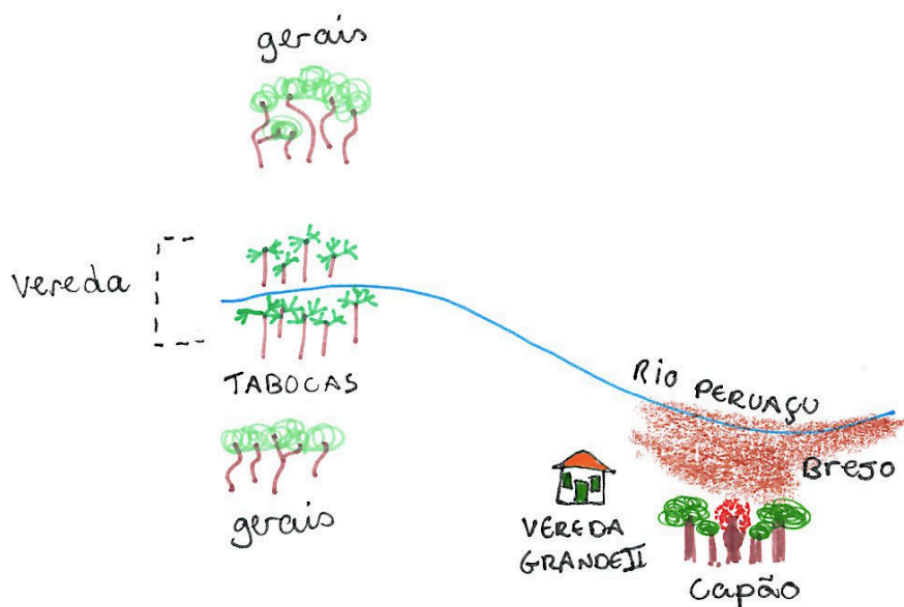
Os desenhos esquemáticos apresentados a seguir, realizados a partir de orientações dadas pelos/as entrevistados/as, ilustram as compreensões das famílias sobre a natureza de seus terrenos.

Figura 9. Desenho esquemático dos agroambientes identificado pela família do senhor Fausto e Dona Maria nas comunidades de Buritizinho e Onça, vale rio do Peruaçu.



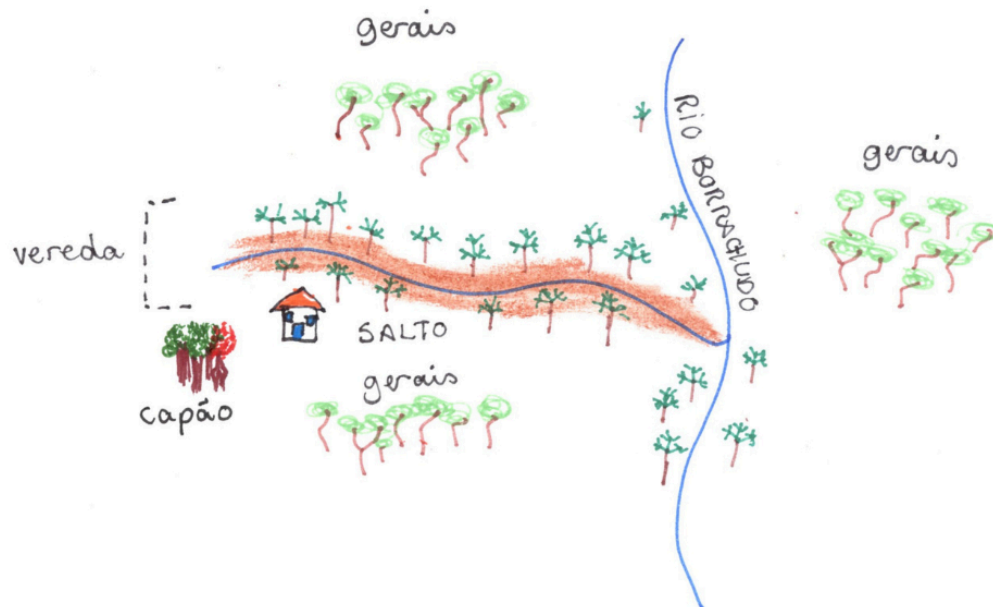
Fonte: Pesquisa de Campo, 2024. Elaborado por Isabela Martins Itabaiana.

Figura 10. Desenho esquemático dos agroambientes identificados pela família de seu Damásio e dona Lurdes da comunidade de Vereda Grande II, vale do rio Peruaçu.



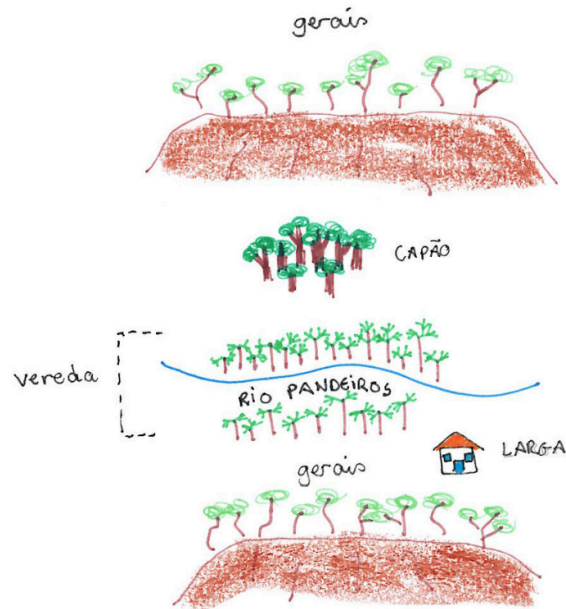
Fonte: Pesquisa de Campo, 2024. Elaborado por Isabela Martins Itabaiana.

Figura 11. Desenho esquemático de agroambientes identificados pela família de Dona Socorro e seu João na comunidade de Salto, bacia do rio Pandeiros.



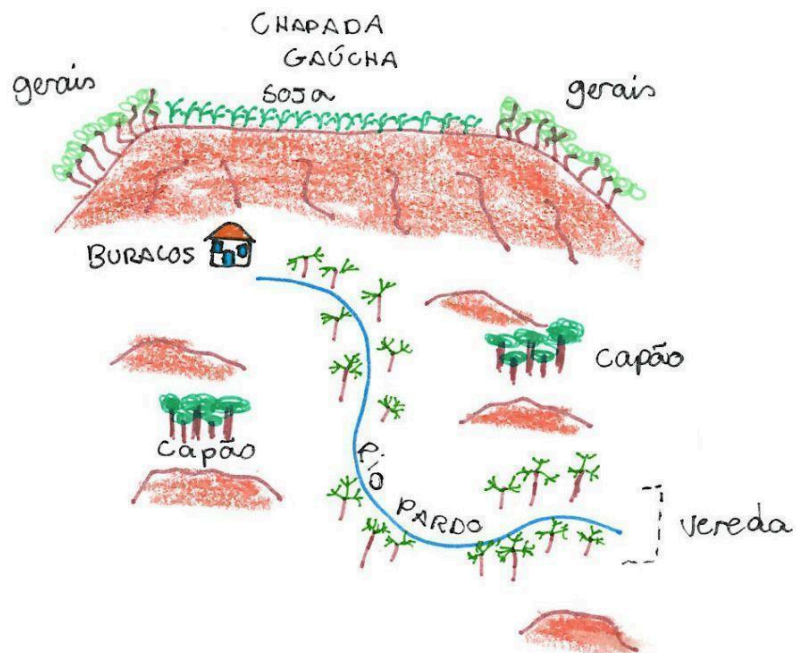
Fonte: Pesquisa de Campo, 2024. Elaborado por Isabela Martins Itabaiana.

Figura 12. Desenho esquemático dos agroambientes identificados pela família de seu Cid e dona Ivone da comunidade de larga, bacia do rio Pandeiros



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024. Elaborado por Isabela Martins Itabaiana.

Figura 13. Desenho esquemático dos agroambientes identificados pela família de seu Paulo, na comunidade de Buracos, cabeceira do rio Pardo.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024. Elaborado por Isabela Martins Itabaiana.

Analisando os desenhos esquemáticos, observou-se que as famílias destacaram na paisagem a importância da vereda – e do brejo – capão e *gerais*, mas também indicaram mudança na composição da paisagem. Como no esquema do senhor Paulo, na indicação de Chapada Gaúcha, o avanço da produção de soja sob o *gerais* marcou o desaparecimento de agroambientes da chapada. Além disso, em 2025, as bordas da chapada representavam, aos olhos dos moradores das comunidades, a fronteira entre a “modernização” da agricultura e modos de vida tradicionais.

Tanto no grupo focal quanto nas entrevistas em profundidade, durante as caminhadas transversais, os/as lavradores/as revelaram conceituações êmicas (Posey, 2007), específicas de *gerais*, vereda e *capão*, que se distribuíam pelo relevo e paisagem (figura 14). Conheciam e discriminavam esses ambientes a partir da observação da umidade, do tipo de solo e da presença de plantas e animais em cada ambiente. Com relação à conexão com outros agroambientes, a topografia é parte principal da mudança da natureza e consequentemente da classificação apresentada pelas famílias.

Figura 14. Desenho esquemático dos agroambientes na paisagem do *gerais* pesquisado no Médio São Francisco mineiro.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024. Elaborado por Isabela Martins Itabaiana.

4.2.1 Gerais

Tem-se, a partir da topografia mais elevada no relevo, o *gerais* (imagem 10), caracterizado pelas famílias entrevistadas como composto por terrenos mais arenosos e “fracos”, que não são próprios para agricultura no sistema tradicional de plantio. Mas, também, caracterizado por ser internamente muito diverso: *gerais* de areia branca, vermelha, amarela, com vegetações próprias, e as melhores nascentes de água: veredas.

Imagem 10. Gerais - São João das Missões



Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2025.

Seu João e dona Socorro classificaram *gerais* como: “– Uma terra solta, terra mais fraca, onde tem pequizeiro, e onde usa para deixar o gado, na *solta*, era de uso comum”. De acordo com eles, “– No *gerais*, não morava gente”. A moradia era situada, quase sempre, na transição entre área úmida da vereda e o *gerais*. Afirmaram que *soltavam* o gado no *gerais* para se alimentar com capins e vegetação nativa, principalmente, no período *das águas* (das chuvas); no período da seca, traziam o gado para próximo da casa, por um curto tempo, para fornecer alimentação. Seu João explicou que seu gado costumava pastar em uma área de *solta* entre a comunidade de Salto e o vale do rio Peruaçu, percorria assim uma distância de cerca de 50 quilômetros.

Nesse mesmo sentido, seu Damásio e Dona Lourdes explicaram que o manejo do gado sempre foi marcado pela combinação de longos períodos soltos no *gerais* e outros menores pastando nas terras de cultura do *capão*. O gado era levado para *solta* no começo de maio, início da época da seca, e ficava até outubro. Seu Damásio asseverou que as reses não podiam ficar o tempo todo no *gerais*, pois dava uma doença chamada "*mofina*", que, explicou: “– Comia a força do gado, o gado emagrecia, o pelo arruپیava”. No começo da chuva, tempo das águas, as reses eram levadas para as terras de *capão*, nelas se recuperavam, de 15 e 20 dias já bastavam. Parte do que consumiam no *capão* era a terra vermelha, salina, pois havia um tipo de sal nesta terra. Também forneciam barro branco, a tabatinga, pilada com sal. Caso o gado não viesse para o *capão*, pegavam o barro vermelho, salino, no carro de boi e levavam para a *solta*. Às vezes, entre março e maio, se as reses estivessem no *capão*, iam sozinhas para o *gerais*, sem ser tocadas. No *gerais*, o gado tinha seu *logradouro*, um local em que costumava ficar, pastar. Nos *logradouros*, quase sempre, ficava gado de um conjunto de pessoas que tinham como referência relações de parentesco ou alianças comunitárias: “– Um olhava o

gado do outro”.

Odésio, um dos filhos do senhor Damásio e dona Lourdes, era vaqueiro. Explicou que, no manejo do gado, havia ainda o *refrigério*: era um lugar cercado, com pasto para as reses descansarem e melhorar a saúde; geralmente, ficava em uma área de *capão*, reservada, mais perto da moradia. Cada família tinha seu *refrigério*; lá, além dos capins nativos, forneciam para o gado alguns alimentos como palha de feijão e broto de cana. O gado criava certa tensão com as lavouras quando voltava do *gerais*. Na comunidade de Vereda II, por exemplo, o gado costumava ficar na solta da região de Queimada Grande e de Forquilha¹⁷ e, quando voltava para a moradia de seu dono, a fonte de água era na vereda, então era preciso cercar a área do brejo e capão destinados aos cultivos para que as reses não entrassem.

Na cabeceira do rio Pardo, seu Paulo asseverou que no *gerais* estavam as melhores fontes de água, as veredas. Ponderou que *gerais* é muito variado. Próximo da comunidade de Buracos, por exemplo, o *gerais* era caracterizado tanto por ser uma área mais plana, chapada, que não era usada para manejar gado: “ – A chapada era composta por *carrasco*, vegetação baixa, muito fechada, tinha pau d’olinho, folha d’água... era passagem, o pessoal caçava lá: caititu, anta...”; mas também tinha outra parcela, extensa, usada para a *solta do gado*: “– Era uma terra vaga, usada no comum com mais sete comunidades, um cuidava o gado do outro”, asseverou seu Paulo.

Refletindo sobre a definição de Gerais, o senhor Alcides e Dona Ivone, por sua vez, classificaram o *gerais*, principalmente, como um conjunto grande de terra: “- É uma medida de terra, de muita extensão: *gerais* é uma *solta*, é uma terra solta. Se limitou não é *gerais*. No *gerais* não tem cerca”. A parte de *gerais* da comunidade da Larga, por exemplo, era usada em comum para a solta do gado. Explicaram que a natureza é muito diversa e, portanto, tem vários usos: tem o *gerais* que, como visto, é área de *larga*, *solta* de gado, onde também coletam frutos como pequi, que tem uma vegetação mais fechada. Mas, nele tem ainda a *campina*¹⁸, que é área de chapada com capim nativo, como o agreste, quase sem árvores ou com vegetação baixa.

Dessa forma, observou-se que, para além das características fisiográficas, *gerais* é definido pelas famílias também como uma forma de domínio da terra, assegurado a partir de relações de uso em comum: sem cercas, é uma terra “liberta”, “solta” e “vaga”. É, contudo, composto por agroambientes coproduzidos a partir de um manejo que tem por base um grande

¹⁷ Essas áreas, no período pesquisado, haviam sido incorporadas e cercadas pela fazenda de Walter Santana Arantes.

¹⁸ Ver Fagundes (2019) e Silva (2023).

conhecimento sobre as dotações da natureza e fortes relações comunitárias, centradas, principalmente, na criação de gado na *solta* e da possibilidade de lavoura em suas áreas úmidas, veredas.

4.2.2 Capão

Em alguns relevos entre o *gerais* e a vereda pode surgir o *capão* (**imagem 11**). Na definição de Antônio dos Santos, agricultor especialista em conhecimento local:

– O *capão* é uma mancha de mata seca, de argila com pedra calcária, no *gerais*. E a mancha de *gerais* na mata seca é o que chamam de *cerrado*. A diferença entre *gerais* e cerrado é que *gerais* tem vegetação menor, tipo angiquinho, o cerrado tem árvores de porte maior, como o pequi; o cerrado é um *gerais* melhorado (Antônio dos Santos).

Imagem 11. Capão, Januária.



Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2024

O *capão* é distinguido por meio de presença de árvores altas como a barriguda, angico vermelho, tamboril, jatobá, cedro, aroeira, que indicam, quase sempre, terras de boa qualidade para a lavoura, *terra de cultura*: vermelha, “forte”, onde é possível fazer roça de milho, abóbora, de feijão e mandioca no período das chuvas (Galizoni, 2025; Santos et al. 2010). De acordo com seu Paulo, a terra de *cultura* tem consistência mais firme e tem menos areia do

que os *gerais*. Alguns *capões* têm “olhos” d’água, minas.

Cabe ressaltar que, como o *capão* é classificado por ser uma “mancha de terra boa no *gerais*”, é muito apreciado pelas famílias para compor a produção de alimentos, pois, articulado com o plantio nos brejos, possibilita fazer lavoura de sequeiro, e são áreas fundamentais para produzir, particularmente, milho.

Na comunidade de Buracos, o plantio da roça nas terras *de cultura* no *capão* era denominado de “roça seca”, isto é, plantadas em áreas férteis somente no período chuvoso, pois o terreno não é úmido. Era assim que o senhor Fausto e dona Maria conduziam seu sistema de lavoura no período das chuvas: acessavam, por meio de laços de parentesco, um *tabuleiro* em uma comunidade vizinha, em área de *capão* onde tinha “*terra de cultura, vermelha*”.

Entretanto, nem sempre o *capão* ocorrerá entre o *gerais* e a vereda: pode ocorrer em pontos que apresentam a transição de um solo mais arenoso (Grupo Urucuia)¹⁹ para um solo mais argiloso e vermelho (Formação Lagoa do Jacaré).²⁰ A **imagem 12** apresenta a paisagem e os agroambientes da comunidade de Larga, destacando o *capão* – a terra de cultura e a vereda.

Imagem 12. Agroambientes do Vão da Larga, Januária.

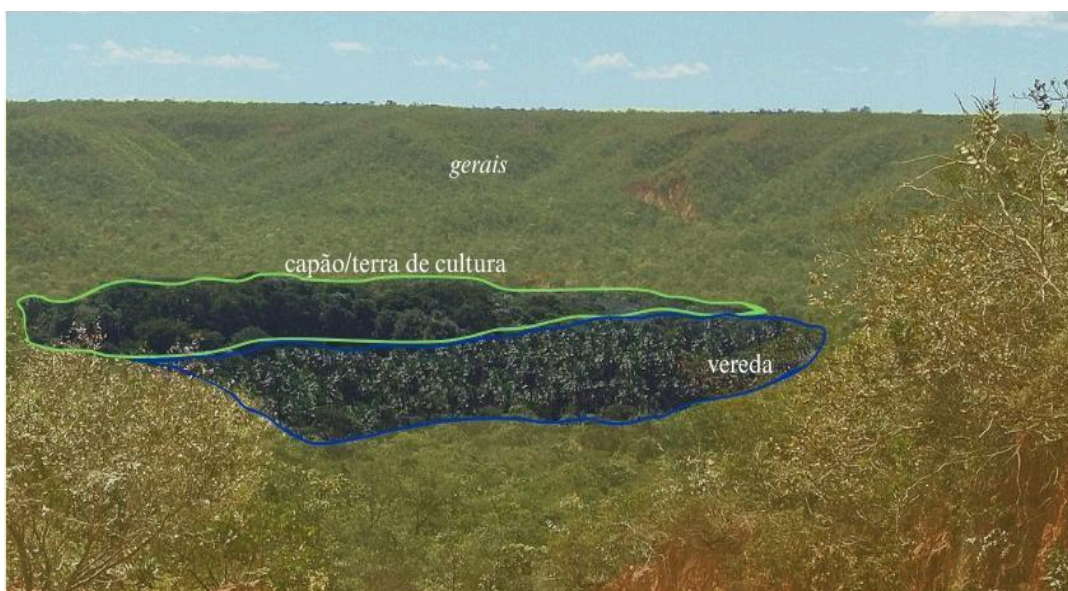


Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

¹⁹ De acordo com Iglesias-Martinez e Unlein (2009).

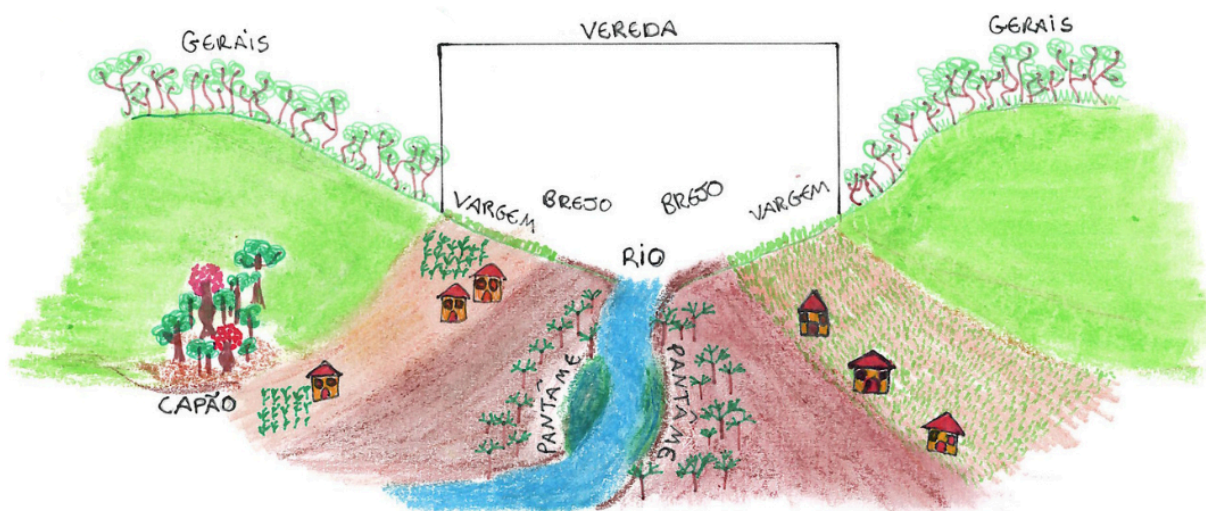
²⁰ De acordo com Iglesias-Martinez e Unlein (2009).

4.2.3 Vereda e Brejo

As famílias entrevistadas revelaram uma conceituação êmica (Posey, 2007) específica de vereda e brejo que se revelou importante para compreender a distribuição das famílias pelo espaço.

“– A vereda é todo esse conjunto formado por vargem, brejo e pântano. As famílias sempre moravam ao lado do brejo, pois era ali que se produzia bem. Dentro de um grande brejo, cada morador tem um pedaço para plantio”, definiu seu Cid. Esta conceituação foi secundada também pela família do senhor Paulo: “– Onde tem brejo, tem vereda. O brejo tem o rio. Tem a baixada cheia de água, que é o pântano, e este conjunto fica dentro da vereda”. Por vereda, as famílias agricultoras designavam, assim, um complexo articulado em torno de um curso de água, composto por várzea (ou vargem), brejo e pântano (**figura 15**).

Figura 15. Desenho esquemático dos agroambientes que formam a vereda, de acordo com o etnoconhecimento de comunidades rurais do gerais.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaborado por Isabela Martins Itabaiana.

Partindo do curso d’água está o *pantame* (ou pântano). No seu entorno, estão as áreas de brejo, seguidas pela várzea (ou vargem), que é uma área que detém umidade, mas não é tão molhada quanto o brejo, e depois vem o *gerais*.

Quando foram escolher o local para situar sua moradia, Dona Socorro e seu João preferiram, como visto acima, uma área de transição de vegetação, entre a vereda e os *gerais*. Na frente da moradia do casal havia uma mancha de terra de cultura e, na parte de trás da casa, no seu quintal, havia um terreno denominado de várzea (ou vagem). Logo em seguida à

vargem estava o brejo e o córrego do Salto, nessa ordem. Esta composição de várzea e brejo conformava o que o casal denominou como “vereda”. Várzea era caracterizada por ser úmida – não tanto como o brejo –, ter a presença de capins nativos e ser propícia para o cultivo de milho, mandioca, feijão de corda e andu, plantas mais resistentes. Quando a várzea não tem capim nativo, é chamada também de *cultura*. Já o brejo, de acordo com o casal, é uma terra úmida, situada sempre ao lado córrego, onde não é necessário nem molhar ou adubar para fazer roça. Descreveram que no “*miolo*” (centro) do brejo se encontra o “*pantame*”, a parte mais úmida, onde não é possível fazer lavoura, pois o “*pantame*” era a parte mais interligada com o córrego (**imagem 13**).

Imagem 13. *Pantame* da vereda - Comunidade de Salto, Bonito de Minas



Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

Na cabeceira do rio Pandeiros, a moradia da família de dona Ivone e seu Cid também estava situada na vargem, entre o brejo e os *gerais*, assim como todas as demais casas na comunidade da Larga. Seu Alcides, elucidando essa escolha, declarou: “- Se está entre o *gerais* e o brejo, então é vargem”. Ele complementou esclarecendo que, na transição da vargem para o *gerais*: “- O gado pastava, abria caminho, caçava comida. Antigamente, a várzea também era no comum”. As vargens, afirmaram seu Cid e dona Ivone, só ficavam úmidas na época da chuva, quando encharcavam, e apresentava como vegetação predominante os capins agreste e boi.

A **imagem 14** apresenta a área várzea, na comunidade de Larga, no período da seca.

Pode-se observar a presença de gramíneas; observa-se, ao fundo, a presença das palmeiras buriti, indicando as áreas de brejo e de *pantame*.

Imagem 14. Várzea no período da seca, na comunidade de Larga, Januária



Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

Os brejos eram classificados pelo/as agricultores(as) como o “centro” da vereda, caracterizado por ser um terreno que tem água e terra misturados, que está sempre molhado, mesmo no período da seca. Assim, áreas de brejo são úmidas o ano todo, excelentes para o plantio de alimentos.

De acordo com dona Socorro e Seu João, não existe brejo na vereda sem pântano. Entretanto, dentro da conceituação de brejo, há uma sutil distinção entre brejo e “pantame” (ou pântano). Os terrenos de brejos, de acordo com as famílias, apesar de ficarem úmidos o ano todo, só alagavam mesmo na época das chuvas e podem ser drenados (esgotados) para plantios diversos (**imagem 15**). Já o *pantame* (pântano) fica inundado o ano todo, o nível de água não abaixa no correr das estações e, assim, não se pode produzir no *pantame*, pois é “o miolo do brejo”, a nascente de onde brota água. Geralmente era preciso construir trilhas com paus e pedras para circular por estas áreas de brejo/*pantame*. Fazia-se, então, caminhos com cascas ou folhas de buriti, por exemplo. Embaúba, pindaíba, aroeira, cedro e pau preto são algumas árvores nativas indicadoras de ambiente de brejo, da mesma forma que animais como cobra sucuri, sapo, gia e lagarto papa vento.

Imagem 15. Plantação de feijão no brejo - Comunidade de Larga, Januária



Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

Os terrenos costumavam ser delimitados a partir dos brejos, que são o limiar entre áreas produtivas, as águas das veredas e o “outro lado” – terreno de outras famílias. Os brejos eram considerados áreas preciosas, zeladas e reguladas em comum por acordos comunitários e relações de parentesco.

Em síntese, o termo *vereda* designa para as famílias um complexo articulado, composto por quatro ambientes diferentes, que serão descritos a seguir. (i) “várzea” (ou vargem), área que detém umidade, mas não é úmida o ano todo, somente nas épocas de cheia do rio, e representa, no relevo, a transição da umidade do brejo para o *gerais*. Apresenta vegetação predominante de gramíneas e tanto é utilizada para pastagem do gado, demandando o cercamento entre esta área e o brejo, quanto para a produção de alimentos com “água de regra”, durante o período da seca. São as áreas mais utilizadas pelas famílias geralistas para a construção de suas habitações, visto a possibilidade de estar próximo às águas, mas em um terreno menos encharcado. (ii) O “brejo” é a área da vereda que permanece úmida o ano todo e é alagado no período da chuva. É a parte mais fértil da vereda, pois concentra a matéria orgânica proveniente da decomposição de suas principais plantas nativas, o buriti, a pindaíba e a embaúba; é a área mais apreciada pelas famílias para realizar cultivos; ao ser esgotado, permite produção de alimentos diversificada o ano todo, em todas as estações. (iii) o “*pantame*” ou pântano é a parte central e mais profunda do brejo, fica encharcado o ano todo,

impossibilitando o manejo de culturas, é a área com concentração das palmeiras buritis; os *pantames* são conservados, pois representam a nascente de água do brejo e, conseqüentemente, a garantia de boa água para as famílias. (iv) O “curso d’água”, núcleo central da vereda.

Tabela 1. Síntese de agroambientes que formam, de acordo com as famílias agricultoras pesquisadas, o complexo vereda no *gerais*²¹



	Agroambiente	Plantas Nativas	Plantio
VEREDA	O CURSO D’ÁGUA: é a parte central e fundamental para a formação da vereda. A insurgência do lençol freático forma as áreas úmidas e cultiváveis nas margens do rio ou córrego.	-	-
	PANTAME: o “miolo do brejo”, sua parte mais profunda, de onde brota água, a área mais próxima do rio.	Buriti, pindaíba, embaúba, mulungu, chapéu de couro	Não há cultivo, pois é uma área muito encharcada
	BREJO: área constantemente úmida da vereda onde populações rurais mantiveram seus cultivos a partir do conhecimento do ciclo das águas. Ambiente socialmente produzido.	Buriti, babaçu, embaúba, aroeira, pindaíba, pau preto, lírio, carqueja, picão, mastruz,	Arroz (tempo das águas), feijão (tempo da seca), milho, cana, hortaliças, fava, feijão de arranque, melancia, batata doce
	VARGEM: é a planície de inundação. representa as áreas marginais a cursos d’água sujeitas às cheias dos rios e riachos	Gramíneas, coquinho azedo, araçá	Milho, abóbora, mandioca, cana, banana, feijão catador

Fonte: Pesquisa de campo 2024; Galizoni (2005); Ribeiro (2010); Medeiros (2011); Cruz (2018); Silva (2020); e Silva (2023).

Entretanto, no sistema classificatório de áreas úmidas elaborado pelas famílias agricultoras, também existe a vereda sem brejo (**imagem 16**), denominada como *vereda seca* porque não detém fertilidade natural para implantação de lavoura de alimentos, então é uma

²¹ Os usos medicinais das espécies nativas e ou cultivadas não foram destaque na pesquisa de campo, apesar de constarem, no quadro, espécies citadas sob este contexto, como lírio, carqueja, mulungu, chapéu de couro, mastruz e picão.

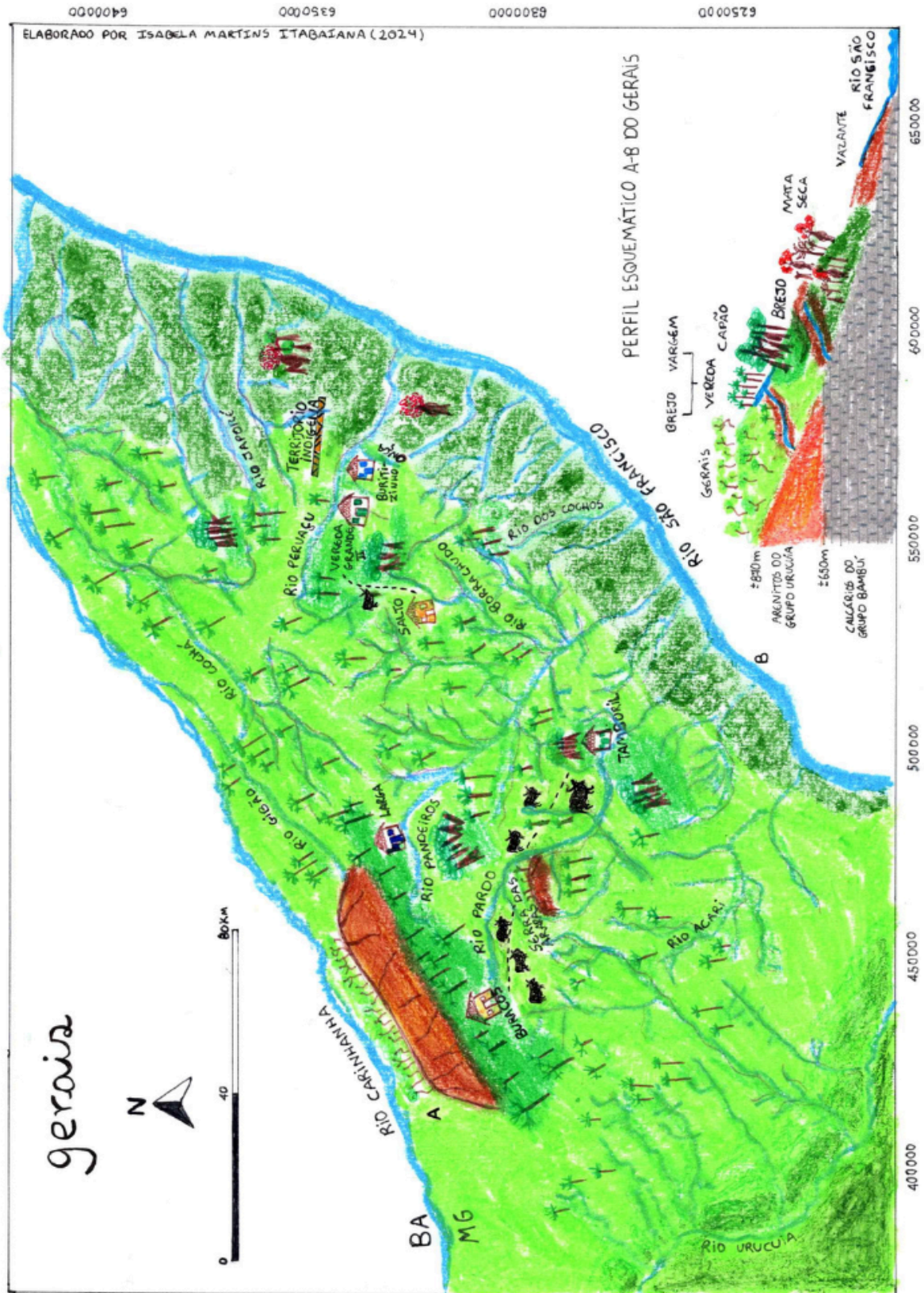
vereda “sem cultura”, composta pelo buritizal e o capim nativo. Seu solo é mais arenoso e mesmo próximo do curso d’água há pouca diversificação de espécies nativas e formação de matéria orgânica; portanto, não há formação de brejo, de área úmida manejada e reservada para os cultivos. Há também o *brejo sem vereda* (**imagem 17**), quando os brejos são formados em ambientes da Mata Seca²², sem a presença do buritizal.

<p>Imagem 16. <i>Vereda seca</i>, sem brejo, Chapada Gaúcha.</p>	<p>Imagem 17. Brejo sem vereda, Brejo Mata Fome, São João das Missões.</p>
	
<p>Foto: Aureli Viana, 2024.</p>	<p>Foto: Flávia Galizoni, 2024.</p>

O profundo conhecimento da natureza do *gerais* desenvolvido pelas famílias agricultoras permitiu, ao longo dos anos, o manejo e a coprodução de agroambientes. A busca pela fertilidade e umidade dos brejos se entrelaçou à mobilidade da família na produção de alimentos, uma relação que conduziu as famílias em deslocamentos entre *gerais* e brejos para áreas onde possuíam relações de parentesco ou laços de reciprocidade na vizinhança. Faziam deslocamentos pelo território para diversificar a produção, mas, também para criar o gado na *solta*. A **figura 16** esquematizou o território pesquisado, situando as habitações das famílias entrevistadas e apontando os principais fluxos de deslocamentos percorridos pelo gado destas famílias, indicando a mobilidade espacial que urde terra e parentesco, *gerais* e brejo. Na figura, o perfil topográfico revela a diversidade de agroambientes manejados.

²² A mata seca, formações florestais no bioma Cerrado, tem este nome em função da queda de folhas no período seco (EMBRAPA, 2024). No *gerais*, ocorrem sobre solos de origem calcária, frequentemente em afloramentos rochosos típicos.

Figura 16. Desenho esquemático situando as famílias no *gerais* pesquisado e os fluxos de deslocamentos percorridos pelo gado.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024; elaborado por Isabela Martins Itabaiana.

Assim, a relação entre *gerais*, *terra de cultura*, *capão*, várzea, brejo e seus manejos interligados no tempo e no espaço mantinham famílias circulando ora pelos vales, próximos às águas, ora pelas chapadas, traçando caminho para o gado ou na coleta de frutos nativos como o pequi. Observou-se, como visto acima, que as famílias pesquisadas conheciam, classificavam e criavam sistemas produtivos que, partindo do conhecimento local, usavam e manejavam as potencialidades renováveis da natureza, produziam alimentos e sustento para as famílias, sem causar danos ao meio (Santos et al., 2010; Ribeiro, 2010; Medeiros, 2011; Silva, 2020).

4.3 A produção dos brejos e das culturas

As famílias geralistas, ao criar vínculos entre os brejos e outros agroambientes, estabeleceram práticas agrícolas, pecuárias, extrativistas, elos mediados pelo acesso à fonte de água. Este elo ecológico e social tornou os brejos e suas águas fundamentais para a formação da cultura material no *gerais*, reforçando sua importância na construção dos modos de vida nesta região do Semiárido mineiro.

Os brejos tiveram e têm uma grande importância para a organização espacial e produtiva das famílias, principalmente por conta da possibilidade de, ao longo do ano, fazer ao menos dois plantios de alimentos: um na estação das chuvas e outro na estação seca. Observou-se, entretanto, diversas especificidades e nuances nos regimes de conhecimentos (Cunha, 2009) das famílias sobre as lavouras brejos, que dão pistas importantes sobre as articulações que buscaram fazer entre as áreas úmidas e as disponibilidades produtivas da natureza das veredas e *gerais*.

4.3.1 Plantios

Os brejos eram considerados, por todas as famílias pesquisadas, o principal agroambiente de onde provinha o alimento das famílias, pois nele podiam plantar ao longo do ano uma variedade de alimentos fundamentais para a pauta alimentar.

– A gente vivia da roça, plantava na seca e nas águas, era trabalho de lavoura o ano todo: o capão é roça na chuva, no brejo é roça na seca. Quando passa o período de chuva, o brejo *enxuga* e dá para plantar. Não precisava esgotar, ele secava sozinho. *Botar brejo* dava alimento e renda para a família. Foi assim que criei os 11 filhos: na enxada” (senhor Damásio Ferreira Lopes).

Na área de brejo, "– A terra é boa, forte toda vida", esclareceu seu Damásio. Mas requeria um manejo apurado. Seu Damásio e dona Lurdes designaram de "brejo bruto" aqueles que estavam sem mexida de trabalho. Explicaram que, no *tempo antigo*, abriam o brejo para fazer lavoura usando facão, foice e machado; deixavam os tocos das árvores, plantavam alguns anos, e depois deixavam o brejo descansar para as árvores brotarem de novo. De modo geral, entre 2 a 3 anos, o brejo dava excelente produção, mas, depois de 5 anos de uso, era preciso averiguar se havia mudanças na natureza do terreno que indicassem perda de fertilidade; aí era preciso colocar em pousio a parte usada e mudar para outra quadra de brejo. Antigamente, afirmaram, o brejo era uma área de uso comum e vinham pessoas de vários lugares *botar brejo* na Vereda Grande. Vinha, por exemplo, muita gente de Sumaré, comunidade do território indígena: "– Lá é *gerais*, então eles vinham pro *capão*, vinham fazer roça no brejo do Peruaçu". Tinham acesso ao brejo por meio de relações de parentescos e combinações comunitárias: "– Era preciso saber chegar, entrar em uma área de brejo que não estava sendo trabalhada, ou combinar com o dono do trabalho", explicaram.

Para o plantio no brejo, não havia tamanho certo de área, dependia do trabalho disponível na família. No caso da família de seu Damásio e dona Lurdes, eles costumavam plantar 3 *pratos* de feijão, e este plantio resultava na colheita de 1 *quarta* mais três *pratos*.²³ Usavam as sementes que haviam colhido no ano anterior e armazenado. Quando não tinham semente, por conta de alguma seca ou perda, buscavam em outras comunidades, principalmente no Borrachudo, onde tinham laços de parentesco. Exemplificou: "– O povo das aldeias Xakriabá vinha pegar aqui, quando não tinha, ou precisavam comprar em Januária".

Em 2024, a roça da família de seu Damásio continuava a ser feita "na mão", não havia nenhuma etapa mecanizada. Eles articulavam o domínio de dois brejos, um constituído na vereda da comunidade de Tabocas, e outro no terreno onde se situa a habitação da família, nas margens do rio Peruaçu, comunidade de Vereda Grande II.

Já o casal formado por seu João e dona Socorro, na comunidade de Salto, explicou que aprendeu a trabalhar no brejo com seus pais. Classificam os brejos em "novos" – quando estão começando a ser trabalhados e plantados– e "velhos" – quando já foram trabalhados e cultivados por um conjunto de anos. Trabalhavam de forma coordenada para preparar o

²³ Em equivalência, 1 quarta equivale a 20 pratos, ou seja, quando o senhor Damásio plantava 3 pratos de feijão, ele e sua família colhiam 23 pratos (1 quarta mais 3 pratos), ou seja, uma safra com rendimento equivalente a 2.300% (1 para 23). Para o arroz, o rendimento era equivalente a 1.100% (1 para 11), pois eram plantados 10 *pratos* (*meia quarta*) e colhidos 110 *pratos*. Um prato equivale a 2 litros, assim, havia um rendimento de 46 litros de feijão e 220 litros de arroz.

terreno, desde o destocar até o plantio: era o “botar brejo”, dando início à produção em uma área nova, em um brejo “novo”. Sempre abriam um brejo “novo” com o plantio de arroz, pois no primeiro ano de cultivo em um brejo, o feijão não costuma dar bem porque a vegetação brota muito e sombreia. “Botar um brejo novo” consistia no tempo um conjunto de atividades que começavam em abril ao (i) derrubar a vegetação do brejo (essa era uma atividade realizada preferencialmente pelo homem); a próxima etapa era o (ii) manejo com fogo realizado em maio, como trabalho masculino; já a (iii) destoca, feita de maio a junho, era um trabalho realizado em conjunto pela família. O (iv) plantio de arroz acontecia em outubro, para (v) colher em março. Depois de colher o arroz, no período da seca, em junho e julho, (vi) plantava-se feijão de arranca, milho e abóbora, a (vii) colheita acontecia em setembro. Plantio e colheita eram tarefas realizadas em conjunto pelo casal e filhos.

Depois de aberto, o brejo era utilizado quase o ano todo: plantavam arroz na estação da chuva e cultivavam feijão na seca. O brejo *novo* era utilizado para fazer lavoura por cerca de cinco a seis anos, depois desse tempo a produtividade diminuía. Seu João e dona Socorro exemplificaram com a produção de feijão: costumavam plantar 3 pratos e no brejo *novo* a colheita rendia cerca de 6 quartas, um rendimento de 2.000%.²⁴ Entretanto, após 5 anos, a produção nesse brejo era reduzida para 70% deste total. O brejo ficava *fraco* (brejo *velho*) e era deixado em *descanso* (pousio) por dez anos antes de voltar a ser utilizado.

Mas, em 2024, o casal não “botava mais brejo”, ou seja, não abriam brejo *novo*. Isto porque do brejo que estava disponível, apenas uma pequena parcela era utilizada – plantavam arroz e açafrão nas águas e feijão na seca – e a outra parte era do brejo que havia no terreno e que mantinha a vegetação conservada. Mesmo com o brejo vivo e produtivo, o casal preferia não o movimentar plenamente, pois tinham medo de secá-lo. Por isso, conservam uma área intocada, o pantame: “– Se mexer muito com a água, a nascente pode secar e mudar o curso do córrego do Salto, por isso a gente usa com cuidado”. Se o pântano secar, o brejo seca também, pois o pântano é a fonte do brejo. Também havia, subliminarmente, uma restrição com o Instituto Estadual de Floresta (IEF) que não permitia o uso e manejo no brejo, proibição estabelecida com a prática de multa, assim o casal só conseguia usar uma pequena parcela de brejo *velho*. Desse modo, trabalhavam mais na área de várzea para manter a produção de alimento.

²⁴ 1 *quarta* equivale a 20 *pratos*, ou seja, quando o casal João e Socorro plantava 3 pratos de feijão, colhia ao final cerca de 120 *pratos*, o que correspondia a uma produção com rendimento de 2.000% (1 para 20). Ver foto do objeto de medida em Anexo 1.

Dona Socorro e seu João faziam horta na várzea usando “água de regra”²⁵ do córrego do Salto – abriam pequenos canais que levavam água até a horta e depois voltavam com a água para o córrego (**imagem 18**). Faziam lavoura na várzea confiando na chuva mas, se ela faltava, tinham a possibilidade de usar uma bomba para levar água aos cultivos. Era uma área propícia para o cultivo de milho, mandioca, feijão de corda e andu, plantas mais resistentes. A mandioca plantada na várzea demorava um ano e meio para ser colhida e, com ela, produziam farinha de mandioca, que era bem apreciada em toda a comunidade e região.

Imagem 18. Sistema brejo-várzea, comunidade de Salto, Bonito de Minas.



Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

A água para o consumo da família era captada em uma fonte no córrego – em local delimitado no qual a família acessa a água do córrego, seja manualmente, seja por bomba. Cada família tem sua fonte demarcada e respeitada: “A água do córrego do Salto é cristalina, pura”, explicou dona Socorro. Para seu João e dona Socorro “– Defender sua fonte de água é defender seu território”.

No sistema de brejo-vargem (várzea) no rio Pandeiros, dona Ivone e o senhor Alcides dispunham as culturas da seguinte forma: plantavam feijão de arranca e arroz no brejo, em

²⁵ Denominam como “água de regra” aquela desviada de um curso d’água através da construção de pequenos canais para irrigação; os cultivos eram então regados por gravidade (Galizoni, 2005; Santos et.al, 2010; Medeiros, 2011).

períodos diferentes, arroz cultivado na época das águas e o feijão “*plantado no pó*”, na seca. Com relação ao rendimento da produção, seu Cid e dona Ivone produziam arroz numa proporção de 1 saco plantado para 20 colhidos, enquanto o feijão tinha uma proporção de 1 para 12.²⁶ Já na vargem, aproveitando a água de regra, plantavam cana. Entre as fileiras de cana, cultivavam gergelim e pimenta.

A fonte de água da família ficava no brejo, no córrego da Larga, onde captava a água do córrego para beber, cozinhar, tomar banho; era uma fonte de água limpa e cristalina. Cada morador usava sua fonte e respeitava a das outras famílias.

O senhor Fausto e dona Maria explicaram que o rio Peruaçu, antigamente, era todo “*pantanado*” e era na vereda que tinha brejo bom para lavoura. O manejo familiar da área de brejo era realizado da seguinte forma: “– Limpava, plantava e deixava uma reserva no molhado”, asseverou seu Fausto. Na parte escolhida para o plantio, cultivavam arroz nas águas, e na seca faziam roça de feijão de arranque, milho, abóbora e fava. A produção de feijão no brejo, principal cultivo da família, ocorria geralmente na seguinte proporção: com o plantio de *meia quarta*²⁷, era possível a família colher entre duas a três *quartas*. O casal, explicou que, ao longo do ano, articulava três glebas para o plantio: (i) o brejo na vereda de Buritizinho, e (ii) a vazante e (iii) o tabuleiro na Comunidade vizinha da Onça – que acionavam por meio de relações de parentesco. Combinavam, assim, o plantio do brejo em sua comunidade com o plantio da vazante e do tabuleiro no córrego na comunidade vizinha de Onça²⁸ e, desta forma, podiam cultivar alimentos o ano todo em ambas as localidades. No *tabuleiro*, em uma mancha de *capão*, plantavam principalmente milho consorciado com outras culturas, na época da chuva, e, na *vazante*, a área úmida na margem do córrego, cultivavam depois da época de chuva, quando a água baixava: capinavam de enxadão e plantavam com água de regra: “– Se limpou a terra, depois choveu, o molhado da vazante sustentava a mandioca”.

²⁶ De acordo com a família de seu Cid, a produção de feijão ocorria, geralmente, com o seguinte rendimento: para 10 litros plantados, que equivale a 8,5 quilos, colhia-se cerca de 100 quilos, aproximadamente uma proporção de 1 para 12.

²⁷ *Prato*, *meia quarta* e *quarta* eram medidas usualmente utilizadas para mensurar as safras; se baseava em um recipiente quadrado, feito de madeira, que auxiliava na mensuração da produção de alimentos como arroz, milho, feijão e farinha de mandioca. Em termos de rendimento do cultivo no brejo, com o que o senhor Fausto plantava de feijão, havia um rendimento de 400% a 600% (1 para 4, e 1 para 6, respectivamente). Para o arroz, o rendimento era de 1.100% (1 para 11).

²⁸ De acordo com Cruz et al (2020:107): “em Onça as árvores são baixas, solo branco e arenoso, as moradias espaçadas, e quanto mais alta na paisagem mais rala a vegetação, indicando a escassa fertilidade natural. (...) as lavouras eram feitas nos embrejados que existiam na vereda da Olaria, ou em manchas de terras férteis dos “capões” de mata do meio do gerais”. Mas sempre se deslocavam para “botar brejos e abrir lavouras” em veredas no vale do rio Peruaçu, indicando um intenso e sazonal trânsito de população entre gerais e mata, também observado por Galizoni (2010); Medeiros (2011), Silva (2020), Ribeiro et al.,(2024).

Nesse mesmo sentido, seu Paulo, na comunidade de Buracos, destacou que há esses dois tipos de plantios combinados em seu sistema de lavoura: um, no brejo, e outro na terra de *cultura* – chamado de *roça seca*, e eles eram articulados no tempo. A terra de *cultura* é cultivada no período da chuva, plantava-se milho e feijões do tipo “baje roxa ou catador” e mandioca. Já o brejo “– É a valência no período da seca, o brejo é a garantia”.

O brejo na comunidade de Buracos abrangia uma área de aproximadamente 2 hectares (20.000 metros quadrados) e, de acordo com seu Paulo, era usado para lavoura há mais de 100 anos. Antigamente, as famílias plantavam em metade do brejo e deixavam a outra metade descansar. Para plantar no brejo, primeiro roçavam o mato, depois colocavam fogo: manejo feito para limpar e fertilizar a terra. Também era preciso fazer o “*esgoto*” – a valeta – que era para drenar o excesso de água do brejo e deixá-lo ficar somente úmido: tirava-se o excesso de água, que retornava para o rio, para, então, poder cultivar o brejo. Plantavam primeiro o arroz porque, quando abria o brejo a terra estava “*muito forte*”, não era propícia ainda para o cultivo de feijão. Este plantio do arroz ocorria na época “*das águas*”, no período chuvoso do ano (outubro a março); quando chegava abril, arrancavam-se os tocos que ficaram, limpavam a terra com enxada e, em junho, no tempo sem chuva, plantava-se na umidade do brejo feijão de arranque. Ao colher o feijão, tirava-se um pouco de semente para plantar no ano seguinte, tanto no brejo quanto na roça *da cultura*, na época da chuva. Já para o cultivo da mandioca, quando colhiam, arrancava-se a rama e a plantavam de novo, ou então buscavam ramos, com parentes, na comunidade Ribeirão da Aldeia. Das maiores espigas de milho, separavam as sementes para o ano vindouro.

Os parentes que não tinham área de brejo suficiente plantavam “na renda” a partir de duas combinações com quem tinha o domínio do brejo. Uma combinação era a *quarta*, quando o dono do brejo entrava só com a terra, e o restante – o trabalho com a destoca, capina e colheita, a semente – era responsabilidade de quem plantava: “– A pessoa que vai plantar tem que fazer tudo, e na partilha da colheita o dono do brejo fica com um quarto dos produtos da colheita”. Também tinha o sistema de *meia*, quando o dono do brejo entra com a semente e, se necessário, com adubo, e quem planta entra com todo o trabalho; o resultado da colheita é dividido ao meio.

A qualidade das terras de *cultura* da comunidade de Buracos era afamada na redondeza, muito valorizada para fazer roça de milho. O milho exercia um papel central no sistema de produção da família, pois dependia-se do milho para alimentar as criações, porcos e galinhas. Na terra de *cultura*, o sistema de cultivo seguia a seguinte ordem: primeiro plantava-se a mandioca, em segundo o milho e, em terceiro, o feijão. Costumavam colher em ordem inversa

a do plantio: primeiro colhiam o feijão, geralmente em março, depois de 50 a 60 dias do plantio; o milho, colhiam depois de 3 meses do plantio; e, por último, a mandioca, que demora mais de um ano para ser colhida. O feijão e o milho eram para despesa familiar e só vendiam farinha de mandioca.

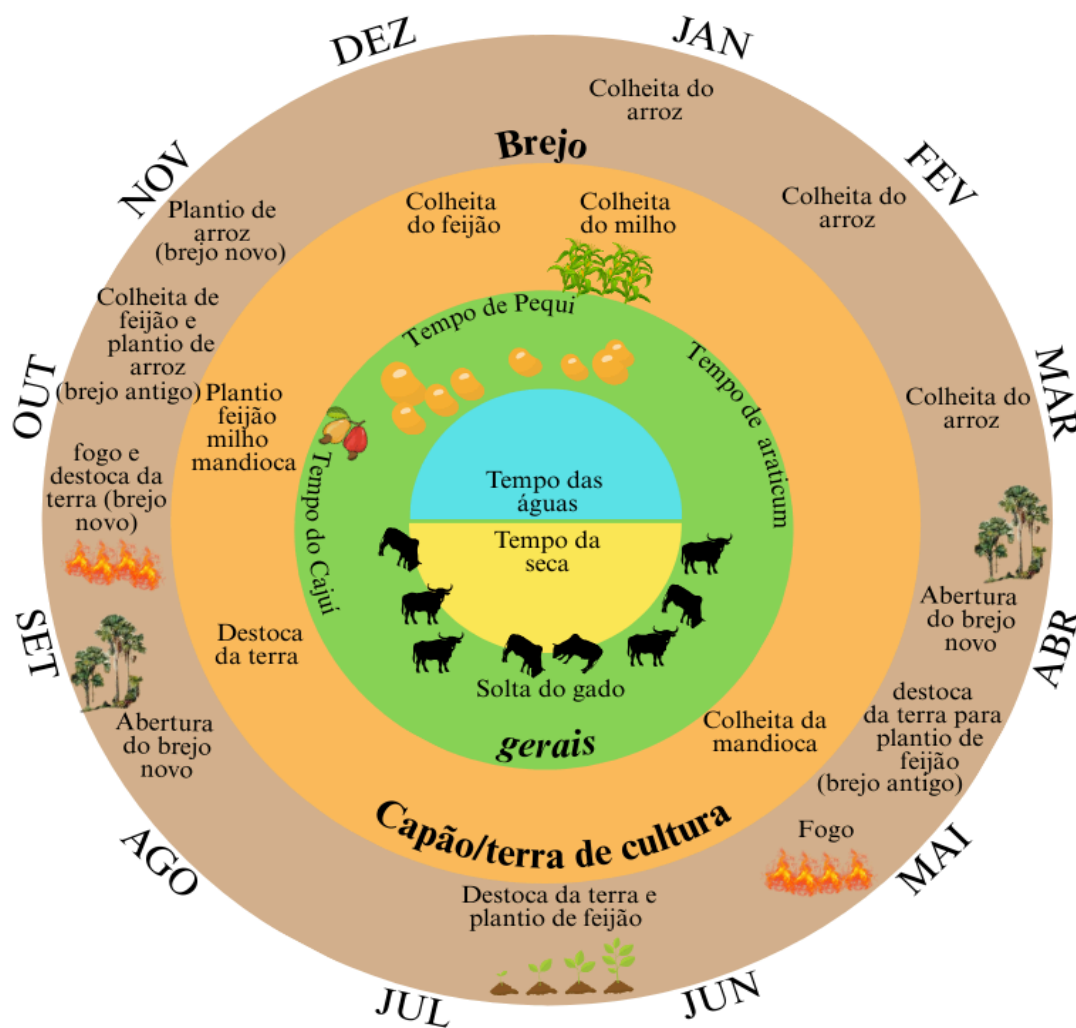
Combinavam a lavoura no brejo – de arroz nas águas e de feijão na seca –, com a *roça seca* feita nas terras de *cultura*, onde eram plantados, principalmente, milho, abóbora e mandioca, com a solta do gado: “– Passava o ano todo era na *mexida*”, afirmou seu Paulo.

4.3.2 Uma síntese

A cultura do brejo envolve o trabalho na terra e a produção de técnicas capazes de coproduzi-lo a partir do etnoconhecimento de famílias generalistas. Esse saber orientou práticas de manejo e garantiu a produção de alimentos e permanência

A diversidade de recursos produzidos pelo manejo nos brejos complementa as atividades desenvolvidas nos *gerais* e na terra de *cultura*, criando um sistema produtivo interligado e resiliente. A **Figura 17** apresenta uma síntese dos ciclos produtivos e calendário agrícola dos *gerais*, *veredas* e *capões*. Pode-se observar a articulação entre transumância do gado, a umidade produtiva dos brejos, a fertilidade dos *capões* e as estações do ano, tendo a chuva como elemento importante para esta conexão.

Figura 17. Ciclos produtivos do *gerais*, *veredas* e *capões*.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

No ciclo produtivo dos brejos, o brejo novo é aberto em abril, após a chuva, quando a umidade diminui, e torna-se possível a abertura de uma área nova. Derruba-se as árvores e depois coloca-se fogo. A destoca da terra é seguida de fogo, entre junho e julho, e, em função da época de seca, o feijão é o plantio adequado. Se a terra é muito forte, o brejo é aberto em setembro, e o plantio inicia-se com arroz, aproveitando o período das águas. No brejo antigo, a destoca da terra ocorre assim que o período chuvoso termina, em abril, após a colheita de arroz, entre janeiro e março. A terra é novamente preparada, através da destoca, para o plantio de feijão. Ao longo dos anos, as famílias preparam a terra e observam a necessidade, ou não, do uso do fogo.

O refinado sistema classificatório desenvolvido pelas famílias indica que elas conheceram a complexidade da natureza em que vivem, classificaram os ambientes a partir de suas especificidades, discriminaram suas potencialidades e limites e, a partir de então,

manejaram suas qualidades para extraírem seus frutos, criarem animais e produzirem alimentos, mesmo nas épocas difíceis, quando a natureza sazonalmente se alterava com secas prolongadas ou chuvas em excesso.

No que diz respeito ao uso dos brejos, a combinação entre comunidades e parentesco possibilitou tanto o manejo dos brejos quanto das águas e do *gerais*. No entanto, mudanças sociais relacionadas à chegada das firmas, de grandes fazendeiros e dos parques, mudaram a dinâmica no *gerais*. Estas mudanças serão discutidas no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 5

A NATUREZA DAS MUDANÇAS

5.1 Modernização conservadora da agricultura

A partir de meados dos anos 1960, o governo brasileiro criou projetos desenvolvimentistas que, no rural, foram sinônimos de “modernização do campo”, conforme se definia, em busca de aumento de produção e produtividade de mercadorias agrícolas, como a soja. Iniciou-se, por meio de subsídios públicos para a implantação da “revolução verde” no país, o conjunto de políticas para “modernizar” a agricultura (Delgado, 1985).

Instalaram-se no país fábricas produtoras de máquinas e insumos agrícolas e, portanto, era preciso criar mercado consumidor. Para isso, o estado brasileiro implementou políticas de subsídio para aquisição de fertilizantes químicos, rações, tratores, arados, que foram incorporados por empresas e por um perfil selecionado de produtores rurais (Delgado, 1985; Silva, 1990). Empresas agropecuárias foram criadas para, dispendo de investimento público, introduzir monoculturas de um conjunto restrito de cultivos. As unidades familiares na agricultura, que produziam sem o uso da “nova” tecnologia, eram excluídas da política de incentivo e, portanto, não acessaram apoio para sua produção. Houve uma espécie de “tríplice aliança” entre indústria, bancos e latifundiários, que promoveu mudança na pauta alimentar, na mobilidade das populações rurais e na urbanização do país, agudizando a concentração de terras e a questão agrária no país. (Silva, 1983).

A modernização agrícola transformou as disparidades regionais entre as macrorregiões nordeste, centro sul e norte. A região Centro Sul e o Cerrado do planalto central transformaram-se com o avanço das monoculturas. Isso acarretou mudança no ciclo do trabalho na terra e do calendário agrícola, aumentou a sazonalidade da colheita e, portanto, ampliou a sazonalidade do trabalho agrícola (Silva, 1983).

Entre as décadas 1960 e 1970, uma das ações desta política de modernização foi a tomada de terras de comunidades tradicionais no Cerrado (Ribeiro e Galizoni, 2007). A expansão da fronteira agrícola no Cerrado agravou a concentração de terra; posseiros, parceiros, arrendatários, agricultores familiares foram expropriados de suas terras e uma grande parcela migrou para as cidades. Na cidade, essa população propiciou a ampliação do

mercado interno para a indústria. Sem produzir o que produziam antes em suas próprias terras, agora precisavam comprar os bens de que necessitavam. Isso resultou na especialização da produção: fazendas de leite, café, cana, arroz (Silva, 1983). Assim, a questão agrária tornou-se também uma questão energética, dos modos de vidas, principalmente, de comunidades tradicionais e indígenas, desencadeando questões ecológica, urbanas e explicitando fortemente as desigualdades sociais (Silva, 1983; Ross *et al.*, 2022).

A expansão de grandes empresas agropecuárias na década de 1970 ampliou o conflito no campo e concentrou a propriedade da terra também no *gerais* (Correa, 2008; Ribeiro, 2010; Cruz, 2018 Silva, 2020). Foi um “novo cercamento do mundo” (Dardot e Laval, 2017), representado neste território pela instalação de latifúndios monocultores de eucaliptos, pecuária, irrigação e carvoejamento, as “firmas”, que, apoiadas por políticas públicas, avançaram sobre terras e águas.

5.2 “Modernização” do *gerais*: da natureza comum às firmas

A expropriação e privatização das terras e águas comuns, promovidas pela implantação da “revolução verde” e o contínuo avanço da fronteira agrícola no *gerais*, alteraram a construção das relações entre comunidades rurais e o território.²⁹

Motivadas por incentivos fiscais, diversas empresas avançaram sobre o *gerais* Sanfranciscano. O programa Pró-várzeas foi um exemplo destacado: objetivou estimular grandes produtores rurais em projetos hidro-agrícola e, no *gerais*, o recurso público foi alocado em empresas como Metalur Ltda, que investiu na produção de arroz, feijão e milho associado ao plantio de eucalipto (Silva, 2023). Usavam a técnica designada como “sistematização das várzeas”, que drenou inúmeras veredas na região (Marques de Deus, 2010; Silva, 2023) e tomada das chapadas para plantio de eucalipto (Ribeiro e Galizoni, 2007). Em 1985, 128 mil hectares do município de Januária foram apropriados por firmas de monocultura de eucalipto (Rodrigues, 2000). Nesta época, os territórios dos municípios de Bonito de Minas, Cônego Marinho e Chapada Gaúcha ainda faziam parte de Januária.

A aquisição de terras e investimento para a atividade advinham de investimentos dos programas do FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste para o Setor Agropecuário

²⁹ Diferente do uso em comum e racional da natureza empregado pelas comunidades tradicionais, a chegada das firmas do eucalipto e da agropecuária impôs uma relação de subalternidade, uma relação de poder, onde a biodiversidade foi vista como um recurso para apropriação privada (Thomas, 1996), com disponibilidade mediada a partir de projetos desenvolvimentistas e à vida nas cidades.

(Rodrigues, 2000). A atuação da FINOR implementou programas concebidos pelo Governo Federal para o Nordeste, a partir da área de atuação da SUDENE, e do governo do estado de Minas Gerais. Esses programas incentivaram o uso de agrotóxicos, de fertilizantes industrializados, mecanização e um grande aumento no número de estabelecimentos que passaram a usar a irrigação.

No **Quadro 2** estão destacados municípios inseridos no *gerais* que receberam investimento do PRÓ-VÁRZEAS, PROSPERE e PROJETO SERTANEJO, entre as décadas de 1970 e 1980.³⁰

Quadro 2. Investimento através de PRÓ-VÁRZEAS, PROSPERE e PROJETO SERTANEJO entre as décadas de 1970 e 1980.

Municípios do <i>gerais</i>	Investimento (em reais)
Manga	32.014.624,62
Januária	12.903.803,09
Itacarambi	9.615.956,64
Montalvânia	5.931.048,50
São Francisco	567.027,59

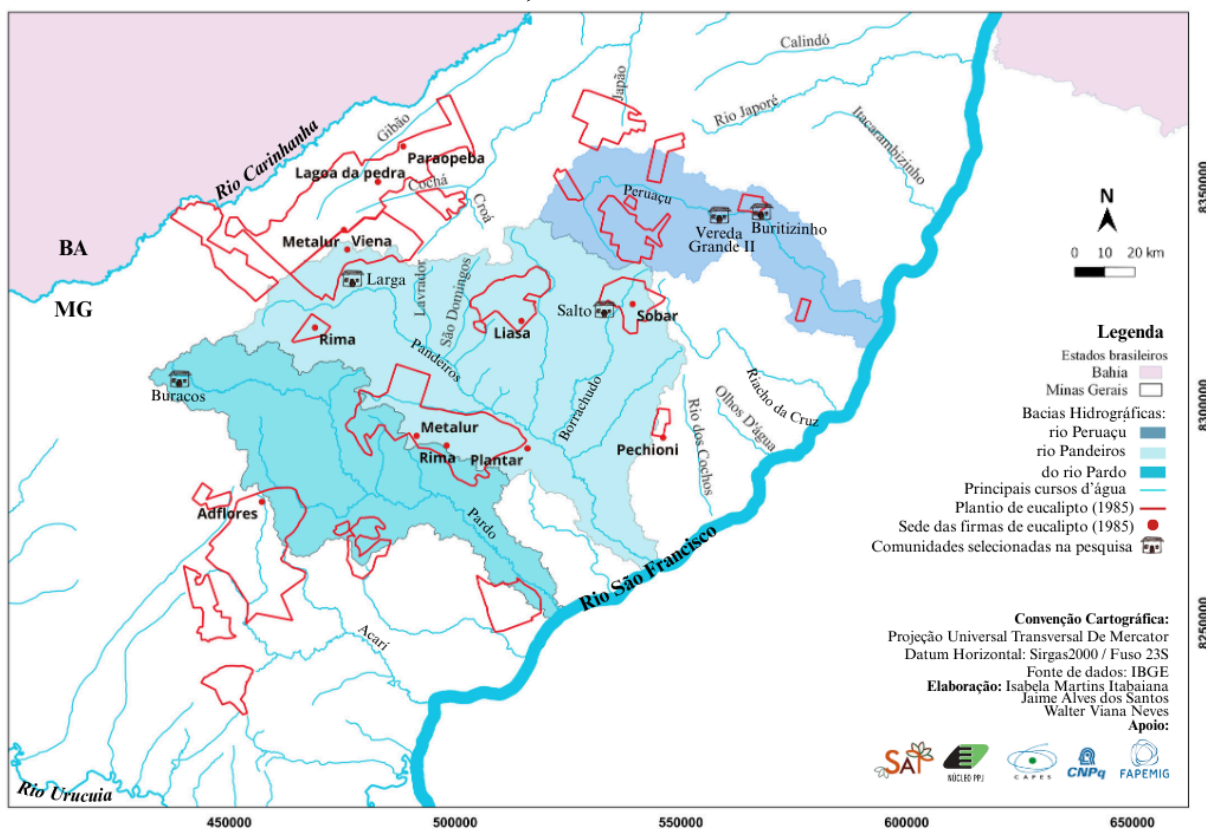
Fonte: Rodrigues (2000).

Apesar de alguns poucos programas buscarem se adaptar para incorporar “pequenos produtores” (Rodrigues, 2000), a expansão baseada em firmas agropecuária subsidiadas por recursos públicos foi força motriz para mudanças fundiárias no *gerais*.

Na **figura 18** estão mapeadas as áreas de projetos implementados, principalmente, monoculturas de eucalipto, mas também monocultura de arroz, a partir de imagem de satélite *Google*, para o ano de 1985. Somando-se as áreas delimitadas pelas empresas Metalur, Plantar, Liiasa, HPichionni, Lagoa da Pedra, Rima, Viena, Paraopeba, Adflores e Sobar, encontrou-se 284.474 hectares de monocultura de eucalipto nas regiões de chapada e cabeceiras dos rios Pardo, Pandeiros, Peruaçu, Acari, Gibão e Cochá, na margem esquerda do rio São Francisco, em Minas Gerais.

³⁰ Estes projetos tinham como objetivo promover um desenvolvimento mais equitativo entre as grandes regiões do Brasil, com maior impacto no Nordeste, tendo como características incentivos fiscais e financeiros à iniciativa privada na agricultura (Rodrigues, 2000).

Figura 18. Projetos de firmas monoculturas de eucalipto, a partir do uso de imagem *Landsat* 8, ano de 1985



Fonte: Levantamento realizado junto a Walter Viana Neves (IEF) e Jaime Alves dos Santos (ACEVER). Mapa elaborado por Isabela Martins Itabaiana, 2024.

Antônio Inácio Correa (2010), tropeiro, agricultor e liderança histórica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária e da luta por direitos humanos, narrou como a chegada das firmas monocultoras transformou a realidade local: as famílias foram expropriadas de suas áreas de *soltas* e brejos, as fontes de águas foram sangradas, diminuíram volume ou secaram e o carvoejamento se instalou como prática. “– Tudo isso com incentivo da SUDENE” - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Correa, 2008).

Foi então que agricultores(as) da região passaram a ter que enfrentar grilagens de terras e sentiram alterações no domínio e na natureza do *gerais*, nas relações com o território e as águas. A degradação ambiental e o cercamento de áreas comuns implicaram em estrangulamento no acesso às fontes de águas para a lida com as criações e as plantações, causando efeitos nos hábitos alimentares, na economia, na relação com o trabalho, na cultura tradicional local e na gestão dos recursos da natureza (Ribeiro, 2010). O uso desregrado de águas e terras causados pelas firmas, responsáveis pelo desmatamento de milhares de hectares

em cabeceiras de mananciais, ocasionaram o soterramento e a morte de inúmeras nascentes e a drenagem dos brejos (Marques de Deus, 2010).

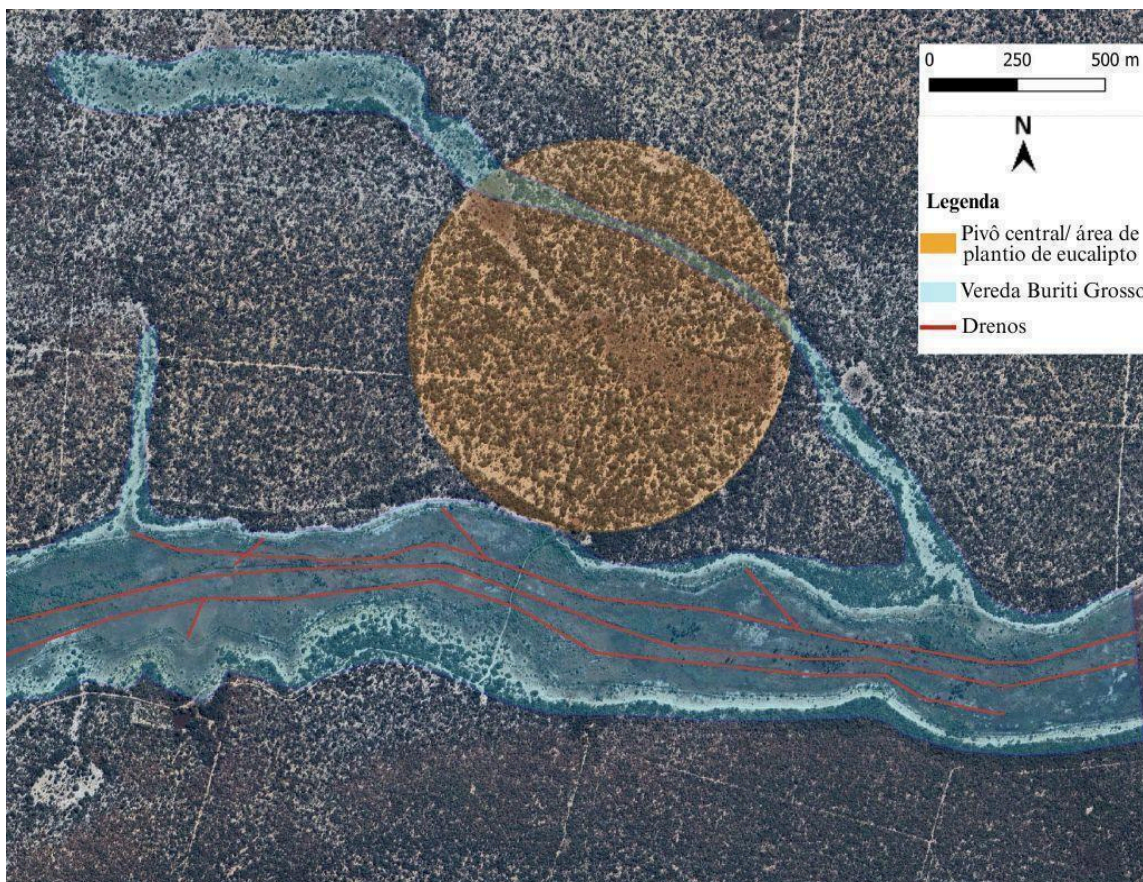
De acordo com Correa (2010), nos períodos antes da chegada das firmas agropecuárias, havia fartura de fontes de águas e de produção de alimentos nas comunidades; havia caça, peixe e o gado ficava na solta dos *gerais*, sadios. Era uma relação de domínio de terra para produzir sustento. Mas quando as grandes fazendas agropecuárias começaram a degradar a natureza, as comunidades foram restringidas, prejudicados seus sistemas de produzir alimentos e acessar à água (Ribeiro, 2010). Lavradores(as) do rio dos Cochos informaram que: “– Foi só depois que o rio secou que começou esse problema todo. E o rio secou em uma noite soterrado pelas terras carregadas de um grande terreno preparado para plantar eucalipto” (Santos *et al.*, 2010a).

Genelísio Marques de Deus (2010), técnico agrícola, narrou o “desastre” provocado por ações em veredas e brejos por empresas como Metalur e Agrolur para implantar projetos agropecuários baseados em monocultura e irrigação, com apoio da Ruralminas, agência estatal de serviços agrícolas. As firmas se instalavam no *gerais* promovendo grandes drenagens, como a que foi realizada no rio Mangai (municípios de São Francisco e Maria da Cruz) onde foram drenados e sistematizados 100 hectares de brejo para o plantio de arroz. Ou, ainda, na brutal intervenção ocorrida na vereda Pindaibal (município de Januária):

– O maior desequilíbrio que nós fizemos (...) foi na vereda Pindaibal. Lá era um pântano, mil hectares de pântano. (...) Inclusive essa vereda, ela desaguava no rio Pandeiros. Era água! Era água que você para andar lá tinha que ficar procurando lugar para pisar, porque senão afundava. (...) Depois que fez a drenagem, passou o correntão e derrubou todos os buritis! Era tanto buriti! E botou fogo; aí botou fogo. Então a vereda secou. (Marques de Deus, 2010, p.213 e p.216).

Essa destruição causada por drenagens foi imposta a muitas outras veredas e comunidades no *gerais*, como no emblemático caso da vereda Buriti Grosso, no município de Bonito de Minas, em área conhecida como “berço das águas”. A vereda foi esgotada por meio de drenos para os rios mais próximos para irrigar grandes plantios de eucalipto nas chapadas (Silva, 2023). Na imagem do satélite *Landsat* da área no ano de 2022 é possível observar resquícios das drenagens mencionadas por Marques de Deus (2010) e realizadas nos brejos da comunidade de Buriti Grosso (**imagens 19, 20 e 21**). Para a comunidade, restaram veredas secas e a crescente escassez de águas.

Imagem 19. Brejos drenados pela empresa Metalur, Comunidade de Buriti Grosso, município de Bonito de Minas, ano 2022.



Fonte: imagem *Landsat*, 2022

Imagem 20. Drenos construídos pela empresa Metalur, vereda do Buriti Grosso.



Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

Imagem 21. Drenos construídos pela empresa Metalur na vereda do Buriti Grosso.

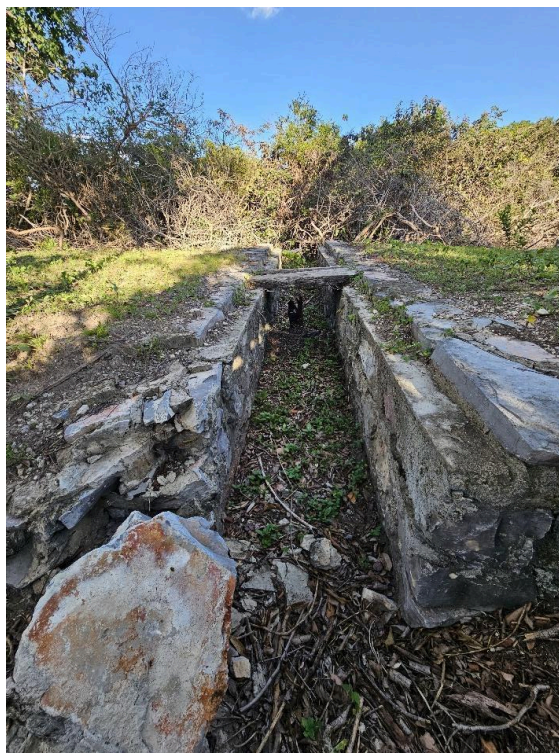


Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

Cabe ressaltar o grande impacto do carvoejamento no *gerais*, iniciado nos 1980. Neste período, as firmas deslocavam da região do rio Pandeiros entre 20 e 40 caminhões por dia de vegetação nativa cozida e ensacada em forma de carvão (Marques de Deus, 2010). É dessa época a aceleração de cercamento das terras nas chapadas realizadas por empreendimentos agropecuários que, novamente, expropriaram terras de uso comuns: “– Foi quando aconteceu a colonização dos gaúchos”, lembrou o senhor Paulo, na comunidade de Buracos. A chegada dos colonos gaúchos resultou na derrubada da vegetação do *gerais* para a produção de soja e capim: a chapada se transformou em sequência de lotes parcelados, as cercas se instalaram em um lugar onde antes elas não existiam (Medeiros, 2011).

Na comunidade de Buritizinho, o senhor Fausto também narrou que antes não existia cerca:

– Era mundo sem fim! Entre Buritizinho e Onça todo mundo criava gado no campo *gerais*. A cerca quem pôs foram "eles" [fazendeiros]. Antes, a única cerca que tinha era aquelas feitas de pau em pé, “espinha de peixe”. Cercava só a roça, para porco e gado não entrar. Os porcos e o gado ficavam livres. Todos os bichos eram na solta, até chegar os vizinhos ruins (Senhor Fausto Cardoso).

Com as chapadas ocupadas, agroambientes como os brejos foram, e estão, sujeitos à expansão agropecuária, bem como a usos do território que condicionam uma mudança nos hábitos e costumes das comunidades do *gerais*.

5.3 Unidades de conservação

A modernização da agricultura tomou terra, drenou mananciais, interferiu na dinâmica da natureza, mas, por outro lado, para conservar água principalmente para transposição do rio São Francisco e para o agronegócio, instituiu unidades de conservação para amenizar impactos sobre as fontes d'água (Ribeiro, 2010). O ônus de ambas as ações e intervenções recaíram sobre comunidades rurais, triplamente expropriadas, de terra, águas e de acesso à natureza. A ideia de uma natureza pura e intocada foi amplamente usada para justificar políticas rígidas de conservação, que muitas vezes ignoraram populações tradicionais e resultaram em desapropriações forçadas e conflitos sociais em áreas protegidas (Diegues, 2008; Medeiros, 2011).

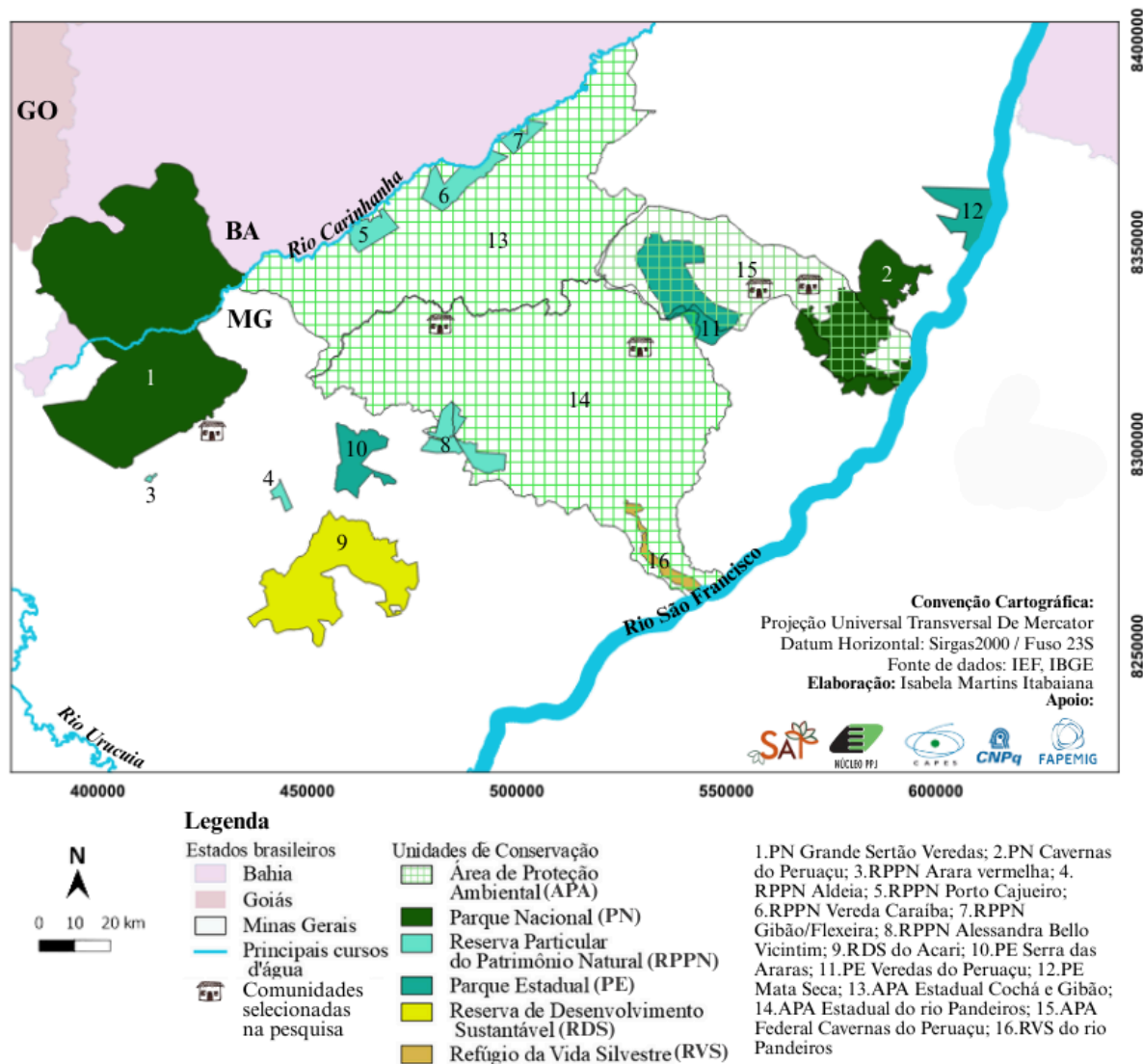
No *gerais* Sanfranciscano, o encurralamento das populações rurais e a expropriação de territórios continuou e foi reforçado com a criação das unidades de conservação. Medeiros (2011) destacou como o tempo e o espaço das comunidades (re)assentadas com a implantação

do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, no município de Chapada Gaúcha, se alterou: antes era um modo de vida *na solta*, mas depois que a unidade de conservação se estabeleceu, restringiu-se o uso do território e, portanto, os modos de criação e cultivo dos que lá habitavam.

Também a criação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, nos municípios de Januária, Itacarambi e São João das Missões, resultou no dilema entre conservação ambiental e direitos das comunidades locais, pois o parque proibia a permanência da população e a continuidade das atividades exercidas por ela.

É importante destacar que o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e Parque Nacional Cavernas do Peruaçu integram núcleos geográficos de várias áreas protegidas: Grande Sertão Veredas, Pandeiros e Peruaçu e constituem o Mosaico - SVP, reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente em 2009 (MOSAICO, 2021). O território do Mosaico reúne 38 áreas protegidas, sendo 11 inseridas na portaria nº 128/2009 de seu reconhecimento, 17 unidades incorporadas por meio de proposições aprovadas em reuniões do Conselho do Mosaico, 2 terras indígenas e 8 RPPNs (Reserva Privada de Patrimônio Natural), somando 1.800.000 de hectares do território do *gerais*. Entre as áreas protegidas, estão 11 unidades de proteção integral e 14 unidades de uso sustentável (**Figura 19**).

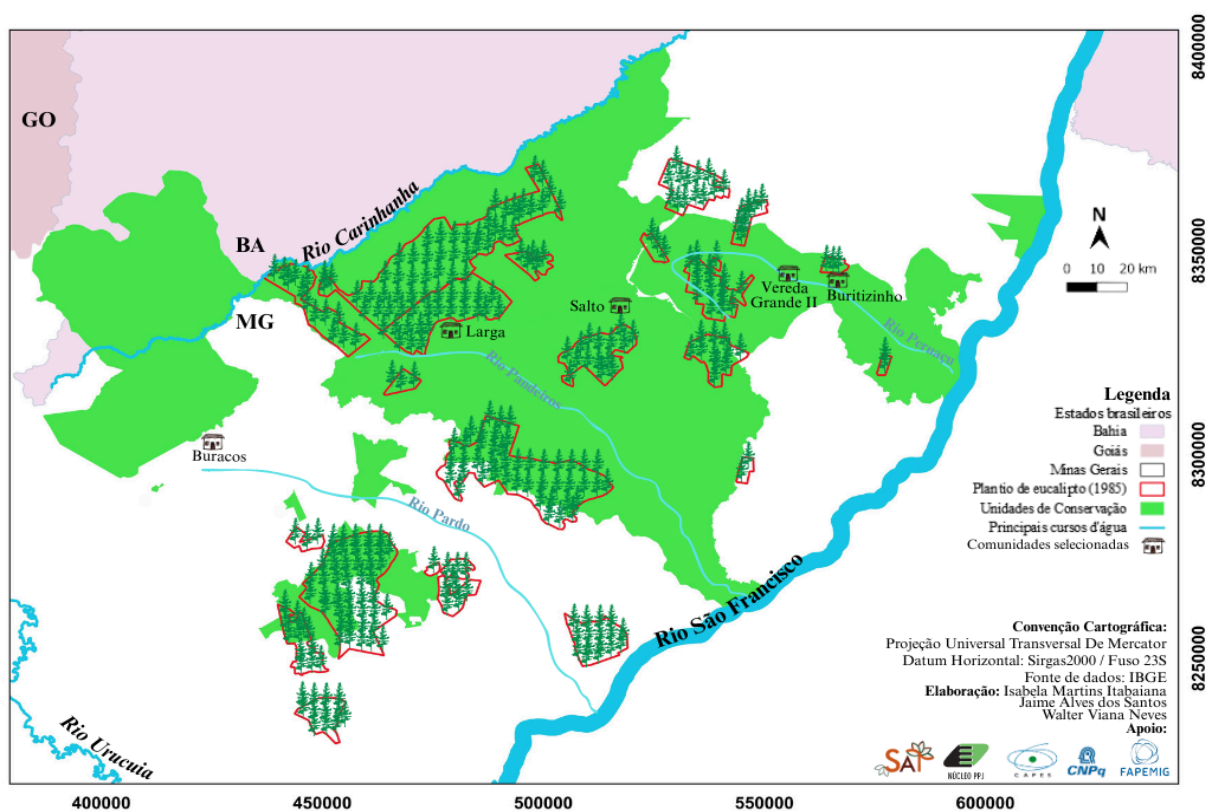
Figura 19. Mosaico de áreas protegidas Sertão Veredas-Peruaçu.



Fonte: IEF. Mapa elaborado por Isabela Martins Itabaiana, 2025.

A **Figura 20** foi elaborada tendo como base os anos de 1985 e 2024. A imagem indica que houve uma sobreposição entre as áreas das firmas de eucalipto e as áreas de unidades de conservação que compõem o mosaico de áreas protegidas no *gerais*. Pode-se observar que as famílias generalistas entrevistadas e suas comunidades ficaram literalmente cercadas, encurraladas por firmas monocultoras de eucaliptos e por unidades de conservação. Pode-se perceber ainda a tomada de cabeceiras de mananciais pelas firmas e pelas unidades de conservação.

Figura 20. Sobreposição entre as áreas das firmas de eucalipto e o Mosaico de áreas protegidas Sertão Veredas-Peruaçu – 1985 e 2024.



Fonte: IEF. Mapa elaborado por Isabela Martins Itabaiana, 2025.

No vale do rio Peruaçu, a mudança no uso da terra operada pelo Estado e firmas representou uma expropriação territorial que afetou a relação brejo e *gerais*, restringiu as roças e o manejo das criações, diminuiu a produção de alimentos e impediu a *solta* do gado.

O senhor Damásio e dona Lurdes, da comunidade Vereda Grande II, refletindo sobre expropriações dos direitos às terras comuns, asseveraram que houve três momentos marcantes de cercamento: (i) o “*tempo da medição*”, no início da década de 1930, com a atuação destacada do agrimensor Mário Lisboa³¹, incorporando terras comunitárias para vendê-las – foi nesse tempo que a família de seu Damásio perdeu parte de seu terreno próximo ao rio Peruaçu–; (ii) a chegada de grandes fazendeiros e (iii) a criação dos parques. A implantação de unidades de conservação ocorreu alguns anos após a vinda de firmas agropecuárias em

³¹ Na década de 1930, o “*tempo de medição*” representou ação governamental para divisão e marcação de terras consideradas devolutas que antes não tinham documentação cartorial. Costa (2021) descreve a medição na bacia do rio Verde e mais especificamente do Brejo dos Crioulos. No *gerais*, o agrimensor responsável pelo processo de medição das terras foi Mário Lisboa, que posteriormente foi prefeito do município de Januária durante três mandatos: o primeiro durante a Ditadura de Getúlio Vargas, em 1946, o segundo em 1955, e por último em 1967 (Pereira, 2014).

busca de terra e água. E quando os “parques”³² chegaram com o IBAMA tomaram as terras de *gerais*, isolaram os criadores de gado na solta, proibiram qualquer manejo das famílias nas veredas e o plantio no brejo:

– Os fazendeiros de fora tomaram conta, foram empurrando as famílias. O Ibama tomou e fechou o gado, as firmas tomaram conta do resto. Fraco na mão dos ricos, como reagir? Ficou mais herdeiro do que terra. (Senhor Damásio Lopes e dona Lourdes Lopes)

Dona Lurdes e senhor Damásio perderam terra e acesso à água para plantio e consumo doméstico. Só conseguiram regularizar o abastecimento de água para a casa quando a comunidade conseguiu a perfuração de um poço artesiano. Afirmaram que não podem mais manejar brejo, fazer roça:

Tinha que pensar um jeito de conservar com as pessoas! Hoje não tem brejo, aliás, tem e não tem: tem brejo, mas não pode mexer. Agora tem os parques e os fazendeiros, que foram cercando a gente e tomando terra, empurrando com a barriga, aumentando suas cercas de tempos em tempos e nos rodeando. Os fazendeiros que tinham dinheiro foram cercando as terras *soltas*, que eram comuns pra solta do gado. Teve vizinho que precisou vender a criação, pois não tinha mais lugar pra deixar. Agora não solta mais gado... Outros ficaram sem o brejo... Vivíamos bem, mas tomaram a vereda (Senhor Damásio Lopes).

Na comunidade de Taboca, o brejo que a família de seu Damásio e dona Lurdes usava está cercado: “– Não “bota” mais brejo, pois a água está acabando. A vereda foi cercada quando o IEF e o Parque chegaram. Depois do IEF, ninguém mais trabalha no brejo. O IEF fica de olho, no fogo. É sofrido, mas felizmente todos os filhos já estão bem criados”.

A cabeceira do rio Peruaçu está a cerca 39 quilômetros da comunidade de Vereda Grande II, mais acima, depois da comunidade de Areião, está no parque estadual veredas do Peruaçu, seu Damásio asseverou que:

– Daqui para o Areião até o parque, era só água. Tinha várias lagoas, inclusive a lagoa Formosa [em 2024, a única com água]. Diminuiu. Quando o Ibama chegou, tentou reflorestar e não deu certo. Deus dá, mas o homem devora, aí acaba tudo" (Senhor Damásio Lopes).

³² A bacia do rio Peruaçu reúne três Unidades de Conservação, o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, a Área de Proteção ambiental Cavernas do Peruaçu e o Parque Estadual Veredas do Peruaçu, como ilustrado no mapa apresentado na Figura 31.

Em Buritizinho, o senhor João, filho de seu Fausto e dona Maria, defendeu que a forma tradicional de manejar as áreas úmidas nunca representou uma ameaça para a continuidade da vida no brejo. Ao contrário, trazia fartura sem destruir as águas:

– O Peruaçu era todo *pantanado*, hoje fica só metade do ano *pantanado*. A gente nunca pôs fogo descontrolado no brejo. Quando colocava fogo, era para abrir o brejo, era fogo controlado. Agora o Ibama, o IEF, não deixam usar o brejo, então de onde eu vou tirar o sustento?³³ (João Batista).

Observou-se em Buritizinho, com a família de seu Fausto e dona Lurdes, a mesma dinâmica histórica na expropriação da terra no *gerais*: o “*tempo da medição*” levado a cabo por Mário Lisboa nos anos 1930, a “chegada” de firmas e fazendeiros e, posteriormente, a instalação de unidades de conservação. Uma estratégia utilizada pelas firmas e fazendas pode ser assim delineada: tomaram a terra a partir dos *gerais*, da expropriação das áreas comuns. Os órgãos ambientais, IBAMA, IEF, vieram na sequência.

A família de seu Fausto e dona Lurdes resistiu em Buritizinho, plantando no brejo.

5.4 O tempo mudou: mudaram as águas

*Triste duma certeza: cada vez mais fundo, mais longe nos silêncios,
ele tinha ido s'embora, o riachinho de todos.*
Guimarães Rosa - Manuelzão e Miguelim, 2001:98

O intenso consumo dos recursos da natureza, motivado, principalmente, pelo modelo econômico global com seus padrões de produção, consumo e de estilos de vida originados a partir da revolução industrial, tem incorporado com força as dimensões humanas em alterações na natureza. Neste sentido, população, ambiente e consumo estão relacionados de formas intrínsecas aos cenários de mudanças climáticas (Hogan, 2009; Mello, 2009).³⁴

³³ Estudo de Borges *et al.* (2016) acerca de sistemas agrícolas tradicionais e o manejo do fogo em veredas do Jalapão, estado do Tocantins, dialoga com a perspectiva da natureza com um espaço culturalmente construído. Para os autores, o uso controlado do fogo em veredas para preparar o solo e estabelecer roças não resulta necessariamente em desmatamento em larga escala. Pelo contrário, essa prática pode favorecer o crescimento de vegetação arbórea após o abandono das atividades agrícolas. A predominância de árvores nas áreas de capoeiras, observada por meio de análises de imagens de satélite, reforça o conhecimento tradicional de que “o esgoto renova a terra”. Além disso, os agricultores relatam que a prática de roças de esgoto contribui para que a vegetação nas veredas se adense, tornando a mata mais fechada do que antes do cultivo.

³⁴ Sociedades humanas desde a revolução industrial no século XVIII vêm produzindo profundas implicações econômicas, políticas e sociais às mudanças climáticas (Hogan, 2009). Tais mudanças implicaram na construção de conceito que surge, a partir de 1990, de uma época Antropocênica, focalizando a capacidade das ações humanas, condicionadas pelo modelo econômico capitalista, de interferirem na dinâmica climática do planeta (Haraway, 1990; Moore, 2016; Svampa, 2019).

O aumento da frequência e da intensidade dessas mudanças poderão provocar reduções inesperadas e/ou frustrações nas colheitas agrícolas, o que, além de desestabilizar a segurança e a soberania alimentar, levaria a séria concorrência por recursos, os quais, então, se tornariam escassos (Kirsch e Schneider, 2016). A segurança hídrica também é comprometida, e, embora a produtividade agrícola tenha aumentado, a mudança no clima impactou regiões de latitude baixa e média onde encontram-se climas tropicais, como o semiárido (IPCC, 2021). Cabe ressaltar que mudanças no uso dos recursos da natureza, dos estilos de vida e produção são capazes de gerar mudanças nos ciclos naturais, interferindo na possibilidade do sistema se renovar (IPPC, 2021).

Kleiperry *et al.* (2024) observaram que mudanças climáticas e eventos climáticos extremos estão impactando ecossistemas tropicais secos, influenciando tanto a regeneração florestal quanto às características funcionais das plantas. Em estudo realizado no Parque Estadual da Mata Seca, no município de Manga, *gerais* Médio São Francisco, os pesquisadores concluíram que eventos climáticos extremos, como secas prolongadas, podiam mudar a trajetória de regeneração natural das florestas, causando, alterações na sua estrutura, como redução da altura das árvores, densidade e área basal.³⁵

Em comunidades rurais do Semiárido mineiro, agricultores e agricultoras observam apreensivos as alterações climáticas e seus efeitos na natureza e nas lavouras. Em entrevista sobre o clima, a senhora Faustina Lopes da Silva³⁶, lavradora da comunidade Campo Buriti, no Vale do Jequitinhonha, afirmou que, em 2023, quando as flores das plantas brotavam, já pegavam o sol muito quente e não conseguiam evoluir, o que prejudicava colheitas; já não conseguiam produzir como antes alimentos como o feijão de arranca e o arroz pois os solos estavam ressecados e quentes demais.³⁷

As famílias *geralistas* entrevistadas asseveram que a chuvas *antigamente* – até os anos

³⁵ Importante ressaltar que o estudo utilizou parcelas amostrais que foram monitoradas com o intuito de analisar diferentes estágios sucessionais (inicial, intermediário e tardio) e as mudanças nas condições do solo, estrutura da vegetação e características funcionais das folhas ao longo de nove anos (2009-2018). O resultado da pesquisa mostrou que mudanças em características foliares, como a redução da área foliar específica, não seguiu os padrões esperados de regeneração ecológica, indicando possível adaptação ou resposta das espécies às condições ambientais alteradas, como maior exposição à luz devido à abertura das copas ou estresse hídrico.

³⁶ Entrevista com agricultora no Vale do Jequitinhonha cedida à Eduardo Magalhães Ribeiro, Isabela Martins Itabaiana, Jheniffer Caroline Oliveira Souza, Luís Fernando de Souza Alves e Patrícia Conceição Medeiros, realizada em Turmalina, nov. 2023.

³⁷ Pesquisa de Rocha *et al.*(2024) em 25 municípios do Norte de Minas apontou relação significativa entre as secas e a produtividade agrícola de milho e feijão. Durante o período de 2003 a 2019, constatou-se tendência de redução na precipitação e aumento na evapotranspiração, criando um cenário de estresse hídrico. A mudança no regime das águas contribuiu para a queda no rendimento médio das culturas, como o milho, que apresentou 57% de redução da produção nos municípios analisados, enquanto o feijão sofreu diminuição de 70%. O estudo destacou que as condições climáticas desfavoráveis afetam diretamente o desenvolvimento das culturas de sequeiro, que dependem da água da chuva, relevando, assim, a vulnerabilidade das atividades frente às mudanças climáticas, mas também a importância de estratégias de adaptação para minimizar os impactos das secas.

1990, aproximadamente – eram mais previsíveis (ver indicadores no **Anexo I**), havia estações do ano marcadas: a *época das águas*, que envolviam os meses de outubro a março e compreendia parte da primavera e do verão, período em que costumava chover muitos dias de forma ininterrupta, “invernava na chuva”. “Nas águas”, em janeiro, havia sempre uma interrupção das chuvas por cerca de 10 dias quando o sol surgia sem nuvens, chamado de veranico. Havia a *época da seca*, que compreendia os meses de abril a setembro, e as estações de outono e inverno, quando quase não havia fortes precipitações; tinha as neblinas nos meses de junho/julho e, em setembro, a *chuva do caju*, chuva que anunciava os brotos.

Na comunidade de Larga, seu Cid e dona Ivone afirmaram que *antigamente* tinha época certa da chuva e de plantar, mas ponderaram que, desde o início dos anos 2000, estava difícil prever o tempo, e que nem sempre os sinais costumeiros estavam “funcionando”, pois as chuvas estavam muito irregulares: tem chovido menos, de forma incerta, e a época da seca está se ampliando, de forma que já não dava para confiar plenamente que o tempo da chuva viria regularmente.

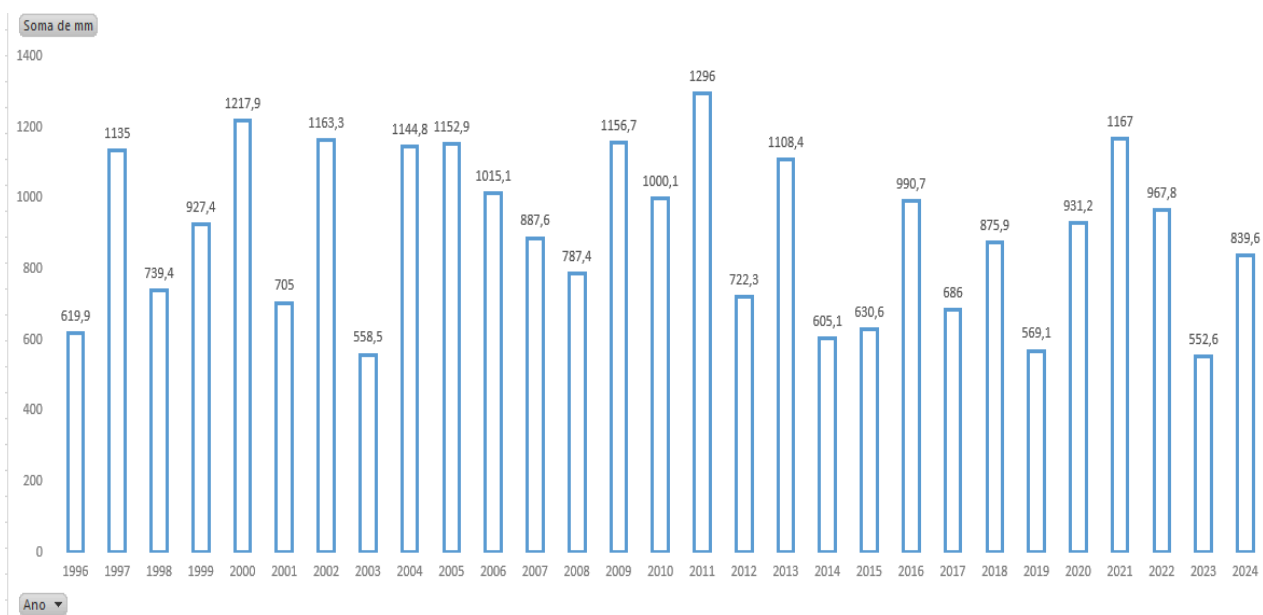
O senhor Damásio e dona Lurdes revelaram que entre outubro e dezembro era um período seguro de haver chuvas, que perduravam até março/abril. Em janeiro, tinha em média 8 dias de sol, mas depois chovia. A mudança “*no tempo*” começou há cerca de 30 a 40 anos, pois até então: “– Chovia bem todo ano, agora não, não cai o que chovia antes, a chuva não dá para três meses, quase não dá para fazer roça”. O gado sofreu bastante, pois o pasto foi perdido, e passou a se alimentar somente de pouco capim e sal.

Dados pluviométricos do município de Januária obtidos no Banco de Dados Meteorológicos do Instituto Nacional de Meteorologia (BDMEP/INMET) indicaram aspectos muito próximos daqueles observados pelas famílias geralistas, particularmente no que diz respeito à concentração das chuvas e à expansão dos veranicos. Os dados pluviométricos apontaram que entre 1996 e 2024 (**Gráfico 1**), apesar de os valores anuais de precipitação permanecerem com variações frequentes entre 600 a 1.000 mm, a distribuição da chuva foi concentrada em poucos dias durante os meses de dezembro a março; e os veranicos³⁸ – períodos entre os dias chuvosos – foram ampliados, afetando duramente a produção agrícola

³⁸ Os veranicos representam dias seguidos sem chuva dentro de um período chuvoso. Na caracterização deste fenômeno, adotou-se a metodologia de Menezes, Britos e Lima (2010) que o descreve como uma sequência mínima de dias com precipitação inferior a 2mm, durante o período chuvoso. O estudo realizado no estado do Ceará, por Oliveira et al. (2015), considerou veranicos como a ocorrência de cinco ou mais dias seguidos sem chuva dentro da estação chuvosa de uma determinada região fisiográfica. No entanto, usou-se como referência de veranico, a percepção do agricultor senhor Damásio, que observou, no *gerais*, a frequência equivalente a 8 dias sem chuvas no mês de janeiro. Foram utilizados dados do INMET entre os anos de 1996 a 2025, pois compreende o período de leitura de dados mais concisos, pois, além de ter informações sobre todos os anos, não houve dados nulos durante o período chuvoso.

(Cruz et al., 2018). A **Tabela 2** apresenta a série histórica de ocorrência de veranico para o *gerais* estudado, entre os anos de 1996 e 2024. Ressalva-se que houve anos em que se registraram mais de um veranico.

Gráfico 1. Dados pluviométricos do município de Januária entre os anos de 1996 e 2024



Fonte: Dados históricos estação meteorológica de Januária, INMET, 2024.

Tabela 2. Períodos de veranicos entre os anos de 1996 e 2025 para o município de Januária.

Início do veranico	Final do veranico	Dias de veranico	Início do veranico	Final do veranico	Dias de veranico
03/01/1996	11/01/1996	9 dias	10/01/2012	11/02/2012	33 dias
13/01/1996	04/02/1996	23 dias	30/01/2013	23/02/2013	25 dias
30/12/1997	09/01/1998	11 dias	29/12/2013	09/01/2014	12 dias
30/01/1998	08/02/1998	10 dias	11/01/2014	19/01/2014	9 dias
22/12/1998	02/01/1999	12 dias	23/12/2014	21/01/2015	30 dias
16/01/1999	28/01/1999	13 dias	26/01/2015	04/02/2015	10 dias
05/01/2000	19/01/2000	14 dias	29/12/2015	02/01/2016	6 dias
03/01/2001	22/01/2001	20 dias	30/01/2016	14/02/2016	16 dias
24/01/2001	20/02/2001	28 dias	15/12/2016	11/01/2017	28 dias
20/01/2002	27/01/2002	8 dias	17/01/2017	02/02/2017	17 dias
31/01/2003	16/02/2003	17 dias	08/01/2018	15/01/2018	8 dias
24/12/2004	02/01/2004	10 dias	17/01/2018	26/01/2018	10 dias
04/01/2005	10/01/2005	7 dias	28/01/2019	06/02/2019	10 dias
09/01/2006	02/02/2006	25 dias	07/01/2019	11/01/2019	5 dias
01/01/2007	06/01/2007	6 dias	08/01/2020	17/01/2020	10 dias
16/01/2007	27/01/2007	12 dias	30/01/2020	03/02/2020	5 dias
23/12/2007	08/01/2008	17 dias	12/12/2020	03/01/2021	23 dias
12/01/2008	30/01/2008	19 dias	05/01/2021	09/01/2021	5 dias
09/01/2009	22/01/2009	14 dias	19/01/2021	06/02/2021	19 dias
27/01/2009	07/02/2009	12 dias	14/01/2022	26/01/2022	13 dias
08/01/2010	03/02/2010	27 dias	27/12/2022	03/01/2023	8 dias
06/01/2011	11/01/2011	6 dias	16/01/2023	20/01/2023	5 dias
15/01/2011	28/01/2011	16 dias	31/01/2023	03/04/2023	63 dias
30/01/2011	14/02/2011	16 dias	09/01/2024	21/01/2024	14 dias

Fonte: Inmet, 2024.

5.5 Brejos Secos

As mudanças no uso da água e no regime da chuva provocaram alterações na dinâmica produtivas e reprodutivas das famílias geralistas. Comunidades no *gerais* tinham muitas veredas e constituíram seus modos de vidas em torno da produção no brejo, mas estes, sujeitos às intervenções, secaram. Brejos secos dificultam a lavoura de alimentos e estrangulam o abastecimento familiar de água.

O senhor Damásio, que contava com 82 anos na época da entrevista, avaliando o rio Peruaçu, narrou que: “– Era tão úmido que tinha que colocar uns paus para passar os pântanos. Tinha tanto *pantame*! A terra [em torno das veredas do rio] tremia de tanta água misturada nela. Olho d’água que borbulhava, fervia. Agora secou, virou tudo pedra”.

Em 2023, seu Damásio e dona Lurdes perderam tudo o que plantaram devido à seca prolongada: “– Semente não estava dando conta de ficar na terra, a seca veio sem aviso”, explicou seu Damásio. No ano de 2024, plantaram feijão catador e de arranque, milho, abóbora e mandioca, em terra de *capão*, mas em pouca quantidade. O casal explicou que não

dava para vender os alimentos que produziam, pois priorizavam o consumo doméstico. Sem poder plantar no brejo, a família precisava comprar boa parte dos alimentos no mercado, a valência para adquirir a renda monetária era a aposentadoria. De acordo com eles:

– A gente vivia com independência, mas hoje é como dizem: viver na roça está difícil. A chuva está muito pouca. Até tem chuva, mas está pouca. Na verdade, não tem terra ruim, tem é falta de água (Senhor Damásio Lopes).

O senhor Damásio e a dona Lourdes afirmaram que, na lavoura no brejo, a família não precisava usar adubo industrial ou trator, só se gastava trabalho humano e as sementes que tinham armazenadas. Ao analisar as práticas realizadas pelos fazendeiros e empresas que tomaram o *gerais*, explicaram que as firmas derrubam toda a vegetação para plantar, e, quando plantam, é com muito adubo industrializado e veneno. Contrapuseram o exemplo de sua família que, desde o tempo do avô, há cerca de um século, trabalhava naquela terra, sem acabar com a natureza dela: “Nossa lavoura não mudava a natureza (...) Com o trator muda a natureza da terra. Com três anos não consegue plantar mais”.

Antes do rio Peruaçu secar, seu Damásio e dona Lourdes se abasteciam de água coletada no rio para uso doméstico e de uma cacimba próxima ao rio para o consumo humano e para cozinhar. O casal declarou que o rio Peruaçu secou, no final dos anos 1990, devido à devastação feita pelas firmas e as queimadas que afetaram suas cabeceiras e veredas. Quando a água acabou, a família “tomou água emprestada” – teve que pedir água emprestada ao vizinho. Também tiveram que recorrer a um vereador e deputado para a abertura do poço artesiano para se abastecer: “politizaram” a água. Em 2024, dividiam a água do poço com a escola e com mais 17 famílias, pois “ – Não se pode brigar por água, ela seca!”, afirmou dona Lourdes. O casal conseguiu acessar uma cisterna de placa do Programa Um Milhão de Cisternas, P1MC, para coletar água de chuva, mas a cisterna não conseguia reter água em função de um problema em sua construção.

Seu Fausto e dona Maria contaram que, no ano de 2021, a vereda e o brejo de Buritizinho seguraram água, pois choveu mais cedo. Já em 2023, choveu “no finzinho de dezembro e parou de chover em janeiro de 2024”, então a vereda não segurou umidade, a família perdeu tudo o que plantou na roça, pois não choveu praticamente nada. Plantou feijão na beira do brejo, que cresceu, mas não houve chuva na época da flor. Plantou três vezes em seguida para tentar tirar uma colheita, mas não rendeu. Pagaram dia de serviço³⁹ para preparar a terra a tempo para replantio e perderam tudo, pois estava seco demais. Também

³⁹ A hora de trator na comunidade estava em R\$150,00 em 2024.

em 2023, dois filhos de seu Fausto plantaram 2 hectares de milho e feijão, mas “largaram de mão”, pois “a seca veio e perderam tudo, não colheram nada”.

Em 2024, seu Fausto e dona Maria quase não plantavam mais na vereda pois esta queimou⁴⁰ durante quase um ano (**Imagem 22**). Também a imprevisibilidade da chuva e a ação dos órgãos que fiscalizam as áreas de proteção ambiental impediam o manejo do brejo. Seu Fausto explicou que:

A gente nunca pôs fogo descontrolado no brejo. Quando colocava, era para abrir o brejo, era fogo controlado. Agora o Ibama⁴¹ não deixa usar o brejo, então de onde eu vou tirar o sustento? Não planto mais na vazante porque não chove e porque não tenho mais acesso a esta terra (Senhor Fausto Cardoso).

O senhor João, filho de seu Fausto e dona Maria, revelou que a terra em Buritizinho é muito boa e que, quando o tempo era bom de chuva, dava para fazer muita lavoura. Mas a chuva foi "fracassando", o Peruaçu – rio “pantanado”, com brejo – secou. O brejo em Buritizinho enchia muito na época da chuva, ficava cheio de água, e se mantinha úmido. Faziam o plantio de meia quarta de feijão, colhiam duas a três quartas: “– Fava! Era tanto que perdia, não dava pra colher”. Mas o brejo passou a não segurar mais água. O senhor João afirmou que: “– Era um ouro de brejo! E o que mudou? Foi a chuva. O fogo não vai aonde tem água; queimou porque já estava seco! Era um lagoão enorme aqui no Buritizinho!”.

⁴⁰ O incêndio nas comunidades de Pedras e Buritizinho, no vale do rio Peruaçu, ocorreu em 2018 e durou 11 meses, alcançando 40 hectares de vereda. O incêndio teve esta duração porque as raízes dos buritis presentes na vereda são profundas e entrelaçadas. Com a vereda seca, o incêndio tornou-se subterrâneo, a matéria orgânica entre as raízes entrelaçadas compôs combustível subterrâneo dificilmente controlado. Com os períodos prolongados de seca, brigadistas não puderam contar com a infiltração da água da chuva para conter o incêndio.

⁴¹ Seu Fausto mencionou o IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, mas cabe recordar que a região onde seu Fausto e dona Maria moram tem o ICMBio, Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade, como órgão gestor, desde o Decreto nº 98.182 de 26 de setembro de 1989, que instituiu a Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu. A delimitação leva em consideração a área referente à bacia hidrográfica do rio Peruaçu.

Imagem 22. Marcas de incêndio, vereda da comunidade de Buritizinho, vale do rio Peruaçu.



Foto Gildarly Cruz, 2017.

Quando o Peruaçu começou a secar, a família de seu Fausto e dona Maria enfrentaram dificuldades em se abastecer de água. Em 2024, para se abastecerem, articulavam águas de uma cisterna manual e de poço artesiano comunitário. A cisterna havia sido cavada pela família em 2009, com uma profundidade de 6 metros. Entretanto, o rio começou a secar, o lençol freático foi baixando, e foi necessário ir aprofundando a cisterna. No período da pesquisa, a cisterna estava com 12 metros de profundidade. O poço artesiano que os abastecia tinha vazão de 4.000L/h e era comunitário: atendia, ao todo, 36 famílias. A água do poço era bombeada a cada dois dias, enchia uma grande caixa e era distribuída para as famílias. A conta de luz, para acionar a bomba, era dividida por todos os membros da associação comunitária, e em 2024, ficava em torno de R\$20,00 por mês por família. Seu Fausto ressaltou que a água do poço era diferente da cisterna, esta dava água de melhor qualidade, era água boa, quase mineral. Além do poço e cisterna manual, a família acessava as seguintes tecnologias sociais: cisterna de placa do P1MC – Programa Um Milhão de Cisterna (16.000L) e cisterna telhado do Programa P1+2, ambas para colher água da chuva e compor a reserva hídrica da família. Todos os sete filhos de seu Fausto e de dona Maria, que habitavam no terreno dos pais, dispunham de uma cisterna de placa do P1MC para coletar água de chuva.⁴²

⁴² Tecnologias sociais são conhecimentos adaptados para atender a demanda de uma população, em uma situação específica. No Semiárido, tais tecnologias são socialmente produzidas para comunidades rurais e são de baixo custo, replicáveis e incentivam a participação local (Dias,2013). Destaca-se a implementação das cisternas como

Dona Socorro e seu João, apesar de viverem ao lado de uma vereda viva e corrente, também enfrentavam restrição para o plantio no brejo. O IEF (Instituto Estadual de Floresta) não permitia o uso e manejo no brejo, aplicando multas, de forma que o casal conseguia usar uma pequena parcela de “brejo velho”, não botavam mais brejo: “– Brejo hoje é reserva, não pode mexer muito!”

Por conta de uma grande cheia do rio Pardo, impulsionada pela ocupação empresarial na chapada, seu Paulo e sua família tiveram sua área de brejo aterrada, na comunidade de Buraco. Em 2024, a família usava então um brejo com outros parentes, plantavam no sistema de arrendamento com acesso à terra por quatro anos: “– Uns plantam 10 litros, outros plantam 5 litros, outro planta 15 litros, cada um trabalhava com um pedaço de brejo”.⁴³ Havia muitos moradores na comunidade plantando no brejo, então, de acordo com seu Paulo, não era mais possível deixá-lo descansar. Isso enfraquecia a terra, além do fato de que os cultivos no brejo estavam sendo alterados: o arroz quase não era mais cultivado e, somente duas famílias faziam o plantio no período pesquisado.

Historicamente, não era necessário colocar adubo ou calcário nas roças no brejo nem no *capão*. Entretanto, no período pesquisado, algumas pessoas estavam começando a usar o adubo químico 4/14/8 no cultivo do milho no *capão*. Para fazer roça de milho em terra de cultura, os gastos aumentaram, tinham a despesa de comprar semente, o adubo, gradear e pagar a capina:

– Hoje prepara a terra é com trator; então, paga a hora para gradear que custa entre R\$200,00 a R\$300,00. Precisa de 2 horas de trator, depois vai com a enxada para ajeitar a terra. Quando chove, planta primeiro mandioca, depois o milho e o feijão; com 20 dias limpa a roça e torce para chover (Paulo Gomes).

Em 2024, a capina ficava em torno R\$80,00 por pessoa/dia. A roça no brejo quase não dava despesa, era só uma capina.

A família de seu Paulo não enfrentava ainda grandes restrições para se abastecer de água. Os rios que percorriam a comunidade de Buraco – Pardo e Calengue – eram vivos, correntes, e cada família tinha sua fonte. Entretanto, as famílias se ressentiam da qualidade da

elemento central na política de convivência com o Semiárido. O P1MC, parte do projeto Um Milhão de Cisternas da Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA, foi lançado nos anos 2000 com o objetivo de fornecer acesso descentralizado à água para consumo humano, através da captação e armazenamento da água da chuva (ASA, 2011).

⁴³ A medida em litros, refere-se ao uso de vidros descartáveis, a garrafa PET com capacidade de armazenamento de 2 litros. O *pet* é comumente utilizado para guardar grãos de arroz, feijão, milho e farinha, por exemplo.

água, pois as firmas agropecuárias instaladas em Chapada Gaúcha plantavam usando agrotóxicos, envenenando os rios.⁴⁴

Os casos das famílias generalistas pesquisadas ilustram o processo de secamento dos brejos e contaminação dos mananciais em curso nos *gerais*. Em pesquisa de campo, junto a agricultores especialistas locais e técnicos do IEF (Walter Viana) e da Emater (Welder Pereira), identificou-se 36 brejos conhecidos na área pesquisada (o que não significa que não havia outros; estes foram os identificados). Desses 36 brejos, 20 estavam mortos, secos, 6 estavam em processo de secamento, já não guardavam água o ano todo, e 10 brejos estavam vivos, mantinham umidade o ano todo e curso de água corrente.

Na **figura 21**, apresentam-se os brejos mapeados e classificados em vivos, em secamento e secos. Ao se analisar a imagem, pode-se observar os processos de secamento das veredas e cursos d'água. O rio Pandeiros recuou sua nascente mais de 15 quilômetros de seu ponto original; a nascente do rio Gibão, que era próxima à sede urbana de Chapada Gaúcha, se deslocou aproximadamente 25 quilômetros de seu local original; assim como o Peruaçu, que mantém perenidade somente associada a pequenos trechos de seu percurso até o rio São Francisco. O rio Tejuco, que era temporário (como a senhora Oni descreveu no capítulo IV), foi considerado seco, pois está sem vazão há mais de 30 anos, desde o início dos anos 1990. Também observou-se o secamento dos rios Carindó, Japão, Macaúbas e Cochós.

O técnico do IEF, Walter Viana, em estudos realizados no *gerais*, ressaltou que a diminuição das vazões das veredas, procedente de projetos monocultores de eucalipto e de drenagem intensa realizada por agricultura empresarial, somada à abertura demasiada de poços artesianos ocasionou um déficit hídrico na região do *gerais*, principalmente na bacia hidrográfica do rio Pandeiros e Peruaçu (Nunes et al., 2009; Neves, 2011; Campos e Bertelli, 2018). Walter explica que a oferta de água de chuva que abastece o lençol freático não é mais capaz de suprir o que é retirado e/ou interceptado pela vegetação. Sendo assim, a recarga hídrica não é capaz de manter o nível freático local, e em consequência, provoca o secamento das fontes de águas em bacias como o rio Peruaçu.⁴⁵

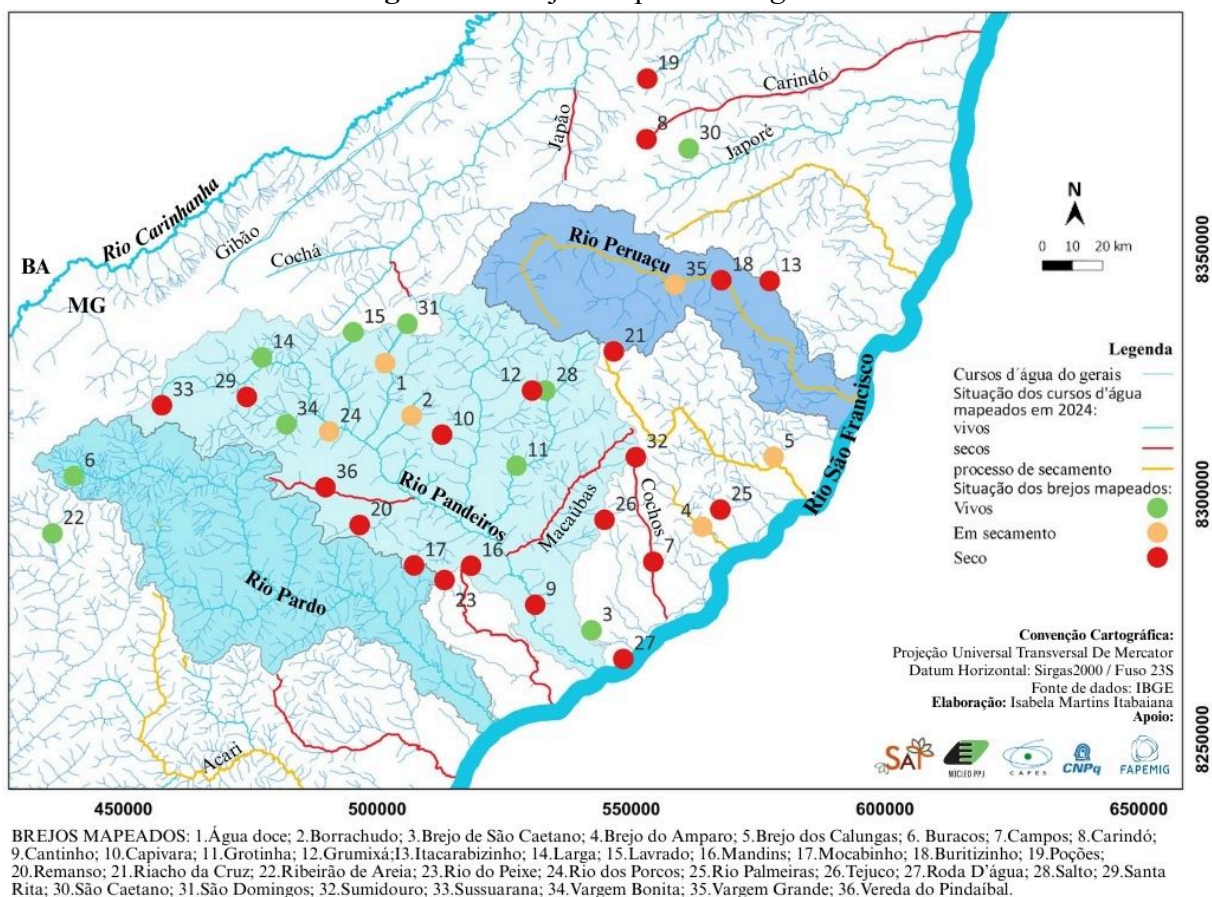
As reflexões trazidas pelo técnico do IEF estão ancoradas nas perspectivas trazidas pelo estudo de Maffia et al., (2009) que compreendeu as áreas úmidas, as veredas, como

⁴⁴ Em 2022, o pesquisador Rhaul de Oliveira, através do Projeto TICCAS SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU: CARTOGRAFIA SOCIAL, ÁGUA E FEMININO. 30º EDITAL PPP-ECOS: TICCAS - ISPN, realizou análise das águas na região da Chapada Gaúcha. Foram coletadas 19 amostras, sendo uma delas, na cabeceira do rio Pardo, na comunidade de Buracos. Os resultados indicaram a contaminação por agrotóxicos em todas as amostras analisadas. 16 dos 19 compostos analisados foram encontrados, sendo os agrotóxicos mais detectados: 2,4-D, Atrazina, Fipronil e produto de transformação fipronil-sulfona foram detectados em todas as amostras (100%), Carbendazin, simazina e tebuconazol em 72 % das amostras e azoxistrobina (68%).

⁴⁵ Informações obtidas em entrevista realizada durante a pesquisa de dissertação no PPGSAT.

representação da exsudação do lençol freático, e por isso, têm o comportamento de regularizar a vazão local, promovida pela capacidade de armazenamento de águas nesses ambientes (Maffia et al., 2009). Mesmo na época da estiagem, a vazão mínima destes ambientes permanece constante. Para Walter Viana, o ressecamento das veredas advém do desequilíbrio hídrico entre o que entra de água nas bacias hidrográficas, através das chuvas, e o que sai da bacia, a partir do uso excessivo de água através de poços artesianos.

Figura 21. Brejos mapeados no gerais



Fonte: Mapeamento realizado por Welder Pereira (EMATER) e Walter Viana (IEF). Georreferenciamento: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

Percebeu-se um secamento das fontes no sentido Sudeste, em direção ao rio São Francisco. As chapadas, áreas sob o sistema de formação Urucuia e de solos mais arenosos, funcionam como uma caixa d' água, que recebem a água da chuva e a direcionam até as nascentes dos rios como o Peruaçu, Pandeiros e Pardo. Abaixo desses solos, as fraturas das rochas calcárias representam grandes reservatórios que acumulam chuva ao longo do tempo geológico. Neste cenário, o rebaixamento do nível freático pelo uso de poços artesianos, somados às drenagens dos brejos e ao déficit gerados pelas monoculturas de eucalipto,

provocam o secamento das veredas e das nascentes mais elevadas, como a do rio Peruaçu e a do rio Pandeiros (Genelísio Deus, 2010, Neves, 2011; Lima, 2013). Portanto, a sequência articulada de secamento de veredas, perdas de brejos, rebaixamento do lençol freático e mortes de rio marca o cenário que as famílias geralistas precisaram lidar: o esgotamento de fontes de água. Esse foi o ônus da tomada de terras e “modernização da agricultura”, que recaiu sobre elas.

E, por fim, são estas mudanças que acompanham a expansão do Semiárido brasileiro.

5.6 Aclimação

No *gerais*, o processo de privatização das terras e as intervenções degradantes de grandes empreendimentos agropecuários estabeleceram cenários de secamento de mananciais. Estes se relacionam com cenários de veranicos mais longos, variações no regime pluviométrico e nas estiagens, que impuseram desafios significativos a essas comunidades tradicionais em suas dinâmicas espaciais e produtivas. Às famílias lavradoras coube a sobrecarga da devastação ambiental.

Diante do conjunto de mudanças sociais, ambientais e climáticas enfrentadas, agricultores(as) precisaram desenvolver estratégias que procuraram garantir o acesso mínimo à água e a produção de alimentos. Em alguns casos, as famílias optaram por abandonar certos cultivos⁴⁶, como o arroz no brejo, depois o feijão de arranque; e reforçaram valência da roça de mandioca como uma produção capaz de aguentar longos períodos de estiagem. Em outros casos, o secamento do curso d'água não deixou escolha senão o abandono do plantio no brejo. No que diz respeito à criação de animais, representou também optar entre abandonar ou a substituir do tipo de criação, como fez o casal Socorro e João, ao manejar porcos ao invés de gado.⁴⁷

Os cuidados familiares no manejo com os brejos revelaram novas dinâmicas nas comunidades. A senhora Socorro e seu João, na comunidade de Salto, precisaram deixar grande parte do brejo sem trabalho, em função de restrições impostas por órgão ambientais, e reinventaram o uso da várzea para o plantio de arroz, cana, feijão, hortaliças, banana, abóbora,

⁴⁶ Galizoni, et al (2010, p.252) apresentaram atividades e produtos abandonados ou reduzidos em função da escassez de água, como a horta, feijão, arroz, cana, milho, frutas, porco, gado, roça, sorgo, batata doce e mandioca, e isto implicou na necessidade de comprar alimentos para manter a pauta alimentar que apreciavam.

⁴⁷ Cruz (2018) também verificou a substituição da lida com o gado para a criação de porco e galinha. Também Manuel Gonzaga dos Santos, na região do rio dos Cochós, destacou como o direito da *solta* do gado modificou com a chegada das firmas. A *solta*, quando ocorre, é feita de forma tenaz pelas famílias geralistas nas áreas tomadas por empresas e conhecida como *solta da firma* (Santos, 2010b, p.131).

mandioca e milho. Na comunidade de Buracos, a família de seu Paulo precisou combinar o uso do brejo com outros vizinhos em situação de arrendamento. Já no vale do Peruaçu, a família de seu Damásio e dona Lourdes também não plantava na vereda da Taboca, por restrições ambientais, que ficou reservada para buscar conservar o pouco de água que sustentava o trecho do rio Peruaçu na comunidade.

Nesse sentido, as políticas públicas e a forma como elas se articularam com as organizações familiares e comunitárias ocuparam um papel importante. O acesso às políticas públicas e acordos comunitários ou familiares permitiram certos ajustes à nova situação imposta, assim como atividades pluriativas desenvolvidas pelas famílias para além da lida com a roça e o acionamento de autodeclarações culturais, mecanismos estes que garantiram e renovaram, não sem a criação de novos problemas, a permanência no território (Cruz, 2018; Silva, 2021).

No que diz respeito ao acesso à água, Silva (2020) e Souza (2021) destacaram que a perfuração de poços artesianos foi uma das principais ações públicas de governos municipais e estaduais para garantir formas de abastecimento de água em comunidades generalistas. No entanto, desencadearam formas nem sempre sustentáveis de gestão, criando um conjunto de conflitos nos sistemas de partilha e abastecimento, reforçando a “politização da água” – a mediação política no abastecimento comunitário.

Em contrapartida, houve grande empenho da sociedade civil pelo aproveitamento das águas da chuva, com as ações da Articulação da Articulação do Semiárido (ASA) e a implementação de tecnologias sociais com ênfase nas cisternas de placas que coletam a chuva tanto para uso doméstico quanto produtivo, e barraginhas de contenção de enxurradas, que somadas ao reuso da água são alternativas cruciais para a época das secas. No *gerais* pesquisado, a cobertura do P1MC abrange 11 municípios e cerca de 4.244 cisternas de placas de 16.000 foram implementadas (ASA, 2025).⁴⁸

O vale do Peruaçu, que desde os anos 2000 experimentou o secamento do rio, foi foco do Programa Água Brasil, executado pela Cáritas Diocesana de Januária, em parceria com WWF-Brasil, Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil, Agência Nacional das Águas, Banco Nacional de Desenvolvimento e uma rede de parceiros locais. Este programa teve o objetivo de tentar mitigar o secamento do manancial e fortalecer a soberania alimentar da região, com a perspectiva de ampliação de oferta de alimentos, saúde e água (Cáritas, 2017).

⁴⁸ Os municípios do *gerais* com dados incluídos na *Metabase* da Articulação Semiárido Brasileiro: Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Itacarambi, Januária, Manga, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, São Francisco e São João das Missões.

Dentre as ações, houve o esforço na implementação de tecnologias para coletar água de chuva, como as das cisternas de placas, cisternas calçadão e telhadão, que foram amplamente realizadas nesta bacia hidrográfica a partir de programas como *Um milhão de cisternas*, executado pela ASA e *Projeto Peruaçu*, executado pela Cáritas Diocesana de Januária (Cáritas, 2011). A iniciativa atendeu 13 comunidades (Vereda Grande I, Vereda Grande II, Galhos, Cocos, Areião, Vila Lopes, Onça, Lambedouro, Buritizinho, Pedras, Araçá, Olhos d'Água e Várzea Grande), resultando em benefício para 437 famílias. Foram construídas 339 cisternas para coletar água de chuva para consumo doméstico (cada cisterna consegue armazenar 16.000 litros), 40 cisternas Calçadão para uso produtivo (com capacidade de armazenar 75.000 litros cada uma), 14 cisternas Telhadão, 7 cisternas que armazenam águas de enxurradas para uso produtivo (reservatórios 52.000 litros), 587 barraginhas de contenção de enxurradas, 2 casa de sementes, 10 campos de semente crioulas, 100 fossas sépticas biodigestoras, 1 fábrica de beneficiamento de frutos do cerrado, além de diversas capacitações que auxiliam na mobilização social para implementação das tecnologias.

O uso de tecnologias sociais associado a técnicas de restauração e conservação buscou estabelecer mecanismos de adaptação às mudanças ocorridas no território do Peruaçu. A partir da experiência em oficinas, intercâmbios e projetos locais, a família de José Torino e Nelinda, agricultores na comunidade de Estiva/Olhos D'água, realizaram a recuperação de nove nascentes em seu terreno e a restauração de dois hectares de áreas degradadas no terreno da família. O casal tem origem no território do rio Peruaçu, moraram alguns anos em São Paulo, mas retornaram para a comunidade de Olhos d'água no início da década de 2000. Desde que voltaram, estão dedicados à conservação do rio (Itabaiana e Mota, 2023).

Na beira do Peruaçu (**imagem 23**), o brejo no terreno de José Torino e Nelinda é uma mescla de buritis, mulungus, cana de açúcar, umbu-cajá e jatobás. Ali, o casal implantou uma agrofloresta, que se conecta ao seu quintal produtivo: envolve o cultivo de horta, as plantas medicinais, árvores frutíferas, áreas para a criação de animais, além da área destinada para o plantio de mandioca e milho. Também são guardiões de sementes crioulas e, através do uso combinado de fontes de abastecimento (água do rio e água da chuva) e de manejo da natureza, realizam as atividades do dia a dia: cuidavam dos animais, das plantações e da coleta de frutos que serão entregues na cooperativa Cooperuaçu (Itabaiana e Mota, 2023).⁴⁹

⁴⁹ Por conta das constantes visitas de pesquisadores e turistas, hoje, Nelinda e Zé Torino fomentam o turismo de base comunitária na comunidade com a construção de uma pousada no seu terreno e diversificam as atividades econômicas do núcleo familiar (Itabaiana e Mota, 2023).

Imagem 23. José Torino, comunidade de Olhos D'Água, Januária.

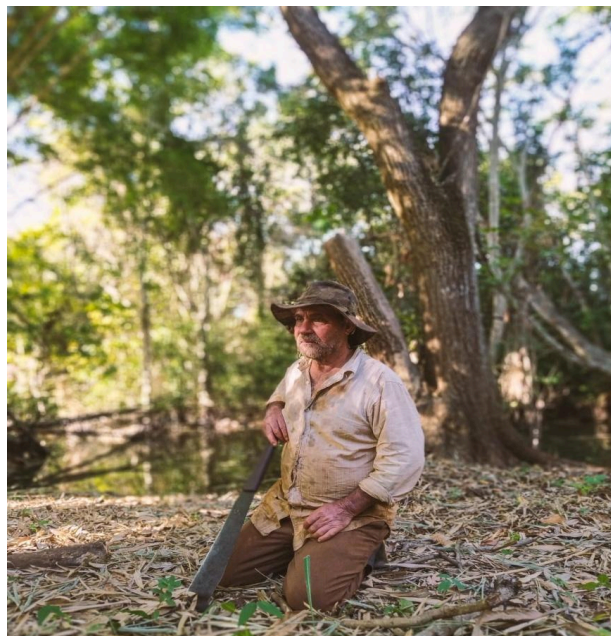


Foto: Evandro Neto, 2023.

A diversificação familiar de atividades econômicas somada ao acesso aos programas públicos de seguridade social e crédito (Bolsa Família, Aposentadoria Rural, salário maternidade, Crediamigo, Bolsa Estiagem, Operação Carro Pipa, Garantia Safra), e à interatividade comunitária, as relações de proximidade e a equidade de gênero foram fatores relevantes que atuaram na construção de um ambiente de segurança em tempos de longas estiagens (Mattos e May, 2020).

Cruz et al. (2020) e Ribeiro et al. (2024), analisando a grande seca (2011 a 2019), apontaram que acesso a políticas públicas diversificadas aliadas a alteração no perfil demográfico da população rural e protagonismo feminino transformaram as secas no semiárido em “secas gordas”, pois as longas estiagens acabaram por não afetar tão brutalmente a condição de vida de comunidades lavradoras em situações de estiagem duradouras.

Ainda em estudos realizados no *gerais*, Cruz (2018) e Silva (2021) também notaram que o montante extraído do trabalho agrícola não resultava em garantia plena de sustento, mas servia como uma espécie de complemento às rendas monetárias provenientes da aposentadoria rural e dos programas como o Bolsa Família.

Na comunidade da Larga, a família do senhor Alcides e dona Ivone tirava o sustento

alimentar do manejo e produção de um brejo vivo. Entretanto, a pluriatividade⁵⁰ era importante para a complementação da renda familiar. O senhor Alcides combinava a lida da roça com prestação de serviço como vacinador de animais nas comunidades vizinhas; seu filho, que estudava Agronomia no campus Januária do Instituto Federal do Norte de Minas, atuava em trabalhos de agrimensura para as comunidades vizinhas. Já na família de seu Fausto e dona Maria, o secamento do rio e a morte do brejo impôs a mudança na geração de recursos e autonomia da família. Em 2024, a garantia de renda monetária do casal era a aposentadoria, e na busca por alternativas, o filho João administrava um pequeno comércio no terreno da família, próximo à estrada. Também o senhor Paulo, em Buracos, ampliava sua renda monetária com o trabalho no bar em sua comunidade, e como guia no Caminho do Sertão.⁵¹

Refletindo sobre o conjunto de mudanças ambientais e sociais ocorridas no *gerais*, Antônio Justiniano Santos, lavrador da comunidade de Sambaíba, agricultor especialista em conhecimento tradicional, analisou que essas mudanças obrigaram as comunidades e a natureza a se ajustarem aos espaços restringidos pela privatização das terras e águas. Assim, enquanto a natureza ficou restrita aos parques e outras unidades de conservação, ou submetida ao avanço do plantio intensivo que a “devora”, famílias e comunidades precisaram reorganizar os espaços de socialização e de produção da vida:

– As comunidades tiveram que se rearranjar em um pequeno espaço. Para permanecer, tiveram que se reinventar de um grande espaço para um pequeno espaço. Os animais eram parte da família, sem animais as famílias ficavam aleijadas, gado é poupança! Quando as firmas entraram tomando e cercando o *gerais*, as famílias perderam terras de *solta* e tiveram que vender o gado para cercar o pedaço de terra que viviam, os brejos. As comunidades perderam a água, que é um bem precioso, tiveram que sobreviver enxergando um rio [que secou] em um cano, em um poço artesiano. A associação surgiu aí, em um espírito comunitário, reinventar o comum em um pequeno espaço (Antônio Justiniano dos Santos) .

⁵⁰ No contexto da agricultura familiar, a pluriatividade representa uma diversificação de atividades, conjugando atividades agrícolas e não agrícolas (Scheider, 2003; Amaral, 2016). Para Amaral (2016), representa uma estratégia de incremento de renda para agricultores familiares.

⁵¹ O Caminho do Sertão é uma caminhada ecoliterária realizada durante 7 dias entre os municípios de Arinos e Chapada Gaúcha e tem como tema principal, a obra Grande Sertão Veredas, de Guimarães Rosa. Todos os anos, Paulo participa como guia dessa expedição que tem um trajeto de aproximadamente 200km.

Agricultores e agricultoras tiveram que recorrer às articulações comunitárias, expressas em associações, grupos informais e cooperativas para o fortalecimento de atividades tradicionalmente exercidas, como na comunidade Araçá, no Peruaçu, em que a produção de farinha de mandioca, desde 1995, compõe o núcleo central do arranjo comum da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Araçá, a partir do qual captam recursos para a localidade. Outro exemplo é a experiência da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu - Cooperuaçu, que se constituiu a partir de ações agroextrativistas, do olhar valorativo sobre o pequi, sobretudo, por meio da produção de alimentos ambientalizados, mas também valorizando o uso cotidiano das famílias nas comunidades, em suas pautas alimentares.⁵²

Trajetórias e estratégias organizativas comunitárias foram acionadas pelas comunidades de agricultores desde os anos 1980: o movimento para a formação dos sindicatos, as lutas por reforma agrária, a participação na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a CONTAG e no Movimento Sem Terra – MST (Martins, 1981; Silva, 1990; Correa, 2010; Ribeiro, 2010); movimentos sociais com presença indígena, o movimento de povos e comunidades tradicionais – veredeiros, vazanteiros e geraizeiros (Almeida, 2006; Dayrell 2000; Anaya, 2012; Dayrell, 2019; Silva, 2023). Essas formas organizativas se tornaram importantes para enfrentar questões agrárias, sociais e climáticas. No *gerais*, a luta pela demarcação de territórios veredeiros, considerado o berço das águas, por meio da organização da Associação Central das Comunidades Veredeiras - ACEVER, representou uma reação ao secamento das fontes e da tomada de terras realizadas pelo Estado e pelas firmas.⁵³

Com relação às unidades de conservação, há um esforço de participação das comunidades e suas organizações na validação e atualização dos planos de manejo, buscando a criação de diretrizes que, mesmo que de forma tímida, busquem conciliar o uso social da natureza e a conservação. No ano de 2024, a participação de comunidades tradicionais na atualização do plano de Manejo do Parque Estadual da Serra das Araras (Minas Gerais, 2024) garantiu que quilombolas e veredeiros de Morro do Fogo e Barro Vermelho, pudessem reproduzir aspectos importantes de seus modos de vida a partir da continuidade de atividades

⁵² A abundância do pequi em áreas do *gerais* reforçou sua importância como força econômica das comunidades atendidas pela Cooperuaçu, dinamizando a origem do emprego e renda nessas comunidades (Oliveira, 2020).

⁵³ Articulações comunitárias e movimentos sociais unidos à processos de territorialização vinculados às denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, desdobraram lutas sociais que englobam a diversidade de povos e grupos sociais e suas relações com os recursos naturais, e com territorialidades específicas (Almeida, 2006).

como a *solta* de animais no *gerais*, o artesanato, o manejo de frutos nativos e de madeiras, na reinvenção da produção familiar de alimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da ocupação do *gerais*, no Semiárido mineiro, agricultores e agricultoras elaboraram conhecimentos sobre a natureza do lugar, e a partir do manejo das áreas úmidas, os brejos, sustentaram sistemas de produção de alimentos e modos de vida. A partir do domínio de técnicas tradicionais de manejo da terra e das águas, os brejos foram, e são, responsáveis pela fartura e abundância da produção de alimentos, principalmente no tempo da seca.

A cultura dos brejos está relacionada com a observação dos ciclos da natureza, do tempo e do clima, e apoiada nas relações familiares e de vizinhança numa comunidade. Regulada pela chuva e pela falta dela, é também uma cultura, quase sempre associada ao conhecimento sobre veredas, enquanto complexo, composto pelo conjunto de várzea e *pantame*, brejo.

O movimento das águas se revelou também no movimento das pessoas, em um ciclo hidrossocial intenso. O conhecimento local conectou o brejo a outros ambientes, como os cultivos na terra de cultura do *capão*, e ao acesso ao *gerais* liberto, seja para a *solta* do gado, para a coleta de frutos, a troca de sementes, o comércio, e, por vezes, a possibilidade de um casamento e de extensão de relações de parentesco, o que se revelou em uma trama social conectada por todo o *gerais*. Esta conexão possibilitou, permitiu e consolidou a mobilidade espacial das comunidades geralistas.

No entanto, as mudanças no modo de usar e ter os bens naturais, a partir de 1970, vinculadas à “chegada das firmas e dos grandes fazendeiros”, apoiados por incentivos públicos, implicou em alterações no modo de vida geralista. Corpos d’água, sujeitos às intervenções de firmas de monocultoras e de carvoejamento, foram drenados, secaram.

A implantação das firmas implicou na tomada de terras, no cercamento do *gerais* e na redução da área disponível. Assim, agricultores e agricultoras precisaram se adequar ao “pequeno espaço”, somado posteriormente às restrições impostas por unidades de conservação, e ainda precisaram se ajustar ao efeito deletério da imprevisibilidade do clima. Foi necessário atualizar os conhecimentos, mas também adaptar sistemas de se relacionar com a natureza, produzir alimentos no brejo e de criação. Foi preciso, portanto, adaptar os mecanismos de organização comunitária e luta, seja através da afirmação de uma identidade territorial, na busca pela adequação das unidades de conservação aos saberes e fazeres locais, ou na organização social em associação ou cooperativas.

Foi ainda necessário ajustar as atividades tradicionalmente exercidas em função da tomada das fontes d'água e terra, como na substituição da criação do gado por outras, na adequação de plantio e até mesmo a interrupção da produção de alimentos importantes na pauta alimentar como o feijão de arranque. Ajustes que se revelam no arranjo de trabalho para além da lida com a roça; na migração dos mais jovens e na busca por acessar políticas públicas.

Certo é que as comunidades precisaram ir além da convivência com o Semiárido para se adaptarem e resistirem às mudanças impostas ao *gerais e geralistas*. Há famílias que ainda possuem seus brejos vivos, outras lidam com a morte deles, mas permanecem e mantêm a sua cultura viva, no caminho reinventado das águas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, G. de O.; PEREIRA, B. D.; ANANIAS, D. D.; ZAMBRANO, D. S. C. **A pluriatividade como estratégia de sobrevivência dos agricultores familiares da região Centro-Oeste brasileira.** *Nexos Econômicos*, v. 10, n. 2, p. 7–22, 2016.
<https://doi.org/10.9771/1516-9022rene.v10i2.22559>

ANAYA, F. **Encurralados pelos parques a “vazanteiros em movimento”: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental.** 2023. 257 f. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: ALMEIDA, A. W. B. (org.). **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto.** Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006. (Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico, v. 2).

ALMEIDA, R. H. **Xakriabá: cultura, história, demandas e planos.** *Revista de Estudos e Pesquisas*, Brasília, v. 3, n. 1/2, p. 9–39, jul./dez. 2006.

ANDRADE, M. C. **Terra e homem no Nordeste.** São Paulo: [s.n.], 1980.

ARAÚJO, B. A.; QUEIROZ, T. R. G.; TORRES, W. L. V.; MOREIRA, F. J. C. **Veranicos na produtividade de feijão-caupi (*Vigna unguiculata*) no município de Crateús, Ceará.** *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 14, n. 2, 2019.
<https://doi.org/10.18378/rvads.v14i2.6123>

ASA. **ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. O lugar da convivência na erradicação da extrema pobreza: reflexões e proposições da ASA.** Recife, 2011.

ASA. **ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. Número de implementações de cisternas de 16 mil litros.** Disponível em: <https://asabrasil.org.br/projeto/p1mc/#Resultados>. Acesso em: 1 nov. 2025.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey.** Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 77–90.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis: Vozes, 2008. p. 17–35.

BRANDÃO, C. R. **O ardil da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular.** 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Sociedade e Cultura*, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 11 mar. 2025.

BOELENS, R. **Cultural politics and the hydrosocial cycle: water, power and identity in the Andean highlands.** *Geoforum*, 2013.

BORGES, S. L.; ELOY, L.; SCHMIDT, I. B.; BARRADAS, A. C. S.; SANTOS, I. A. **Manejo do fogo em veredas: novas perspectivas a partir dos sistemas agrícolas tradicionais no Jalapão.** *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 275–300, jul./set. 2016.

CAMPOS, D.; BERTELLI, M. Plantadores de água. In: **Manzuá.** Belo Horizonte: Lira Cultural, n. 2, p. 54–63, 2018.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

COSTA, J. B. A. **Brejo dos Crioulos: processos sociais, identidade e resistência quilombola.** Rio de Janeiro: Casa 8, 2026.

CORREA, C. N. **O barro, o jenipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada.** 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado Profissional) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CORREA, A. I. **História da peleja do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Januária contra os grileiros e as grandes propriedades.** Januária: Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos, 2008.

COSTA, H. S. M. **Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos?** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, p. 55–71, 2000.

CRUZ, C. G. **A seca no cotidiano: estudo dos efeitos da estiagem sobre as famílias de comunidades rurais de Januária, Minas Gerais.** 2021. 118 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

CRUZ, G. C.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. **Semiárido, seca e gerais do Norte de Minas: uma revisão da bibliografia sobre o Alto-Médio São Francisco.** *Campo-Território*, v. 13, p. 29–56, 2018.

CUNHA, E. **Os sertões**. 2. ed. Jandira, SP: Principis, 2020.

CUNHA, M. C. **Cultura entre aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DAS GRAÇAS, M. M. Maria. In: **No caminho do rio: a cultura das águas**. Januária: Instituto Sertão Vereda, 2024. p. 36–41.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 12–198.

DAYRELL, C. A. Os geraizeiros descem a serra. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. A. (org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: CAA/Rede Cerrado, 2000.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965–1985**. São Paulo: Unicamp/Ícone, 1985.

DIAS, R. B. **Tecnologia social e desenvolvimento local: reflexões a partir da análise do Programa Um Milhão de Cisternas**. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 1, n. 2, p. 173–189, 2013.

DIEGUES, A. C. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL GOVERNANÇA DA ÁGUA, 1., 2007, São Paulo. Anais [...]. São Paulo, 2007.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: NUPAUB-USP/CEC, 2008.

D'ORBIGNY, A. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

DUQUE, G. J. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. 4. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FAGUNDES, G.M. **Fogos gerais: transformações tecnopolíticas na conservação do Cerrado (Jalapão-TO)**. Tese (doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, DF:2019.

FOLHES, M. T.; DONALD, N. **Previsões tradicionais de tempo e clima no Ceará: o conhecimento popular a serviço da ciência.** *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 19–31, dez. 2007. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132007000200002>

FUNARI, J. N.; PEREIRA, M. C. de B. **Caminhos das águas no sertão do Pajeú: contribuições e luta das mulheres camponesas na construção de uma convivência transformadora com o semiárido.** *Pegada – Revista da Geografia do Trabalho*, v. 18, n. 3, 2018. <https://doi.org/10.33026/peg.v18i3.5363>

GALIZONI, F. M. **Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais.** 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M.; NORONHA, A. B.; SILVESTRE, L. H.; REIS, R. P. **Águas dos gerais.** In: RIBEIRO, E. M. (org.). **Histórias dos gerais.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M.; LIMA, V. M. P.; GOMES, N. M.; SILVA, E. P. F. **“Vozes da seca”: lavradores, mediadores e poder público frente à estiagem no semiárido do Jequitinhonha mineiro.** *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 55, p. 54–74, dez. 2020. <https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.73756>

GEERTZ, C. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. In: **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Petrópolis: Vozes, 1997.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 13–24.

GOMES, G. M. **Novas secas em velhos sertões.** Brasília: IPEA, 2001.

GUIMARÃES ROSA, J. **Grande sertão: veredas.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 29, n. 1, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739>.

HARAWAY, D. **Antropoceno, capitaloceno, plantacionoceno, chthuluceno: gerando relaciones de parentesco.** *Revista Latinoamericana de Estudios Críticos Animales*, v. 3, n. 1, p. 15–26, 2016. Disponível em: <http://revistaleca.org/journal/index.php/RLECA/article/view/53>.

HOGAN, D. J. População e mudanças ambientais globais. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. (org.). **População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais.** Campinas: Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp); Brasília: UNFPA, 2009.

HOLANDA, S. B. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IBGE. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/home>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ICS. INTERNATIONAL COMMISSION ON STRATIGRAPHY. **International chronostratigraphic chart**. Versão 2023/09. Disponível em: <https://stratigraphy.org/chart#latest-version>. Acesso em: 6 fev. 2024.

IGLESIAS-MARTÍNEZ, M.; UHLEIN, A. **Estratigrafia do Grupo Bambuí e coberturas fanerozóicas no vale do rio São Francisco, norte de Minas Gerais**. *Revista Brasileira de Geociências*, 2009. <https://doi.org/10.25249/0375-7536.2009392256266>

ITABAIANA, M. I.; MOTA, G. V. **Água e cultura alimentar: a transmissão dos saberes tradicionais no território do vale do rio Peruaçu**. In: ENCONTRO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO NORTE DE MINAS, 6., 2023, Montes Claros. Anais [...]. Montes Claros, 2023.

KIRSCH, H. M.; SCHNEIDER, S. **Vulnerabilidade social às mudanças climáticas em contextos rurais**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, jun. 2016. <https://doi.org/10.17666/319106/2016>

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA, V. M. P. Secas e s'águas: alterações na dinâmica da água no Alto Jequitinhonha. In: GALIZONI, F. M. (org.). **Lavradores, águas e lavouras: estudo de gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

LIMA, R. **Um rio são muitos**. *Tempo Social*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 147–170, nov. 2000.

LINTON, J.; BUDDS, J. **The hydrosocial cycle: defining and mobilizing a relational-dialectical approach to water**. *Geoforum*, 2013.

MAFFIA, V. P.; DIAS, H. C. T.; GAMBÁS, O. S.; CARVALHO, A. P. V. Monitoramento da precipitação e vazão em uma microbacia com plantio de eucalipto no município de Francisco Dumont, MG. In: **SEMINÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARAÍBA DO SUL**, 2., 2009, Taubaté. Anais [...]. Taubaté, 2009. p. 141–148.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALVEZZI, R. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

MARANDOLA JR., E. Tangenciando a vulnerabilidade. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. (org.). **População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp); Brasília: UNFPA, 2009.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, C. **No rastro de quem anda: comparações entre o tempo do parque e o hoje em um assentamento no noroeste mineiro**. 2011. Tese (Doutorado) — Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MELLO, F. P. **Guerreiros do sol**. São Paulo: A Girafa, 2004.

MELLO, L. F. População, consumo e mudança climática. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. (org.). **População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp); Brasília: UNFPA, 2009.

MELO, E. F. As curvas do rio. In: **Nas quebradas das águas perdidas**. [S.l.]: [s.n.], 1978.

MENEZES, H. E. A.; BRITO, J. I. B.; LIMA, R. A. F. de A. Veranico e a produção agrícola no estado da Paraíba, Brasil. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, v. 14, n. 2, p. 181–186, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1415-43662010000200009>

MESQUITA, P. S.; CAVALCANTE, L.; MILHORANCE, C.; NOGUEIRA, D.; ANDRIEU, N. **Importância dos programas voltados aos agricultores familiares nos períodos de seca frente à necessidade de adaptação às mudanças climáticas no semiárido brasileiro**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 55, p. 599–618, 2020. <https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.72974>

MINAS GERAIS. Lei nº 9.375, de 12 de dezembro de 1986. Declara de interesse comum e de preservação permanente os ecossistemas das veredas no Estado de Minas Gerais. *Diário do Executivo*, Minas Gerais, 13 dez. 1986. Disponível em: <https://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2196>. Acesso em: 11 out. 2024.

MINAS GERAIS. **Plano de manejo: Parque Estadual da Serra das Araras**. Januária, 2024.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONTENEGRO, T. G. P. **A província e a navegação do rio São Francisco**. [S.l.]: Imprensa Econômica, 1875.

MOORE, J. W. (ed.). **Anthropocene or Capitalocene? Nature, history and the crisis of capitalism**. Oakland: Kairos, 2016.

MOSAICO SERTÃO VEREDAS – PERUAÇU. Disponível em: <https://mosaicospv.com.br/o-mosaico/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MOSAICO SERTÃO VEREDAS – PERUAÇU. **Plano de desenvolvimento territorial de base conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (2020–2032)**. Brasília, 2019.

NUNES, Y. R. F.; AZEVEDO, I. F. P.; NEVES, W. V.; VELOSO, M. D. M.; SOUZA, R. A.; FERNANDES, G. W. **Pandeiros: o Pantanal mineiro**. *MG Biota*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 4–17, 2019.

NEVES, A. S. **A sêcca de 1919: nordeste, a Bahia e o norte de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1918.

NEVES, W. V. **Avaliação da vazão em bacias hidrográficas com veredas, em diferentes estádios de conservação, na APA do rio Pandeiros – MG**. 2011. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

NOGUEIRA, M. C. R. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OLIVEIRA, L. C.; ANDRADE, E. M.; CHAVES, L. C. G. Frequência e distribuição espacial de veranicos no estado do Ceará. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS NATURAIS DO SEMIÁRIDO**, 2., 2015, Quixadá. Anais [...]. Quixadá, 2015. <https://doi.org/10.18068/IISBRNS2015.mudcli356>

OLIVEIRA, L. J. C. **Mudanças climáticas e seus impactos nas produtividades das culturas do feijão e do milho no estado de Minas Gerais**. 2007. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Viçosa, 2007.

OLIVEIRA, M. A. A. **Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas**. 2. ed. Belém: Folheando, 2020.

PEREIRA, A. E. **Memorial Januária: terra, rios e gente**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

POSEY, D. Interpretando e utilizando a “realidade” dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos? In: **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

QUEIROZ, B. L.; BARBIERI, A. Os potenciais efeitos das mudanças climáticas sobre as condições de vida e a dinâmica populacional no Nordeste brasileiro. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. (org.). **População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais**. Campinas: NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2009.

QUEIROZ, M. I. Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (ed.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

QUEIROZ, M. I. **Variação sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RIBEIRO, A. P. **A caligrafia da sociedade na paisagem: transformações no entorno de unidades de conservação da Serra do Espinhaço – MG**. 2013. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, E. M. (org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. **Água, população rural e políticas de gestão**. *Ambiente & Sociedade*, v. 5, n. 2, 2003. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000200008>

RIBEIRO, J. **Folclore de Januária**. Belo Horizonte: [s.n.], 1970.

ROCHA, G. **Deus e o diabo na terra do sol**. Direção: Glauber Rocha. Brasil: [s.n.], 1964.

ROCHA, G. G.; FREITAS, A. C. V.; CUNHA, A. P. M. do A. Impactos das secas na produção de feijão e milho na mesorregião Norte de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Climatologia*, v. 34, n. 20, p. 505–532, 2024. <https://doi.org/10.55761/abclima.v34i20.17795>

RODRIGUES, L. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L. (org.). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000. p. 173–346.

ROSS, J. L. S.; CUNICO, C.; LOHMANN, M.; DEL PRETTE, M. E. (org.). **Ordenamento territorial do Brasil: potencialidades naturais e vulnerabilidades sociais**. Osasco, SP: Ed. dos Autores, 2022.

RUAS, E. D. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte: Emater, 2006.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SANTOS, A. C. F. et al. Profetas da chuva e mudanças climáticas nas comunidades de Matas do Riachão e Matas do Olho d'Água. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**, 5., 2017. Anais [...]. p. 668–676.

SANTOS, A. J. et al. O rio, o lugar e a história. In: RIBEIRO, E. M. (org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SANTOS, A. J. et al. Terra, lavouras e criações no rio dos Cochos. In: RIBEIRO, E. M. (org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010a.

SANTOS, M. G. Manuel Gonzaga dos Santos. In: RIBEIRO, E. M. (org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010b.

SANTOS, R. S.; LIRA, D. R.; CAVALCANTI, L. **O semiárido e o sertão nordestino na formação do território brasileiro**. *Revista GeoNordeste*, v. 34, n. 2, p. 97–111, 2023. <https://doi.org/10.33360/RGN.2318-2695.2023.i3.p>

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. <https://doi.org/10.7476/9788538603894>

SILVA, B. T. **O tradicional como perspectiva de futuro: relações ecológicas e conflitos ambientais entre comunidades veredeiras do Norte de Minas Gerais**. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

SILVA, J. F. G. **Os resultados da modernização agrícola dos anos 70**. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 3, p. 537–560, 1983.

SILVA, K. A. **População e água nos “gerais” sanfranciscanos: um estudo etnográfico em Cabeceirinha, Januária, MG**. 2020. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

SILVA, N. M.; ANDRADE, A. J. P.; ROZENDO, C. **Profetas da chuva do Seridó potiguar, Brasil**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 9, n. 3, p. 773–795, 2014. <https://doi.org/10.1590/1981-81222014000300014>

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. Tese (Doutorado) — Universidade de Brasília, 2006.

SOUZA, R. R. **Memórias das águas: sociedades e águas no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais nos séculos XIX e XX**. 2023. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

SVAMPA, M. **El antropoceno como diagnóstico y paradigma: lecturas globales desde el sur**. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 24, n. 84, 2019.
<https://doi.org/10.5281/zenodo.2653161>

SUDENE. **Delimitação do semiárido: relatório final**. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 2021.

THOMAS, K. O dilema humano. In: **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TROUILLOT, M. R. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: Huya, 2016.

VAN DER PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17–31.

VIEIRA, O. C. Oni. In: **No caminho do rio: a cultura das águas**. Januária: Instituto Sertão Vereda, 2024. p. 54–61.

VIANA, A. F. Aurora Figueiredo Viana. In: RIBEIRO, E. M. (org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VIDAS secas. Direção: Nelson Pereira dos Santos. Brasil: Herbert Richers, 1963.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971–1991. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (org.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1992. p. 73–102.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. Anais [...]. Caxambu, 1996.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 7, n. 1, p. 35–53, jan./jun. 1990.

ANEXO

Quadro de indicadores utilizados para prever o tempo, as condições da natureza e planejar o manejo das roças em comunidades generalistas pesquisadas.

Indicadores	Observações
Comportamento de animais, aves e insetos	<ul style="list-style-type: none"> · “Se fumaça baixa, vai chover bom”; · “Cigarra cantando é sinal de chuva”; · “Quando Preangu (um tipo de pássaro) “canta e faz “<i>nervosia</i>” vem chuva, se Preangu muda o tom, então a chuva não vem”; · “Quando curiango canta muito, faz ‘<i>nervosia</i>’ com a cantoria, é sinal de chuva; se o curiango fica inquieto, mudando muito de lugar, sinal de seca; · “Sapo começou a andar chove bastante”; · Sapos e rãs anunciam chuva com um tipo de canto; · “Se sabiá canta, é porque vai chover”; · Teiú (espécie de lagarto grande) correndo em outubro é sinal de que o tempo da chuva está chegando. · “Correição” de formigas: se for do alto para o brejo é sinal de seca, mas se for do brejo para o alto, é sinal de chuva.
Plantas	<ul style="list-style-type: none"> · “Quando aroeira carrega muito de flor, é porque vai chover”; · “Árvore que enflora cedo demais é sinal de pouca chuva” · “O ano que dá muito cajuí e favela vem pouca chuva”; · “<i>Caju porcada</i> (cajuí) dá muito em ano de seca”
Formação de nuvens	<ul style="list-style-type: none"> · “Profecia dos Santos”;
Lua	<ul style="list-style-type: none"> · A fase da lua crescente até a lua cheia é usada para plantar e colher. Já se a colheita for feita na lua minguante, os grãos não se conservam bem. · Lua nova quase não chove, lua minguante, chove pouco mas garante o que plantava”. · Tem que observar a lua nova: se ela vir reta, não tem chuva; mas se ela surge pendida é sinal que vem chuva. · O barro e madeiras de travamento são retirados em maio, por que nesse mês a lua não regula, não influencia.
Vento	<ul style="list-style-type: none"> · “Se vai chover, o tempo fica abafado, sem vento”; · Dia de São Lourenço (10 de agosto) é ventoso – por isso evitam manejar o fogo na roça, mas o manejam em dia de São Bartolomeu (24 de agosto), que é sem vento.